



**DIÁLOGOS
INTERDISCIPLINARES:
CAMINHOS DO
CONHECIMENTO**

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS


epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES:
CAMINHOS DO CONHECIMENTO

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D536 Diálogos interdisciplinares [livro eletrônico] : caminhos do conhecimento / Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-94431-30-1

1. Educação. 2. Interdisciplinaridade. 3. Professores – Formação.
I. Farias, Helena Portes Sava de.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES:
CAMINHOS DO CONHECIMENTO



Rio de Janeiro – RJ
2024

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dr ^a Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Dr ^a Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Dr ^a Maria Lelita Xavier
	Profa. Dr ^a Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Dr ^a Pauline Balabuch
	Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro
	Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva

APRESENTAÇÃO

"Diálogos Interdisciplinares: Caminhos do Conhecimento" é uma obra vibrante e diversificada que mergulha nas profundezas do conhecimento humano através da interdisciplinaridade. Composta por uma seleção de artigos cuidadosamente elaborados por pesquisadores de todo o Brasil, esta obra oferece uma jornada única pelos diversos campos do saber.

A interdisciplinaridade, elemento central desta coletânea, revela-se como uma ponte entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma visão holística e integrada das questões que permeiam nossa sociedade. Os ensaios presentes neste livro abordam uma ampla gama de temas, desde ciências sociais até ciências exatas, passando pela arte, literatura, tecnologia e muito mais.

Cada capítulo deste livro representa uma contribuição valiosa para o diálogo interdisciplinar:

No Capítulo 1, "A dinâmica da federação brasileira à luz da Constituição de 88", os autores exploram os desafios e dinâmicas do sistema federativo brasileiro, utilizando a Constituição de 1988 como referência.

O Capítulo 2, "Assessoramento pedagógico com as TICs", discute o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação no assessoramento pedagógico, destacando sua importância no contexto educacional contemporâneo.

Em "Responsabilidade Social Corporativa no Ramo da Agricultura Sustentável" (Capítulo 3), os autores investigam as práticas de responsabilidade social no setor agrícola, especialmente focadas na sustentabilidade ambiental.

O Capítulo 4, "O Papel da Avaliação Diagnóstica no Ensino Bilíngue: Estratégias e Práticas na Inclusão e Promoção da Participação de Todos os Alunos", examina a importância da avaliação diagnóstica no ensino bilíngue e suas implicações para a inclusão educacional.

"A Influência da Festividade Santíssima Trindade dos Inocentes do Quilombo Araquembaua (PA) na Dança Folclórica Samba de Cacete" (Capítulo 5) analisa a influência cultural das festividades locais na expressão artística tradicional.

No Capítulo 6, "As Atribuições do Enfermeiro no Combate à Violência Obstétrica na Sala de Parto: Revisão Integrativa", os autores revisam o papel do enfermeiro na prevenção e intervenção da violência obstétrica, contribuindo para a melhoria dos cuidados de saúde materna.

O Capítulo 7, "Dificuldades na Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica no Ensino Fundamental", aborda estratégias de intervenção psicopedagógica para lidar com as dificuldades de aprendizagem no contexto escolar.

"Atuação do Enfermeiro da Atenção Básica Frente ao Impacto do Diagnóstico e a Aceitação das Mães de Crianças com Autismo" (Capítulo 8) investiga o papel do enfermeiro da atenção básica no suporte às mães de crianças com autismo, considerando os desafios emocionais e sociais enfrentados.

Em "Caminhos para Saúde: Estratégias de Conscientização no Outubro Rosa" (Capítulo 9), os autores apresentam estratégias eficazes de conscientização e prevenção do câncer de mama, destacando a importância do movimento Outubro Rosa.

No Capítulo 10, "The Relationship Between Hospitalization of Minor Ages < 5 with the Level of Anxiety of Mothers at the Pediatrics Nursery HNGV Dili, 2019", é explorada a relação entre a hospitalização de crianças menores de 5 anos e o nível de ansiedade das mães, oferecendo insights importantes para a prática clínica e o suporte emocional.

Por fim, no capítulo 11 "A contribuição da auditoria para a transparência e confiabilidade das informações contábeis" o principal objetivo do estudo foi evidenciar a função crítica desempenhada pelas auditorias na detecção de erros, fraudes e irregularidades nas projeções financeiras, bem como na melhoria da qualidade das informações, o que, por sua vez, amplia a confiança das partes interessadas.

Cada capítulo é uma peça única em um quebra-cabeça intelectual, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente das complexidades do mundo contemporâneo. "Diálogos Interdisciplinares: Caminhos do Conhecimento" é mais do que uma simples coletânea de artigos; é um convite para uma jornada intelectual enriquecedora e inspiradora. Que esta obra possa estimular novas reflexões, instigar a curiosidade e alimentar o desejo por um conhecimento cada vez mais amplo e interconectado.

Boa leitura!

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1.....</i>	<i>09</i>
A DINÂMICA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 88	
<i>Cliciano Vieira da Silva, Janildes de Moura Lino</i>	
<i>Capítulo 2.....</i>	<i>27</i>
ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO COM AS TICS	
<i>Juliana Duranzi</i>	
<i>Capítulo 3.....</i>	<i>37</i>
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO RAMO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	
<i>Lidiane Kasper, Tatiane Batista Boeno Peno Nogueira, Darlan Ariel Prochnow, Jorge Oneide Sausen, Nelson José Thesing, Euselia Paveglio Vieira</i>	
<i>Capítulo 4.....</i>	<i>57</i>
O PAPEL DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NO ENSINO BILÍNGUE: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ALUNOS	
<i>Andrea Lina Gomes Barbosa</i>	
<i>Capítulo 5.....</i>	<i>73</i>
A INFLUÊNCIA DA FESTIVIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE DOS INOCENTES DO QUILOMBO ARAQUEMBAUA (PA) NA DANÇA FOLCLÓRICA SAMBA DE CACETE	
<i>Fernanda Ferreira Freitas, Amanda Pimentel Carvalho, Roseane Monteiro dos Santos</i>	
<i>Capítulo 6.....</i>	<i>89</i>
AS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO COMBATE A VIOLÊNCIA OBSTRÉTICA NA SALA DE PARTO: REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Ana Julia Alves Moraes, Daniele da Costa Vieira, Ana Beatriz Feitosa Guimarães, Isabelle Conceição de Oliveira, Lúcia Damiana Pereira de Abreu, Nathalia Cristina Campos Abdon</i>	
<i>Capítulo 7.....</i>	<i>103</i>
DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Alexandre Lima Gomes</i>	
<i>Capítulo 8.....</i>	<i>113</i>
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO BÁSICA FRENTE AO IMPACTO DO DIAGNÓSTICO E A ACEITAÇÃO DAS MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO	
<i>Beatriz dos Santos Miranda, Cássia Cristina Candido da Silva, Rafaella Andrade de Castro, Alcilea Barbosa de Andrade Vila Flor</i>	

<i>Capítulo 9</i>	129
CAMINHOS PARA SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO NO OUTUBRO ROSA	
<i>Eduarda Lisboa Vanderley, Laiza Souza Costa, Julia Borges Rossy, Manuela Marques Sena, Julia Maria Lisboa Alves, Déborah Kamilly Evangelista Veras</i>	
<i>Capítulo 10</i>	133
THE RELATIONSHIP BETWEEN HOSPITALIZATION OF MINOR AGES < 5 WITH THE LEVEL OF ANXIETY OF MOTHERS AT THE PEDIATRICS NURSERY HNGV DÍLI, 2019	
<i>Cesário Monteiro Ruas</i>	
<i>Capítulo 11</i>	135
A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA PARA A TRANSPARÊNCIA E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
<i>Regina Nogueira da Silva Neiverth, Jessica Vanessa Rocha Caetano de Oliveira</i>	

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 88

Cliciano Vieira da Silva

Mestrando em Estudos Jurídicos com ênfase em Direitos Internacional
Musty University – FL

Janildes de Moura Lino

Pós-graduada em Direito Administrativo e Constitucional
Faculdade Conexão - MG

RESUMO

Este artigo estuda a evolução do regime federativo do Brasil, tomando como referência a Constituição de 1988. Após buscar uma definição de federalismo e estabelecer comparações entre diferentes regimes, examina-se o processo de constituição federalista; as relações entre os diferentes níveis de governo; e os problemas que surgiram, políticos, econômicos e sociais, especificamente de transferências de renda e de despesas. Desta forma a pergunta desta pesquisa é como é a dinâmica do federalismo brasileiro a partir da constituição de 1988? Em nome de uma prioridade indiscutível de alcançar a disciplina fiscal, o Sistema Tributário Brasileiro e as relações fiscais e políticas da Federação Brasileira deterioraram-se nos últimos anos. Como consequência se tem hoje, um Sistema Tributário que produz uma carga tributária elevada, em que abundam os impostos cumulativos que ameaçam a competitividade da economia e põem em risco sua capacidade de crescer.

Palavras-chave: constituição brasileira; federalismo; soberania e autonomia.

INTRODUÇÃO

A atual Federação Brasileira responde à Constituição Federal de 1988, quando constituiu constituintes eleitos para representar o Povo de todo o território nacional, ao invés de constituintes que individualmente representavam cada um dos estados federados. Nesse sentido, a federação brasileira assumiu um formato especial, já que não havia pacto ou aliança entre os estados soberanos, como aconteceu em outras federações.

As unidades da federação são entidades legais, com direitos constitucionais internos e autonomia garantida. Somente o Estado Federal tem soberania, com direito a secessão e a ser constituído como pessoa

jurídica de direito internacional. Não há nacionalidade nacional ou municipal. A única nacionalidade é a federal.

A Federação brasileira assumiu uma forma única, uma vez que foi acordado nas potências locais, municípios, considerados entidades federativas, com prerrogativa para a institucionalização de suas próprias políticas em seus territórios. No entanto, este desenho não estava isento de conflitos e, paradoxalmente, não representa, em si, uma descentralização do Estado.

Para esta análise, lembramos uma metáfora amplamente utilizado em pesquisas sobre o sistema federal, especialmente o Brasil, a sístole / diástole, ou seja, períodos alternados de centralização e descentralização na história do país, geralmente identificar a centralização autoritarismo e descentralização com avanços democráticos. Um formato monarquia unitária foi seguido pela Primeira República (1889-1930), que foi quando o regime Federativo foi institucionalizado no país, a Constituição de 1891 sendo seu primeiro quadro institucional. A Revolução de 1930 e a ascensão de Vargas abriram um período centralizador que culminou com o Estado Novo (1937-1945). O período democrático da Constituição de 1946 foi interrompido pelo regime militar em 1964, que se estende até 1985. A centralização autoritária atinge o seu pico nos anos setenta, com os governos Médici e Geisel. A transição democrática tem como momento emblemático a Constituição de 1988, considerada como um marco de descentralização federativa.¹

É especialmente importante destacar a política federativa brasileira na qual convergem aspectos recentralizadores e descentralizadores. Por esta razão, é importante para tentar superar a ideia útil, mas insuficiente alternando momentos de centralização e descentralização, proporcionando contextos políticos e institucionais do desempenho dos principais agentes envolvidos na mesma.

Desta forma a pergunta desta pesquisa é como é a dinâmica do federalismo brasileiro a partir da constituição de 1988?

Para responder a questão será realizada uma pesquisa será bibliográfica, documental e descritiva de análise crítica. Fonseca (2002)² reforça o caráter da pesquisa descritiva, dizendo que seus dados devem ocorrer em seu Habitat natural, coletados e registrados para estudo, para que o pesquisador possa descobrir uma nova percepção sobre um determinado fenômeno. O contato com artigos publicados em revistas de caráter científico sobre o assunto, dissertações na área e autores que abordam o tema escolhido neste trabalho, forneceu embasamento para a reflexão acadêmica e para descobrir respostas para as questões que foram levantadas.

O estudo se desenvolveu baseado em uma metodologia descritiva e de análise crítica, a partir de uma busca na literatura, com recolha de dados

¹ CARDOSO JR., J; BERCOVICI, G. República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo Brasília: Ipea, 2013. 746 p.

² FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

de outros estudos, é dizer, dados secundários, e assim será um trabalho de investigação qualitativa, que é um dos métodos mais completos de estudo, já que permite a interação dos conhecimentos do investigador com o material investigado.³

Para a análise dos desenvolvimentos recentes no sistema federal no país, primeiro serão discutidas algumas questões conceituais e, em seguida, vamos fazer uma avaliação das ocorridas mudanças nas relações entre os componentes da federação a partir da Constituição de 1988.

2 A FEDERAÇÃO BRASILEIRA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Atualmente uma república com 3 níveis de governo (o Governo Central - Central, o intermediário - 27 estados e um Distrito Federal e um Governo Local - mais de 5.500 municípios) a Federação brasileira foi criada junto com a República em 1889. Diferentemente de outras experiências republicanas conhecidas, a Federação Brasileira não foi resultado da convicção do povo em geral, mas foi decidido, nos mais altos níveis de autoridade, dividir o Estado unitário que prevaleceu durante o Regime Imperial.⁴

Segundo Serra e Afonso, o Regime Federal era conveniente principalmente para as províncias mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste, especialmente São Paulo, onde se localizava o novo setor exportador (de produtos agrícolas da época). O objetivo dessas províncias era, então, obter receitas pela imposição de impostos locais sobre seus procedimentos de exportação. Em troca, as regiões menos desenvolvidas recebiam representação política mais do que proporcional à sua população.⁵ Muitas das mudanças no processo de evolução da Federação brasileira, bem como algumas distorções que ainda permanecem, podem ser encontradas na forma como ela se comporta desde o início.

Assim, o Sistema Tributário adotado pela recém-criada República Federal foi herdado do Regime Imperial. Naturalmente, as principais mudanças introduzidas foram para garantir que os Estados teriam alguma autonomia financeira. Assim, adotou-se o regime de separação das receitas tributárias para os diferentes níveis de governo. O imposto sobre as importações era mantido exclusivamente como fonte de receita para o Governo Central e os Estados tinham o direito de tributar os procedimentos de exportação, mais impostos sobre propriedades rurais e urbanas e impostos sobre indústrias e profissões (uma forma primitiva de imposto sobre bens e serviços). Quanto aos Municípios (Governos Locais), a Constituição

³ MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

⁴ CARDOSO JR., J; BERCOVICI, G. República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo Brasília: Ipea, 2013. 746 p.

⁵ SERRA, JOSÉ; AFONSO, JOSÉ ROBERTO R, "O Federalismo Fiscal à Brasileira: algumas reflexões", pp. 3-6, mimeo, paper presented at the International Conference on Federalism, held by the Forum of Federations, Mont-Tremblant, Canadá, Outubro 1999.

Republicana estabelecia que os Estados ficariam encarregados de estabelecer impostos específicos, de forma a garantir sua autonomia financeira. No início da Federação, portanto, o governo local era o elo fraco da cadeia, dependendo em grande parte dos governos estaduais.⁶

Apesar da criação de um imposto sobre o consumo de tabaco no final do século dezenove, um imposto sobre vendas em 1922 e uma forma primitiva do Imposto de Renda em 1924, o sistema tributário dependeria muito dos impostos cobrados sobre o comércio exterior. Por exemplo, em 1934, cerca de 50% das receitas fiscais do governo central seriam provenientes do Imposto de Importação e 40% dos impostos estaduais eram provenientes do Imposto sobre Importações. A primeira tentativa de modernizar o sistema ocorreu em 1934, incorporada na nova Constituição. Os governos estaduais não podiam mais cobrar impostos sobre transações interestaduais, e um novo imposto sobre vendas foi criado, a ser cobrado pelos Estados. Aos Governos Locais foram atribuídos os procedimentos de arrecadação dos impostos sobre os Rurais e Urbanos, bem como os impostos sobre serviços e permissões locais. Uma importante inovação adotada, então, foi o princípio da partição das receitas fiscais. A Constituição previa que alguns impostos seriam cobrados pelos governos estaduais e suas receitas compartilhadas pelos governos central e local. Apesar da intenção louvável, estas disposições foram de pouco ou nenhum resultado prático na época.⁷

Vale a pena mencionar que, ao longo do período inicial da Federação Brasileira, as funções e responsabilidades dos diferentes níveis de governo permaneceram basicamente inalteradas. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de que até os anos 50 o Brasil era principalmente um país rural, com uma baixa porcentagem da população vivendo em áreas urbanas. Portanto, a demanda por serviços públicos foi incipiente. Assim, além das tradicionais funções governamentais de defesa, justiça e administração pública, o único serviço público importante prestado pelo governo naquela época era a Educação, que era uma responsabilidade compartilhada pelo Governo Federal (Ensino Superior), Estados (Ensino Médio). e Municípios (Ensino Primário).⁸

Em 1937, o governo constitucional de Getúlio Vargas foi transformado em uma ditadura que durou oito anos⁹. Durante este regime foi introduzida uma quantidade significativa de centralização, caracterizada

⁶ VARSANO, RICARDO, A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: anotações e reflexões para futuras reformas, Working Paper n. 405, IPEA (Institute of Applied Economics of the Planning and Budget Ministry), Rio de Janeiro, 1996, pp. 2-12.

⁷ CARDOSO JR., J; BERCOVICI, G. República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo Brasília: Ipea, 2013. 746 p.

⁸ VARSANO, RICARDO, A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: anotações e reflexões para futuras reformas, Working Paper n. 405, IPEA (Institute of Applied Economics of the Planning and Budget Ministry), Rio de Janeiro, 1996, pp. 2-12.

⁹ Para se ter uma idéia da perda de poder político e administrativo desse nível de governo, vale mencionar que durante todo esse período, os governadores estaduais deixaram de ser eleitos, mas nomeados pelo Governo Federal, e os Legislativos Estaduais foram fechados.

principalmente pela perda de poder dos governos estaduais⁵. Outra mudança significativa no sistema tributário vigente ocorreu nesse período. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial no comércio internacional afetaram fortemente as receitas obtidas com os impostos cobrados sobre essas transações e forçaram os diferentes níveis de governo a depender cada vez mais dos impostos incidentes nas transações domésticas. Portanto, em 1946, aproximadamente 2/3 das receitas fiscais do Governo Central eram originadas de um imposto de atacado e do imposto de renda. Do lado do Governo Estadual, os procedimentos do imposto sobre vendas a varejo compunham, naquela época, 60% das receitas tributárias. Quanto aos governos locais, cerca de 70% do total das receitas fiscais foram obtidos com os impostos sobre propriedades urbanas e rurais e com o imposto sobre a indústria e as profissões.

O ano de 1946 representa o início de uma nova etapa na evolução da Federação brasileira, bem como seu Sistema Tributário. No ano anterior ao término da ditadura de Vargas, um novo congresso foi eleito para votar uma constituição democrática e um presidente foi democraticamente eleito novamente após 15 anos. Embora a nova Constituição não tenha introduzido mudanças radicais no Sistema Tributário, promoveu significativos esforços de descentralização, dando aos governos estaduais e principalmente aos governos locais maior autonomia e fontes de receita. Também institucionalizou um mecanismo de compartilhamento de receita tributária entre os diferentes níveis de governo. No entanto, os aspectos conjunturais e administrativos, como a crescente taxa de inflação naquele período e o atraso na transferência dos processos financeiros, especialmente entre os Estados e os Governos Locais, tornaram esse mecanismo ineficaz na prática.¹⁰

Os esforços de industrialização do país, realizados na década de 1950, demandaram investimentos significativos do governo federal, que elevaram a carga tributária de 8% do PIB na década de 1940 para 13% no início da década de 1960. Naquela época, o Sistema Tributário existente mostrou-se incapaz de igualar as demandas financeiras do Governo, o que resultou em um déficit público crescente que atingiu o pico de 4% do PIB. A falta de mecanismos adequados para financiar esse déficit forçou o governo a aumentar a oferta de moeda para financiar seu déficit, aumentando assim a inflação, o que levou a uma desaceleração no ritmo de crescimento econômico e a uma nova deterioração das finanças públicas. Naquela época, havia um consenso sobre a necessidade urgente de uma reforma do sistema tributário, bem como uma modernização do Escritório de Administração Fiscal. A deterioração das condições econômicas foi seguida por uma turbulência política que resultou em um golpe militar que depôs o presidente constitucional João Goulart e deu origem a um regime militar que dura 20 anos.

¹⁰ CARDOSO JR., J; BERCOVICI, G. República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo Brasília: Ipea, 2013. 746 p.

Uma das primeiras medidas do Governo Militar foi implementar uma ampla Reforma Tributária, que criou, pela primeira vez no Brasil, o que realmente poderia ser chamado de Sistema Tributário e não apenas uma pilha de impostos e fontes de receita como ocorreu desde o início da República.¹¹ Essa Reforma pode ser resumida grosseiramente pelos seguintes aspectos:

1) a introdução de Imposto sobre Valor Agregado, tanto no Governo Federal como no Governo do Estado, substituindo os impostos acumulados antigos e ineficientes;

2) a adoção de um sistema consistente e confiável de transferências financeiras intergovernamentais, que, pela primeira vez, realmente funcionou (a principal inovação foi que o fluxo dos recursos era automático e regular);

3) a drástica limitação da capacidade do Estado e dos Governos Locais de impor novos impostos;

4) uma centralização radical de receita no Governo Federal que seria responsável pela arrecadação de 75% da Receita Tributária e disporia 67% dessa receita.

Como resultado dessas mudanças e do estrito controle político realizado pelos governos militares, a Receita Tributária aumentou acentuadamente, atingindo 25% do PIB em meados dos anos 70. Esse aumento nas receitas permitiu que o regime militar equilibrasse o orçamento público e financiasse um programa ambicioso de investimento público que aumentasse a taxa de crescimento econômico, produzindo o que na época chamava de Milagre Econômico Brasileiro.

O surgimento de uma nova crise econômica (crise do petróleo, crise da dívida externa) no início dos anos 80, por um lado, e a pressão pela democratização, por outro, interferiram nos resultados do Sistema Tributário criado em 1965, em duas formas: o ritmo de desaceleração do crescimento econômico e o ressurgimento da inflação diminuíram a Receita Tributária e as demandas políticas do Estado e dos Governos Locais forçaram o Governo Federal a aumentar a participação desses dois níveis de governo no total da Receita Tributária. Essas mobilizações culminaram na completa democratização do país em 1985 e na votação de uma nova Constituição em 1988, que muda radicalmente a tendência estabelecida em 1965. As mudanças introduzidas pela nova constitucional no Sistema Tributário e no equilíbrio das forças da Federação serão discutidos na próxima seção, uma vez que as principais controvérsias sobre o status atual e as tendências futuras do Federalismo Fiscal no Brasil geralmente remontam à Constituição de 1988.

Para resumir esse longo caminho histórico do Federalismo Fiscal no Brasil é suficiente para sublinhar três aspectos:

¹¹ Varsano (1996), op. Cit. pp. 12.

1) a mudança gradual de um sistema baseado em Impostos dependentes do Comércio Exterior para um totalmente dependente de transações domésticas;

2) a introdução e melhoria gradual de um Sistema de Transferências Financeiras entre os diferentes níveis de governo;

3) movimentos cíclicos de centralização e descentralização relacionados ao montante de recursos financeiros compartilhados por cada nível de governo, bem como a autonomia de cada nível para definir seus próprios impostos; esses ciclos podem ser resumidos da seguinte forma:¹²

- pós 1891: primeira constituição republicana = descentralização
- pós 1936: ditadura de Vargas = centralização
- pós 1946: Constituição Democrática = descentralização
- pós 1964: regime militar = centralização
- post 1988: De volta à democracia = descentralização

3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A UNIDADE DE DESCENTRALIZAÇÃO

A Constituição promulgada em 1988 causou importantes consequências ao Federalismo Fiscal brasileiro. A princípio, e como reação do período ditatorial, produziu uma descentralização significativa da receita e do poder político em direção aos governos subnacionais, em detrimento do governo federal. Em um segundo momento, o Governo Federal luta para recuperar sua parcela da Receita Tributária e aumentar seu poder político, limitando o espaço dos governos subnacionais em questões fiscais. Como consequência, a autonomia do Federalismo Fiscal, pretendida pela Constituição de 1988, é significativamente prejudicada. Os parágrafos seguintes discutirão as formas como esses três movimentos ocorreram e suas consequências para o Federalismo Fiscal e o próprio processo de definição de prioridades políticas e econômicas no Brasil.¹³

Como mencionado na seção anterior, as mudanças introduzidas no domínio federalismo fiscal pela Constituição de 1988 alteraram radicalmente o modelo federalista fiscal adotado na década de 60 pelo regime militar, embora pouca mudança tenha sido introduzida no projeto do próprio sistema tributário. A participação do Governo Federal nas Receitas Tributárias diminuiu drasticamente, beneficiando principalmente os Governos Locais, uma vez que a participação dos Estados no total da Receita Tributária permaneceu praticamente inalterada. Ao mesmo tempo, a autonomia dos

¹² REZENDE, FERNANDO AND AFONSO, JOSÉ ROBERTO R., "Fiscal Federalism: The Brazilian Case", mimeo, paper presented to the Federalis Workshop, Stanford University, April/2001.

¹³ CARDOSO JR., J; BERCOVICI, G. República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo Brasília: Ipea, 2013. 746 p.

Estados e Municípios para impor novos impostos ou alterar o percentual dos existentes foi aumentada.¹⁴

O impulso político para a descentralização e para o apoio aos governos locais foi tão forte na época que os Municípios receberam o status de entidades federadas, o que não é tão comum nos regimes federais. Ao contrário de outras constituições federais, que normalmente definem os governos municipais como criaturas de seus respectivos estados, a Constituição de 1988 estabelece o governo municipal como um terceiro nível de governo com um status constitucional igual aos Estados. Os Estados, portanto, não podem obrigar ou proibir ações dos municípios dentro de suas jurisdições.¹⁵

O fortalecimento das capacidades financeiras dos governos estaduais e municipais foi assegurado pela criação de novos impostos, pela elevação das taxas dos impostos existentes e pelo aumento da participação dos impostos federais arrecadados que foram transferidos para os governos estaduais e locais.¹⁶ As Receitas Tributárias arrecadadas diretamente pelo Governo Federal estavam caindo desde o início dos anos 80, acompanhando o processo de democratização gradual do país, diminuindo de um pico de 74,7% do total da Receita Tributária em 1980 para 71,7% em 1988. A queda foi ainda mais intensa quando se considera a receita disponível.¹⁷ Nesse caso, a participação do Governo Federal caiu de um pico de 68,2% em 1980 para 60,1% em 1988. É claro que a participação dos governos estaduais e municipais aumentou significativamente nesse período, seja na arrecadação de tributos diretos arrecadados como nas receitas disponíveis.¹⁸

Acentuando a tendência existente, a Constituição de 1988 levou a descentralização um passo adiante. Três anos após sua promulgação, quando foram concluídos os efeitos fiscais da descentralização das receitas, a participação do Governo Federal caiu de 71,7% para 63,4% nas Receitas Tributárias direcionadas arrecadadas, e de 60,1% para 54,6% nas receitas disponíveis. Em consequência, o montante das receitas tributárias arrecadadas pelos Estados e Governos Locais, à medida que as receitas disponíveis para esses níveis de governo eram proporcionalmente aumentadas. O produto da arrecadação direta de impostos passou de 25,6%

¹⁴ SOUZA, G. Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988. Dados, vol. 51, n. 4, pp. 791-823. 2008.

¹⁵ World Bank Report, "Brazil – Issues in Fiscal Federalism", mimeo, Document of the World Bank, Washington, May 2002.

¹⁶ Para ilustrar a magnitude dessas mudanças vale a pena mencionar que a parcela dos dois principais tributos federais (o Imposto de Renda e o IVA Federal) que foram repassados aos Estados e Governos Locais elevou de 18% destas Receitas Fiscais em 1980 para 44% em 1990. Se somarmos outras ações que são transferidas para os Fundos Constitucionais Regionais (Regiões Norte e Noroeste) esse valor chega a 57%.

¹⁷ Receita disponível é a quantia disponível para cada nível de governo, após consideração de transferências financeiras intergovernamentais

¹⁸ Goulart, J. O. Processo Constituinte E Arranjo Federativo. Lua Nova, São Paulo, 88: 185-215, 2013.

para 31,2% para os governos estaduais e de 2,7% para 5,4% no caso dos governos locais. Considerando as receitas disponíveis, a participação dos governos estaduais passou de 26,6% para 29,6% e de 13,3% para 15,7% para os governos locais (municípios).¹⁹

É importante notar que a diminuição do Governo Central no valor total das Receitas Tributárias foi apenas relativa. Em termos absolutos, a participação do Governo Central aumentou entre 1988 e 1991, em resultado do aumento da carga fiscal que passou de 22,4% para 25,2% do PIB nesse período. De fato, a receita disponível para o governo federal subiu, nesse período, de 13,46% para 13,76% do PIB. Considerando que o PIB teve um crescimento real no período, é fácil perceber que a receita tributária do Governo Federal aumentou em termos absolutos. Além disso, é importante notar que a figura da carga tributária para o ano de 1990 é distorcida pelo chamado Plano Collor, adotado pelo ex-presidente Fernando Collor, que impôs a prorrogação compulsória dos prazos da Dívida Federal (até 36 meses) e adotou um índice para corrigir o principal que foi fixado abaixo da inflação daquele período, impondo, também, um desconto implícito no total da dívida. Essas medidas representaram uma receita extra de mais de 3% do PIB, a maior parte dele, beneficiando o governo federal.

É importante ter em mente que a unidade de descentralização fomentada pela Constituição de 1988 surgiu de dois tipos diferentes de considerações. Um deles foi político, trazido pelo processo de democratização. A descentralização foi considerada como uma reação natural aos vinte anos de regime autoritário e à centralização de poderes e recursos financeiros em nível federal, que apoiou. Dessa forma, a descentralização dos poderes político e financeiro e o fortalecimento da Federação foram considerados um marco institucional e político mais consistente com os novos tempos democráticos. A outra consideração era administrativa e refletia a crescente preocupação com a falta de eficiência do governo em fornecer bens e serviços à população. Considerou-se que uma das razões da baixa eficiência dos serviços públicos era a longa “jornada” que o dinheiro e os serviços (saúde, educação, infraestrutura urbana, etc.) tinham que percorrer para alcançar os beneficiários. Então, era suposto ser mais natural e levar a mais eficiência, se a maioria dos serviços públicos fosse produzida e a entrega no nível mais próximo do “consumidor”: o nível estadual e, mais propriamente, o nível local.²⁰

É claro que, para isso funcionar, foi necessário um processo gradual de devolução de responsabilidades do governo federal aos estados e municípios, o que, no final, não aconteceu, por uma série de razões: a falta de vontade política, a gradual e contínua perda de planejamento e

¹⁹ ALMEIDA, Fernanda D. M. *Competências na Constituição de 1988*. Editora Atlas. São Paulo. 1991.

²⁰ ALMEIDA, Fernanda D. M. *Competências na Constituição de 1988*. Editora Atlas. São Paulo. 1991.

capacidade gerencial em todos os níveis de governança, o que tornaria mais difícil a reestruturação do setor público, e assim por diante.

Nesse ponto, o governo federal ficou com o pior dos mundos: teve que conviver com um pedaço menor do bolo de receitas e manteve suas responsabilidades com a prestação de serviços públicos. Tudo isso numa época em que crescia uma grave crise fiscal ameaçando o setor público, com suas origens na diminuição das taxas de crescimento do PIB do país, o que ironicamente aumentava a demanda por serviços públicos (seguro-desemprego, assistência social, etc.).²¹

A perspectiva de dificuldades crescentes no equilíbrio do orçamento do Governo Federal e as dificuldades políticas e administrativas na transferência de responsabilidades para os Estados e Municípios ajudaram o Governo Federal a obter apoio político para flexibilizar o movimento de descentralização estabelecido pela Constituição de 1988. Como primeiro passo, o Governo Federal enfrentou o problema ao descontinuar ou diminuir a qualidade dos serviços públicos dentro de suas responsabilidades. Como segundo passo, medidas para reforçar a receita tributária do Governo Federal e para restaurar sua influência política na Federação foram postas em prática.²²

Logo após a aprovação da Constituição, começaram os críticos ao sistema de repartição de impostos que implementou. Como mencionado acima, a principal linha de raciocínio era que o Governo Federal tinha a sua capacidade financeira em perigo com a redução drástica de receita e que, porque o Estado e os governos locais não foram atribuídos funções correspondentes, juntamente com as novas receitas fiscais que teriam direito. Esse problema foi agravado pelo fato de que em algumas áreas como saúde e educação, seguridade social e assistência social, agricultura e distribuição de alimentos, saneamento e habitação, segurança pública, transporte público, controle ambiental e outros, não há uma divisão clara de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, muitas vezes levando à sobreposição de gastos em diferentes níveis de governo.^{23,24}

Para enfrentar essa falta de Receita Tributária, o Governo Federal agiu de duas formas: aumentando a carga tributária criando novos impostos cumulativos ou aumentando a alíquota dos impostos existentes, escolhendo impostos que não deveriam ser compartilhados com outros níveis de governo, e revertendo provisoriamente o aumento da Participação da Receita

²¹ GOULART, J. O. *Processo Constituinte E Arranjo Federativo*. Lua Nova, São Paulo, 88: 185-215, 2013.

²² LEME, H.C. *O Federalismo na Constituição de 1988: representação política e a distribuição de recursos tributários*. Campinas, 202f. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1992.

²³ AFONSO, JOSÉ ROBERTO R AND MELLO, LUIZ DE. *Brazil: Na Evolving Federation*. IMF/FAD Seminar on decentralization, held in Washington, DC, on November-2000.

²⁴ LEME, H.C. 1992. *O Federalismo na Constituição de 1988: representação política e a distribuição de recursos tributários*. Campinas, 202f. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Tributária dos Governos Estaduais e Locais através da aprovação de emendas Constitucionais. Como resultado, pode-se observar um aumento drástico da carga tributária e que uma parcela cada vez maior dessas novas Receitas foi arrecadada e mantida pelo Governo Federal. A carga fiscal elevou-se de 22,4% para 25,2% do PIB de 1988 a 1991 e voltou a subir, de 25,2% para 34,1% do PIB de 1991 a 2001. Esta segunda onda de aumento na carga tributária foi principalmente para restaurar a capacidade financeira do Governo Federal. A participação das receitas disponíveis para o governo federal subiu de 54,6% em 1991 para quase 57% nos últimos anos. É importante notar que o Governo Federal recuperou uma parte significativa de um bolo de receitas muito maior, o que significa que, em termos absolutos, recuperou uma solidez financeira substancial na última década, compensando grande parte dos efeitos pretendidos pela Constituição de 1988.²⁵

A crescente importância das chamadas Contribuições (impostos sobre o volume de negócios, imposto sobre o lucro líquido e imposto sobre transações financeiras) no total da receita tributária do Governo Federal. A mudança na composição das receitas disponíveis do Governo Federal ao longo do período considerado é impressionante. De menos de 10% do total das receitas disponíveis, no início do período, a participação das Contribuições aumentou para mais de um terço, no ano 2000. É importante ressaltar esses números por dois motivos: primeiro, desse tipo. de impostos são os que não são compartilhados pelos outros níveis de governo; segundo, são impostos cumulativos e, portanto, tendem a piorar a qualidade do sistema tributário.

4 FEDERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

O Brasil, historicamente, foi um bom exemplo de um sistema federal no qual níveis subnacionais de governo capacitados conseguiram impedir a realização de metas políticas nacionais, incluindo provisão de bem-estar social. Na Constituição brasileira de 1988, a União, os estados, o Distrito Federal de Brasília e os municípios estão alocados em conjunto o poder de “combater as causas da pobreza e as causas da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” (Artigo 23), e educação, saúde e seguridade social são áreas em que existe jurisdição legislativa concorrente entre os governos federal e estadual. Na prática, como resultado da descentralização que ocorreu ao lado da democratização, os governadores estaduais foram capazes de capturar fluxos de clientelismo e exercer muita discrição nas despesas do setor social.^{26,27}

²⁵ SOUZA, C. 2005. “Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988”. Curitiba. Revista Sociologia e Política, n. 24, pp. 105-21.

²⁶ ARAÚJO, GILDA CARDOSO DE. Município, Federação e Educação: História das Instituições e das Idéias Políticas no Brasil. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2005.

²⁷ ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

As reformas de municipalização empreendidas pelo governo FHC em 1994 direcionaram mais gastos sociais, especialmente nos campos da saúde e da educação, diretamente para os municípios, evitando os estados e reduzindo sua autonomia fiscal. Esse processo ajudou o governo federal a exercer um controle mais efetivo sobre a política social e a reivindicar crédito político para tais políticas.²⁸

Durante o governo de Cardoso (1995-2002) e de seu sucessor Luiz Inácio "Lula" da Silva (2003-2010), os gastos com novas políticas sociais foram ampliados e centralizados. Isso remontava a um período anterior do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1950-1954) que era conhecido como o "pai dos pobres" porque, sob seu governo, os primeiros benefícios trabalhistas e sociais nacionais eram estabelecidos (Levine, 1998). O principal programa social Bolsa Família é claramente identificado como uma política federal e os políticos em nível nacional podem reivindicar crédito por isso. Na seção seguinte, primeiro revisamos iniciativas recentes do governo central na arena social e, em seguida, examinamos a questão da reivindicação de crédito para essas políticas por atores políticos nacionais e subnacionais.²⁹

Ocorreu um extraordinário aumento nos gastos com programas sociais no Brasil durante as presidências de Cardoso e Lula. Os esquemas de transferência de renda pré-existent para serviços médicos, odontológicos e de pensão rurais não contributivos e para idosos, pobres e deficientes foram suplementados por esquemas inovadores de cuidados preventivos, novos financiamentos para a educação básica e Bolsa Escola. O Bolsa Família, que se tornou o eixo do regime de política social sob Lula, é um programa de CCT iniciado em nível de cidade (Campinas e o Distrito Federal de Brasília) na década de 1990. Complementou a renda das famílias pobres, com a condição de que elas mantivessem seus filhos na escola e permitissem que elas tivessem as obrigatoriamente necessárias para o serviço nacional de saúde.³⁰

Durante a presidência de Cardoso, o Bolsa Escola havia sido lançado como um programa nacional, e a maioria dos CCTs subnacionais foi gradualmente eliminada por falta de recursos fiscais independentes (Fenwick, 2016, p. 63). O governo Lula expandiu o Bolsa Escola e fundiu-o com outros três programas de CCT para criar o carro-chefe do Bolsa Família (BF). Até 2011–2012, o Brasil estava gastando 23,5% do seu PIB em programas sociais, uma porcentagem relativamente alta para um país de renda média. O Bolsa Família representou 0,5% do PIB, o seguro-desemprego e os suplementos salariais, outros 0,9% do PIB, educação pública 5,5%, saúde

²⁸ ARRETICHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV, 2012.

²⁹ ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. Crescimento demoeconômico e desigualdade no século XXI. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 491-498, jul./dez. 2014.

³⁰ HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos (Org.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, 2013.

4,5% e aposentadoria 12% (Almeida, 2013). O Bolsa Família tornou-se um dos maiores CCTs do mundo. Agora, ela inclui 13,8 milhões de famílias, abrangendo 49,6 milhões de pessoas, ou 26% da população brasileira (Campello & Neri, 2014, p. 9, 32). O programa atinge beneficiários em 99,7 por cento dos 5.570 municípios do Brasil.³¹

Políticos em nível federal, mais notavelmente Lula, conseguiram reivindicar crédito para o Bolsa Família e usá-lo para aumentar seu apelo eleitoral. A Pesquisa do Painel Eleitoral Brasileiro de 2010 constatou que mais de 80% das pessoas atribuíram o Bolsa Família ao presidente, que os arquitetos da pesquisa consideraram "ainda mais impressionante quando se considera que os beneficiários se inscrevem em seus escritórios municipais. Lula mudou o nome do CCT do Bolsa Escola para o Bolsa Família, a fim de ajudá-lo a reivindicar crédito por essa política, embora tenha se baseado em iniciativas anteriores.³²

O fato de que a transferência de renda é feita diretamente nas contas bancárias dos beneficiários pelo governo federal reduziu o envolvimento de estados e municípios para funções administrativas relativamente simples, particularmente o registro de beneficiários. As famílias são elegíveis para o BF se sua renda cair abaixo de um certo limite (R \$ 150 per capita por mês ou cerca de £ 39 à taxa de câmbio de 3,86 reais por libra-peso). Um representante da família deve apresentar documentos às autoridades locais para se qualificar para o programa. Quando a família passa no teste de meios, o dinheiro é transferido eletronicamente para os cartões de débito emitidos pelo Caixa Econômica Federal.³³

Os municípios veem benefícios da administração de CCTs como novas receitas para cobrir custos administrativos, aumento do emprego no setor social em áreas que estavam ligadas ao cumprimento das condições dos beneficiários, bem como outros benefícios econômicos para a economia local. Tais características aumentaram a cooperação de prefeitos com o governo federal. Como o programa está claramente identificado como uma iniciativa presidencial e foi implementado por meio dos municípios, tem sido argumentado que ele pode fornecer incentivos aos governadores para competir com o programa subnacional ou de outra forma subverter o programa. A matrícula no Bolsa Família é menor em estados administrados por governantes que se opõem ao presidente, porque os governos

³¹ ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. Crescimento demoeconômico e desigualdade no século XXI. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 491-498, jul./dez. 2014.

³² TAVARES, P. A. PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R.; CAMELO, R. S. **Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza.** Ribeirão Preto: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1062/1044>. Acesso em fevereiro de 2018.

³³ ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, 2008.

subnacionais podem dificultar o acesso do governo federal a bancos de dados de potenciais beneficiários e / ou administrar seus próprios CCTs concorrentes.

No entanto, sua capacidade de minar o programa pode diminuir, uma vez estabelecida a rotina burocrática, e os sistemas necessários para a cooperação entre as autoridades estaduais e federais para a implementação do Bolsa Família foram implementados. No estado de Goiás, que tinha o seu próprio CCT (Renda Cidadã) antes da criação do Bolsa Família, não há mais uma grande competição entre o programa estadual e o Federal, como foi o caso em o início dos anos 2000. Os dois programas agora compartilham informações - e o programa estadual de Goiás abrange apenas 40 mil famílias, em comparação com 320.749 famílias que recebem o Bolsa Família no estado. Mesmo em seus primeiros anos, a dispersão territorial do Bolsa Família nas principais regiões do Brasil mapeou de perto os níveis de pobreza, sugerindo que fatores políticos não estavam impulsionando sua distribuição e que a política estava sendo implementada de forma justa em todo o país.³⁴

No Brasil, o Bolsa Família havia reforçado a imagem do Partido dos Trabalhadores como um partido progressista em favor dos pobres, pelo menos até a recessão econômica iniciada em 2015 e as alegações de corrupção dirigidas a líderes seniores do PT. Investigações anticorrupção e um movimento anti-PT contra a sucessora de Lula, Dilma Rousseff, levaram ao impeachment em 2016. No governo de seu sucessor, o presidente Michel Temer (2016-presente), tem havido uma crescente crítica ao escopo da política social em meio a clima de austeridade fiscal e liberalização econômica. O governo Temer sugeriu que o Bolsa Família inclui muitas pessoas e deveria ser temporário, embora em seus primórdios tenha prometido preservar o programa, por temer as consequências eleitorais de não o fazer.

O governo Temer também aprovou uma controvertida emenda constitucional que congelou os gastos do governo em termos reais por 20 anos, e isso já começou a afetar os gastos com programas sociais. Embora o consenso no Congresso em favor da inclusão social ainda seja robusto, essa crença é combinada com uma oposição aos aumentos de impostos. Portanto, em períodos de recessão, a escala do compromisso com a política social será reduzida. Isso aconteceu sob Temer, e a tendência deve continuar além da eleição presidencial de 2018, dado o tamanho do déficit orçamentário federal brasileiro e a mudança conservadora na política brasileira. Se isso

³⁴ OLIVEIRA, B. R. A implementação dos programas Bolsa-Família e Oportunidades sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. Tese de Doutorado Latino Americano de Políticas Públicas em Educação e Profissão Docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2014.

abre um novo espaço para o ativismo subnacional na esfera da política social, ainda não se sabe.

COMENTÁRIOS FINAIS

A Federação brasileira assumiu uma forma única, uma vez que foi acordado nas potências locais, municípios, considerados entidades federativas, com prerrogativa para a institucionalização de suas próprias políticas em seus territórios. No entanto, este desenho não estava isento de conflitos e, paradoxalmente, não representa, em si, uma descentralização do Estado.

Em nome de uma prioridade indiscutível de alcançar a disciplina fiscal, o Sistema Tributário Brasileiro e as relações fiscais e políticas da Federação Brasileira deterioraram-se nos últimos anos. Como consequência se tem hoje, um Sistema Tributário que produz uma carga tributária elevada, em que abundam os impostos cumulativos que ameaçam a competitividade da economia e põem em risco sua capacidade de crescer.

Aqui, um trade off poderia ser considerado. Os municípios poderiam ter um corte nas transferências constitucionais e, em seguida, perder parte de sua autonomia, em favor de um uso mais coordenado e eficiente dos recursos. Isso não implica necessariamente na redução do montante de dinheiro para os municípios, mas principalmente na afetação de uma proporção maior desses recursos, ou na extensão do volume de recursos transferidos por meio de acordos negociados.

No entanto, pouco pode ser avançado se o governo federal e os analistas e especialistas insistirem em reduzir a discussão a um dos melhores resultados orçamentários, como se fosse um objetivo em si e não uma média. E aqui reside a grande mudança política para o novo governo. Discutir real e profundamente a natureza da atual política econômica “neoliberal”. De acordo com seu raciocínio, a única coisa que cabe ao governo é ter um orçamento equilibrado, abrir a economia, ampliar os mecanismos de mercado, adotar uma moeda de troca livre e não interferir no fluxo de capital estrangeiro. Bem, isso não funciona no Brasil, como discutido acima. Apenas produziu círculos viciosos de dependência externa do capital estrangeiro, a retirada desse capital ao menor sinal de crise, a enorme desvalorização da moeda local, aumento da inflação, aumento das taxas de juros e a necessidade de maior superávit primário. Ou continuamos acreditando que “a longo prazo funcionará (a menos que estejamos mortos na época)” ou pensamos seriamente em mudanças neste “modelo”.

A discussão federalista sobre a Fiscalidade só pode progredir se esse dilema macroeconômico for resolvido. O principal desafio é lidar com as causas da volatilidade da taxa de câmbio, que pressionam a inflação e obriga o governo a aumentar a taxa de juros, aumentar a meta de superávit primário, e assim por diante. Existem duas causas para essa volatilidade: uma, real, que é a vulnerabilidade externa do país, representada pelo déficit em conta

corrente externa (superávit comercial ou déficit, mais juros e dividendos pagos a investidores internacionais, mais o superávit ou déficit com turismo, frete, etc.), e outras engenharias financeiras, que são forçadas a operações especulativas agressivas no mercado financeiro doméstico, principalmente utilizando instrumentos financeiros derivativos.

Neste artigo, também foi demonstrado que os efeitos do federalismo na política social não podem ser lidos apenas pelas estruturas institucionais. É importante prestar atenção aos graus de nacionalização do sistema partidário e centralização fiscal, a fim de compreender como as configurações constitucionais federais influenciam o formato do desenho e implementação da política social em períodos de expansão da política social. Mostramos que, no Brasil, a maior iniciativa federal em política social do presidente Cardoso foi possibilitada pela expansão das receitas em nível federal, e usada particularmente pelo presidente Lula para garantir o prestígio de seu Partido dos Trabalhadores. A grande maioria dos eleitores brasileiros vê o Bolsa Família como uma política presidencial e costuma votar em eleições baseadas em sua avaliação de candidatos e políticas nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, JOSÉ ROBERTO R AND MELLO, LUIZ DE. Brazil: Na Evolving Federation. IMF/FAD Seminar on decentralization, held in Washington, DC, on November-2000.

ALMEIDA, Fernanda D. M. Competências na Constituição de 1988. Editora Atlas. São Paulo. 1991.

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. Crescimento demoeconômico e desigualdade no século XXI. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 491-498, jul./dez. 2014.

ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV, 2012.

ARAÚJO, GILDA CARDOSO DE. Município, Federação e Educação: História das Instituições e das Idéias Políticas no Brasil. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2005.

CARDOSO JR., J; BERCOVICI, G. República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo Brasília: Ipea, 2013. 746 p.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GOULART, J. O. *Processo Constituinte E Arranjo Federativo*. Lua Nova, São Paulo, 88: 185-215, 2013.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos (Org.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, 2013.

LEME, H.C. *O Federalismo na Constituição de 1988: representação política e a distribuição de recursos tributários*. Campinas, 202f. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1992.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, B. R. *A implementação dos programas Bolsa-Família e Oportunidades sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base*. Tese de Doutorado Latino Americano de Políticas Públicas em Educação e Profissão Docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2014.

REZENDE, FERNANDO AND AFONSO, JOSÉ ROBERTO R., “Fiscal Federalism: The Brazilian Case”, mimeo, paper presented to the Federalism Workshop, Stanford University, April/2001.

ROCHA, S. *Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade*. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, 2008.

SERRA, JOSÉ; AFONSO, JOSÉ ROBERTO R, “O Federalismo Fiscal à Brasileira: algumas reflexões”, pp. 3-6, mimeo, paper presented at the International Conference on Federalism, held by the Forum of Federations, Mont-Tremblant, Canadá, Outubro 1999.

SOUZA, C. 2005. “Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988”. Curitiba. *Revista Sociologia e Política*, n. 24, pp. 105-21.

SOUZA, G. *Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988*. Dados, vol. 51, n. 4, pp. 791-823. 2008.

TAVARES, P. A. PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R.; CAMELO, R. S. **Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza**. Ribeirão Preto: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1062/1044>. Acesso em fevereiro de 2018.

VARSANO, RICARDO, *A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: anotações e reflexões para futuras reformas*, Working Paper n.

405, IPEA (Institute of Applied Economics of the Planning and Budget Ministry), Rio de Janeiro, 1996, pp. 2-12.

World Bank Report, “Brazil – Issues in Fiscal Federalism”, mimeo, Document of the World Bank, Washington, May 2002.

CAPÍTULO 2

ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO COM AS TICS

Juliana Duranzi

Professora e escritora, Mestre em Educação - Formação de Professores pela
Universidad Europea del Atlántico - Santander, España.
Especialista em Ensino de Espanhol para Brasileiros pela PUC - SP.
Bacharel e Licenciada em Letras Português e Espanhol pela
Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP.

RESUMO

Este artigo aborda a urgência de propostas inovadoras para a formação de professores em todos os níveis de ensino, refletindo sobre os desafios atuais e propondo intervenções na formação docente universitária. Destaca-se a necessidade de atualização frente às mudanças sociais e tecnológicas, que demandam professores mais preparados e uma formação mais dinâmica e flexível. A formação docente historicamente foi marcada por modelos conteudistas e tecnicistas, mas o cenário atual exige uma abordagem mais individualizada e centrada no aluno, com ênfase no uso das tecnologias digitais. A autora argumenta que os professores não devem mais ser apenas transmissores de conhecimento, mas sim facilitadores da interação e construção coletiva do saber. Diante desse contexto, propõe-se uma intervenção na formação docente universitária, com ênfase na utilização de tecnologias digitais e na promoção de práticas pedagógicas inovadoras. Essa intervenção deve ser flexível, adaptável e integradora, levando em consideração as necessidades e demandas dos professores e da sociedade. Os objetivos da formação incluem a reflexão sobre modelos existentes, o desenvolvimento de competências docentes para a sociedade atual, a identificação das contribuições das tecnologias para a educação, e a inserção de novos recursos tecnológicos na prática metodológica. O modelo de formação proposto é hermenêutico-reflexivo, valorizando o aprendizado do educador e a análise das próprias práticas. As modalidades formativas incluem cursos, oficinas, assessoramento pedagógico, entre outras, com o objetivo de contemplar mudanças na ação docente. Destaca-se a importância da interação entre professores e a utilização de recursos tecnológicos, como o Google Forms, para promover uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: formação docente; TICs; competências; práticas pedagógicas

INTRODUÇÃO

A partir da reflexão sobre os desafios atuais, expandimos para uma proposta de intervenção à formação docente de uma Universidade.

Sabemos que a formação dos professores, em questão, majoritariamente, está pautada em um sistema bastante conteudista, tecnicista, ou o que Paulo Freire chamou em seu livro *Pedagogia do Oprimido* de educação bancária, um ensino que se ocupa apenas com o que se ensina no aspecto da informação nela mesma. Desde a exigência da formação do professor em nível superior da LDB em 1996, pouco se percebe a evolução em mudanças na regra como prática docente desde a época.

As alterações no comportamento social, a distribuição abundante e democrática de informação, a mobilidade do conhecimento, a renovação dos papéis sociais tem exigido um professor mais preparado e logo uma formação mais complexa desse professor.

O momento atual nos ofertou mudanças significativas para a sociedade, o século XXI chegou com incontáveis transformações em todos os aspectos da vida humana. O crescimento tecnológico é inegável, alinhando a forma de organização social e profissional, o modelo de comunicação e o contato entre os indivíduos. Fica claro que grande parte dessas mudanças é resultado do surgimento das tecnologias digitais (TD). Tais tecnologias diminuíram a necessidade da proximidade física e geográfica nas conversações entre os indivíduos. Com isso as fronteiras e os limites para a aquisição do conhecimento estão cada vez menores em consequência das renovadas formas de comunicação, das quais são estabelecidas pelas tecnologias digitais. A abertura de novos meios tecnológicos sugere renovações nas práticas dos indivíduos e consequentemente na sociedade contemporânea.

O que está em constante desenvolvimento requer uma formação mais dinâmica ainda. Formação significa, sempre, desenvolvimento, movimento, no entanto, em tempos atuais, principalmente assumindo a presença e o uso mais frequente do uso das tecnologias em nossas vidas, a formação assume outra dinâmica.

Como escreveu em seu artigo, a professora Vani, “Em uma sociedade ágil e plena de mudanças a formação de professores deve ser flexível e dinâmica”. Além do dinamismo, a flexibilidade é outro preceito que a professora entende como “personalização do aprendizado”. Quando antes os professores eram treinados a reproduzir um ensino padrão, técnico e estratificado, hoje se percebe a necessidade de individualizar o ensino, isso é, cada aprendiz possui suas inteligências e potencialidades, como defendeu Gardner na década de 90, mas também a informação assume um outro papel; o professor não é o único que a detém, com o avanço da tecnologia e internet, ela se torna cada vez mais ágil e democrática, portanto, o professor precisa adequar seu papel: não é mais o detentor e disseminador da informação, porém, sua função estará agora muito além do transmissor da teoria, será o

de fomentar a interação, o fortalecimento cultural, as relações, resoluções de problemas, etc.

Flexibilizar o ensino entendemos como uma via de mão dupla. O docente forma o aprendiz para a pró-atividade, para a contribuição, a perícia, o senso crítico, o questionamento e a construção coletiva. E cria também mecanismos múltiplos para a formação desse formador.

Nossa proposta é não encerrar a formação em uma única via, mas propor uma intervenção que seja variável e adaptável em seus conteúdos, procedimentos e modalidades, de modo que os professores da Universidade X recebam uma formação integradora, cooperativa, pois “é preciso ensinar e aprender em rede” (Kenski).

Em relação aos grupos sociais que têm sentido as mudanças decorrentes do surgimento das tecnologias digitais, por exemplo, destaca-se uma em especial, por ser responsável pela formação dos indivíduos em sua plenitude, a escola. Em consideração a isso, podemos relatar que o uso das Tics no cenário escolar, move-se como uma possibilidade de englobar e contextualizar os conteúdos escolares, de tal forma que o aluno note as ligações, relações, vínculos que existem entre um conteúdo e outro, refletindo na produção do conhecimento.

Sempre que falamos em tecnologias digitais estamos nos referindo ao conjunto de tecnologias que possibilita a aquisição, desenvolvimento e exibição de informações que podem ser impulsionadas por meio de imagens, vídeos, áudio, textos e/ou jogos eletrônicos...

Tais possibilidades nos levam a assuntos relacionados à formação de docentes para o uso das tecnologias digitais, de forma a colaborar com os processos de produção do conhecimento e no desenvolvimento intelectual e cultural dos discentes. Entende-se ainda que a dinâmica da formação inicial direcionado para o uso das TD deve ter seguimento com a formação continuada, visto que as tecnologias estão em constante avanço.

Destacamos, portanto, que a formação do professor deve ser continuada, intencional e construída com base e estratégias a partir das observações e demandas sociais que não são permanentes, têm evolução, ritmo, desenvolvimento e individualização cada vez mais marcados e isso requer um olhar mais cuidadoso do docente, portanto demanda um profissional muito bem preparado, formação essa que lhe garanta suporte e segurança em suas práticas.

Levando em conta que as tecnologias digitais vêm provocando mudanças na sociedade de modo geral, é preciso considerar que a escola precisa ser reestruturada para amparar as demandas atuais. Essa reestruturação passa pela reavaliação do papel do professor, e por consequência pela formação inicial dos futuros docentes. Os cursos superiores de licenciaturas carecem preparar os novos docentes para o uso eficiente das tecnologias digitais, a fim de contribuir com o aluno no avanço das suas capacidades cognitivas que são estimadas para que se materializem os processos de ensino e de aprendizagem.

A Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (BRASIL, 1996) no artigo 62 refere-se dos tipos e modalidades dos cursos de formação inicial de professores, desse modo expresso:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação à distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

A formação continuada é julgada pela LDB como direito de todos os profissionais que atuam em qualquer departamento de ensino, uma vez que não só ela permite a progressão funcional assentada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também é favorável ao desenvolvimento dos docentes vinculados com estes estabelecimentos e seus projetos.

De acordo com o artigo 67 da Lei 9.394/96, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) é assegurada aos docentes do magistério público:

- a) ingresso, exclusivamente, por concurso de provas e títulos;
- b) Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- c) Piso salarial profissional;
- d) Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- e) Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- f) condições adequadas de trabalho.

O processo de formação docente aqui no Brasil tem uma trajetória acadêmica que é marcada por diversas correntes filosóficas e modelos formativos os quais interferem no perfil do educador. Segundo os historiadores a formação docente aqui no país tem início por volta do século XVII.

Ao observar o grupo de professores sugeridos aqui no texto é possível observar que os mesmos receberam uma formação inicial pautada no **modelo academicista**, onde o foco está pautado no conhecimento teórico. Uma prova disso são os relatos da formação acadêmica do grupo.

Em pleno século XXI a formação docente exige outras competências para o exercício da profissão. A UNESCO destaca elementos básicos que devem estar presentes na formação docente: distribuição temporal, diferentes contextos, qualidade e contextualização, maior quantidade de créditos para as práticas e investigação como fator chave.

A formação inicial deve preparar profissionalmente educadores para atuar em uma sociedade com mudanças constantes. Um exemplo é a tecnologia, que permite o aluno aprender em apenas um clique, e isso tem se tornado um grande desafio para professores no interior das salas de aulas. Os relatos são de indisciplina, desinteresse, desmotivação entre outros.

A pergunta do momento é: com uma vasta rede de informação será que os aprendizes irão suportar aulas tradicionais, onde o professor utiliza apenas o pincel ou até mesmo o giz?

Para a Professora Vani, “é preciso que os docentes universitários sejam formados e assumam novas práticas e estratégias de ensino que possam fazer a diferença na formação de professores para os novos tempos”.

Objetivos

É preciso preparar o educador capaz de assumir postura profissional diferente que contemple a real necessidade educativa de uma nova sociedade. Retornando ao grupo de profissionais citado anteriormente nesse texto, onde os mesmos relatam a necessidade de uma formação contínua para melhorar a sua prática, o grupo de mestrandas resolve oferecer uma formação continuada para esses educadores, tendo como propósito geral da formação **aportar uma preparação formativa para o grupo de docentes da escola X, permitindo lhes melhorar suas práticas metodológicas quanto ao uso das TICS**. Especificamente, os objetivos que nos propomos conseguir ao longo da formação são os seguintes:

- Refletir sobre os modelos de formação existentes e da própria formação inicial.
- Compreender as competências docentes para a sociedade atual.
- Identificar as contribuições da tecnologia para a escola do século XXI.

- Conhecer e inserir novos recursos tecnológicos na prática metodológica.

Modelo de formação

A formação será pautada no modelo hermenêutico – reflexivo. O qual tem como objetivo” proporcionar um momento de formação, em que o professor reflita sobre suas necessidades formativas e oriente o formador quanto aos conteúdos, estratégias e técnicas que lhe permita desenvolver como docente. ” Esse tipo de formação valoriza o aprendizado do educador, como também permite- lhe analisar as próprias práticas, valorização do trabalho coletivo e mais interação do grupo.

Segundo os estudiosos esse modelo é um dos que mais se aproxima das necessidades educativas atuais, uma vez que é marcado por um processo de reconstrução de aprendizado.

Os tipos de modalidades formativas

As modalidades dos processos formativos são várias e devem ser selecionadas conforme as necessidades do processo de formação dos educadores. Todas têm como objetivo contemplar mudanças na ação docente. Citamos aqui exemplos de algumas modalidades do processo formativo: **cursos de formação, módulos de formação, oficina, jornadas, conferência, congresso, grupos de trabalho e assessoramento a centros educativos.** O importante é conhecer os objetivos e foco de cada modalidade e adequar a realidade do grupo e instituição que será contemplada.

Nós optamos em preparar um assessoramento pedagógico ao grupo de professores o qual ficamos responsáveis em propor uma ação formativa. A escolha teve como princípio a autonomia dos docentes, os quais nos relataram as suas principais necessidades formativas. A partir desse momento o grupo de mestrandas decidiu que irão organizar um assessoramento pedagógico aos educadores. Uma vez que os docentes já relataram as suas reais necessidades, esse tipo de modalidade se aproxima do modelo formativa que o grupo selecionou. Um dos objetivos do assessoramento é que o assessor assumirá o papel de facilitador, mediador, valorizando o aprendizado dos educadores e suas necessidades, tendo também a autonomia para a escolha do local e a duração do curso de formação.

Para a Professora Vani, os docentes universitários precisam preparar os futuros professores com novas práticas e estratégias de ensino para atender às novas demandas da educação. E lamentavelmente isso ocorre de forma muito lenta, ela fala que existe um “abismo” entre as tecnologias e escola. Não podemos culpabilizar os professores universitários, pois os mesmos não foram formados com os recursos tecnológicos atuais. Ninguém

ensina o que não sabe. Portanto é urgente que os centros universitários revejam os currículos dos cursos de formação docentes e adotem novas práticas e metodologias, inserindo as TICS, nesse contexto, pois a sociedade está em processo de mudança constante.

É preciso que as universidades assumam o seu papel social, garantido um ensino reflexivo, oferecendo aos seus acadêmicos em especial aos futuros educadores um ensino pautado nas seguintes competências: emocional, digital, intercultural e cidadã. Essa é a nova formação docente que a escola atual exige.

Não é uma tarefa fácil, pois sabemos que muitos centros universitários não possuem uma estrutura física adequada e nem mão de obra qualificada. Muitos autores, em especial a Vani, falam da necessidade dos docentes universitários aderirem ao uso das TICS, em sua prática de ensino para uma educação diferente é preciso formar professor diferente”.

Portanto a formação docente é um dos fatores para o sucesso da aprendizagem, sabemos que existe outros que interferem tanto quanto no resultado da aprendizagem como: carência de políticas públicas e sociais, desvalorização profissional do professor, ambiente escolar em péssimas condições, falta de recursos pedagógicos, salas de aulas superlotadas.

Para Gatti, é necessária uma verdadeira revolução no processo de formação de professores nas estruturas institucionais e nos currículos, onde a fragmentação formativa é clara. É necessário um outro olhar no processo de formação do educador capaz de atender a sociedade contemporânea.

Independente da modalidade de ensino, se presencial, EAD ou semipresencial, o que se interessa é a qualidade do ensino que está sendo repassado. Para alguns pesquisadores o fracasso da formação docente está relacionado aos cursos a distância, porém tem outros que deixam claro que nem sempre a precariedade está vinculada a modalidade e sim ao currículo, falta de interação com outras instituições, formação docente superior, uso de novas estratégias didáticas, incorporação de novos valores, uso dos recursos tecnológicos entre outros.

O assessoramento pedagógico ao grupo da escola X, será semipresencial, onde os dois primeiros encontros serão presenciais e depois os professores terão acesso a uma plataforma para a realização de atividades. Aqui o atendimento online contemplará momentos para tirar dúvidas, trocas de experiências com outros docentes quanto ao uso das TICS e disponibilização de novas práticas de ensino, para serem utilizados nas suas aulas.

Conteúdos da formação

Os conteúdos estão classificados em: conteúdos conceituais, conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais.

Os conteúdos conceituais são aqueles voltados para compreender a terminologia de algo ou para conceituar um determinado ser. Na formação docente está presente o conhecimento teórico.

Conteúdos procedimentais contemplam as ações voltadas para alcançar os objetivos, aqui o sujeito é capaz de descrever, comparar. Tem condições de colocar em prática o seu conhecimento teórico. Como exemplo, o professor estuda sobre os conceitos de planejamento e aqui ele tem condições para elaborar e executar um plano.

Os conteúdos atitudinais são voltados às mudanças de atitudes. Atualmente esse conteúdo abrange as temáticas: Interculturalidade, diversidade, perspectivas de gênero e outros. Tem como objetivo a mudança de atitude do sujeito.

Para atender ao grupo de educadores da escola X, nós optamos pelos seguintes conteúdos:

Os principais modelos de formação docente existentes.

As competências básicas exigidas para o docente na sociedade atual.

Reflexão sobre a própria prática de ensino.

As contribuições das tecnologias para a escola do século XXI.

Sugestões de novos recursos tecnológicos para serem utilizados na prática metodológica.

Algumas problemáticas encontradas nos espaços educacionais devem ser vencidas a partir dos diferentes modelos de educação apresentados à nova realidade, com uma didática que facilite a interpretação da realidade e possibilite a construção de conhecimentos de acordo com a realidade e especificidade de cada um.

A modalidade escolhida pelo grupo de mestrandas a ser ministrado serão oficinas realizadas inicialmente no modelo presencial, no espaço onde os docentes atuam, especificamente no laboratório de informática, no qual todos terão acesso aos recursos disponíveis como: computador, internet, data show, microfone e caixa de som facilitando o acesso e a participação de todos.

A interação professor-professor, cria a oportunidade de desenvolvimento profissional, incentivando os professores a tirar vantagem da descoberta de novos conhecimentos e seus próprios assuntos e dentro da comunidade acadêmica.

Após os dois primeiros momentos, os demais encontros se darão no modelo à distância, com reuniões por meio do *Google Meet* com horários pré-agendados e links disponibilizados no dia da reunião, ficando também a disposição dos participantes um e-mail como suporte para tirar as dúvidas que surgirem ao longo do processo.

A oficina tem como objetivo praticar os conteúdos teóricos que serão abordados, ampliar e enriquecer os conhecimentos sobre a tecnologia da informação e da comunicação para que haja melhor criatividade e compartilhamento de experiências entre professores e alunos, com o compromisso de alcançar uma competência ativa para integrar as

ferramentas tecnológicas nas aulas e promover aprendizagem significativa aos professores por meio dessa formação.

Segundo Libâneo, a Didática descreve e explica os nexos relações e ligações entre ensino e aprendizagem: investiga os fatores co-determinantes desses processos; indica princípios, condições e meios de direção do ensino, tendo em vista a aprendizagem, que são comuns ao ensino das diferentes disciplinas e de conteúdos específicos.

Na oficina serão abordados temas atuais em relação ao novo modelo de avaliação digital que atualmente utilizados, serão disponibilizadas orientações sobre o Google Forms que serve para criar questionários, fazer o acompanhamento de respostas, produzir pesquisas, solicitar avaliações com questões objetivas, discursivas e até de múltipla escolha.

A oficina acontecerá no período de dois meses com encontros quinzenais, sendo os dois primeiros encontros presenciais e os dois últimos online, cada encontro terá duração de duas horas. Na primeira hora serão realizadas as orientações gerais sobre o que será produzido e no segundo momento serão realizadas as atividades práticas e esclarecimento de dúvidas aos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na demanda, realidade e necessidade apresentadas, buscamos desenvolver e planejar um assessoramento baseado em TICs. Nosso ponto de partida foi tentar desconstruir os modelos tradicionais que os professores já estão inseridos e já foram formados para proporcionar estratégias e práticas pautadas nas demandas em que vivemos atualmente. A forma como tratamos o conhecimento nos dias atuais, bem como ele se propaga, de forma muito acelerada e desordenada, nos levou a refletir sobre o papel do professor junto ao alunado.

A aprendizagem por compartilhamento e a necessidade cada vez maior das conexões requer mais o domínio tecnológico. No entanto, esse domínio não é único, é diverso e constante, dinâmico, para isso, sabemos que a formação com as TICs requer mais que um ensino por mero treinamento por encontros pontuais e sazonais, mas um trabalho constante e construtivo de mediação, diálogo e senso colaborativo.

REFERÊNCIAS

GODOI, Katia, PADOVANI, Stephania. Avaliação de material didático digital centrada no usuário: uma investigação de instrumentos passíveis de utilização por professores.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso:
19 mar. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Coleção magistério. Formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994

KENSKI, Vani Moreira. A urgência de propostas inovadoras para a formação de professores para todos os níveis de ensino.

CAPÍTULO 3

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO RAMO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Lidiane Kasper

Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-6752-1634>

Tatiane Batista Boeno Peno Nogueira

Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7414-7943>

Darlan Ariel Prochnow

Doutorando em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-3699-074X>

Jorge Oneide Sausen

Pós-Doutor em Administração. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-3684-1410>

Nelson José Thesing

Doutor em Integração Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>

Euselia Paveglio Vieira

Doutora em Administração. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-5927-2703>

RESUMO

A prática da responsabilidade social é uma temática em evidência, um indicativo que impõe novos desafios na gestão empresarial, pela qual as empresas são impulsionadas a adotar uma nova postura relacionada às questões ligadas à ética e à qualidade das relações com seus *stakeholders*. Assim, o presente artigo busca analisar as práticas de Responsabilidade Social Corporativa e o respectivo processo de comunicação destas ações por parte de uma empresa do ramo agrícola, localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, à luz da primeira dimensão das categorias do

modelo tridimensional de Carroll (1979), o qual contempla as responsabilidades econômica, legal, ética e discricionária. Para responder a essa inquietação, foi realizada uma pesquisa de campo embasada em um roteiro de perguntas estruturadas, com a finalidade de coletar informações sobre essas práticas e seu processo de comunicação. Os resultados apontam que a empresa pratica a responsabilidade social corporativa, contemplando as exigências econômicas, legais, éticas e discricionárias. Já em relação ao processo de comunicação, embora ainda incipiente, a empresa reconhece sua importância para disseminação das ações realizadas de modo que vem investindo na ampliação de sua divulgação.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Sustentabilidade. Agricultura. Comunicação. Stakeholders.

INTRODUÇÃO

Em um cenário onde as preocupações com as questões sociais e ambientais vem ganhando força, as empresas também precisam mostrar sua parcela de contribuição à sociedade (Demeterko; Lucas; Sehnem, 2015). Com este propósito, o tema da responsabilidade social vem conquistando espaço nas discussões do mundo dos negócios, no sentido de compreender sua dimensão e incorporar tais práticas à realidade empresarial (Schmidt; Cargini; Guimarães, 2011).

Embora a responsabilidade social possua diversas abordagens, um dos conceitos mais amplamente utilizados na literatura é o de Carroll, que surgiu em 1979, onde a estrutura da Responsabilidade Social Corporativa - RSC perpassa o escopo econômico, legal e ético, atingindo uma dimensão discricionária voltada ao conjunto da sociedade (Manfrin *et al.*, 2019). A análise das questões econômicas, legais, éticas e discricionárias praticadas pelas empresas são contempladas nas categorias da primeira dimensão do modelo tridimensional proposto por Carroll, em uma visão multidimensional (Carroll, 1979).

O modelo de RSC de Carroll pode servir como um norte para a empresa, de modo que permite uma autoavaliação sobre as práticas que vem realizando, além do planejamento e execução de ações em busca da contínua promoção da responsabilidade social corporativa (Demeterko; Lucas; Sehnem, 2015). Além do mais, de acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2007), a responsabilidade social está relacionada à gestão que se consolida pela relação ética e transparente da empresa com todos os seus stakeholders e pela definição de objetivos empresariais capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

Portanto, existe uma estreita relação entre a RSC e a comunicação estratégica destas práticas (Boechat; Barreto, 2018) de modo que a comunicação das ações de RSC contribui para a legitimidade da empresa e, ao mesmo tempo, estas ações são adotadas por pressão dos stakeholders,

para que a empresa tenha, de forma conjunta, um desempenho econômico satisfatório, aliado à justiça social e o cuidado ao meio ambiente (Veroneze *et al.*, 2021). Assim, a combinação de desempenho econômico, social e ambiental, é resultado da institucionalização das ações de Responsabilidade Social Corporativa pelas empresas. Neste sentido, empresas que utilizam mais recursos naturais e geram impactos ambientais, tendem a divulgar suas boas ações de responsabilidade socioambiental, como uma forma de resposta aos stakeholders (Matos *et al.*, 2022).

O envolvimento empresarial com a responsabilidade social tende a acrescentar valor às organizações, transmitindo uma imagem positiva à sociedade quando do desenvolvimento de suas atividades sociais de modo adequado, destacando-se no mercado e no setor do qual faz parte (Schmidt; Cargini; Guimarães, 2011). No caso do setor agrícola, o posicionamento estratégico adotado por algumas organizações em direção à sustentabilidade, mostram os primeiros passos na introdução de práticas de RSC (Kitamura, 2003).

Neste viés de novas práticas, no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, uma empresa do ramo agrícola tem investido em soluções inovadoras e sustentáveis, com o propósito de gestão estratégica organizacional orientada para a solução de problemas e na busca por melhores resultados de qualidade e produtividade na produção agrícola sustentável, tornando-se um campo de estudo para as práticas de RSC. Além do mais, dado o ramo agrícola, um ambiente que busca a sustentabilidade de suas atuações, a empresa, aqui analisadas, também vai ao encontro da gestão do desenvolvimento sustentável.

Deste modo, o objetivo deste estudo consiste em analisar as práticas de Responsabilidade Social Corporativa e o respectivo processo de comunicação de tais ações por parte de uma empresa do ramo agrícola sustentável, à luz da primeira dimensão das categorias do modelo tridimensional de Carroll que contempla a responsabilidade econômica, legal, ética e discricionária. Assim, este estudo visa contribuir no campo teórico do conhecimento, discutindo a relação entre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o processo de comunicação e divulgação destas ações. No campo prático, o estudo traz para a discussão estratégias organizacionais e sua aproximação com os stakeholders, discutindo reflexos em nível interno organizacional, bem como reflexos externos à sociedade como no desenvolvimento sustentável.

Após esta introdução, é apresentado o referencial teórico do estudo, que contempla o entendimento do conceito e elementos em torno da responsabilidade social corporativa, bem como aspectos referentes ao processo de comunicação e divulgação destas ações. Na metodologia é apresentada a classificação da pesquisa e os procedimentos para coleta e análise das informações. Seguidamente, são apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa, sendo relacionados com a literatura sobre o

tema. Por fim, nas considerações finais apresenta-se o desfecho do estudo, suas limitações e possibilidades de novas abordagens.

REFERENCIAL TEÓRICO

Responsabilidade Social Corporativa

A responsabilidade social corporativa, segundo Boechat e Barreto (2018), tem evoluído em importância, fato que é justificado pela sua larga aplicabilidade no estudo das organizações, assim como pelo grande interesse acadêmico sobre este tema. As mesmas autoras destacam, ainda, a estreita relação entre a RSC e a comunicação estratégica destas práticas, as quais geram resultados positivos entre os stakeholders das organizações.

Desta forma, estudos sobre a responsabilidade social corporativa têm apontado a importância do tema, a exemplo de Demeterko, Lucas e Sehnem (2015), que identificaram diversas dessas práticas em uma empresa de prestação de serviços de software. A pesquisa realizada por Kieling et al. (2021) analisou a comunicação de uma empresa com seus clientes em uma comunidade online utilizando o Modelo VBA de responsabilidade social corporativa, que explora os conceitos de valor, equilíbrio e transparência praticados pelas empresas. Nesse sentido destaca-se, ainda, a necessidade de aplicação de estudos nesta linha em diferentes segmentos e setores empresariais, sendo que este estudo se diferencia dos aqui comentados por fazer uma análise do modelo em uma empresa que atua no ramo agrícola sustentável, de modo a verificar como as práticas de RSC ocorrem e são comunicadas aos interessados, neste contexto empresarial.

Deste modo, Macedo, Gadelha e Cândido (2014) discorrem que a conduta ética e moral das organizações tem direcionado suas ações empresariais no cenário atual, ou seja, cada vez mais, vem sendo consolidada a crença de que as empresas precisam exercer um papel mais amplo perante a sociedade e não somente o de maximização de lucro e criação de riqueza. Sendo assim, as empresas esforçam-se, cada vez mais, para vincular sua imagem à noção de responsabilidade social, assumindo uma nova postura, por meio da preocupação com a valorização do homem, do meio ambiente e da cultura.

Dessa forma, a responsabilidade social está vinculada a um processo de mudança na cultura organizacional, envolvendo seus diversos públicos. Ademais, Ashley (2005) explica a Responsabilidade Social como um compromisso da organização com a sociedade, expresso em atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo.

O termo responsabilidade social apresenta diversas abordagens, nesta pesquisa foi privilegiado a de Carroll, que surgiu em 1979, onde a estrutura da responsabilidade social corporativa deve ir além do cumprimento de obrigações legais, éticas e lucros, mas também apresentar sua preocupação com os problemas da sociedade (Manfrin et al., 2019), ou seja,

Carroll (1979) sugere que a RSC seja entendida como a expansão do papel da empresa para além de seu escopo econômico e suas obrigações legais.

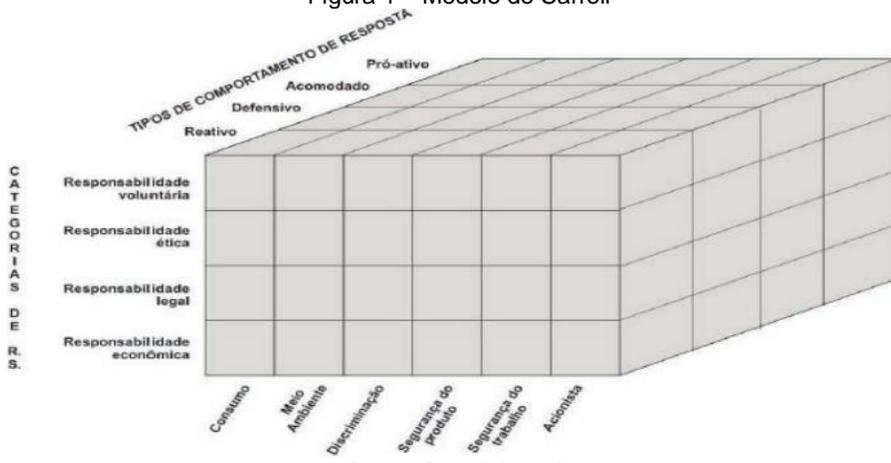
O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2007), discorre que a responsabilidade social está relacionada à gestão que se consolida pela relação ética e transparente da empresa com todos os seus stakeholders e pela definição de objetivos empresariais capazes de promover o desenvolvimento sustentável, envolvendo organizações de interesse civil, social e ambiental, propiciando a redução das desigualdades sociais com respeito a diversidade.

Na busca de adotar uma postura socialmente responsável, de acordo com Dean (2003) as empresas empenham-se no respeito das leis e das normas éticas, no tratamento íntegro aos seus colaboradores, na preservação do meio ambiente e na adoção de ações sociais que contribuam para uma sociedade melhor. Mora, Webbe e Harris (2001) vão além, e conceituam a Responsabilidade Social como o comprometimento da empresa em minimizar ou eliminar os seus impactos negativos ao mesmo tempo que elevam seus impactos positivos e benéficos à sociedade.

Diante disto, para ser uma empresa socialmente responsável é necessário ter uma visão ampla e consciente que tudo que se faz gera impactos diretos e indiretos, dentro e fora das organizações, atingindo desde os consumidores e os empregados até a comunidade e o meio ambiente, ocasionados pelo gerenciamento das mudanças geradas no processo de reestruturação. Dias (2011) afirma que a responsabilidade social corporativa interna como a externa tem o mesmo peso e importância, devendo se apresentar sempre interconectada.

Portanto, a empresa socialmente responsável é aquela capaz de ouvir as diferentes partes interessadas e estar preparada, conseguindo incorporar estes diferentes interesses em seu planejamento, com vistas a atender as necessidades de todos e não somente dos acionistas. Visando contemplar uma visão multidimensional da responsabilidade social, e melhorar a performance das organizações, Carroll (1979) propõe o modelo tridimensional de desempenho corporativo, conforme Figura 1. Por meio deste modelo o autor contempla três dimensões, sendo a dimensão das categorias, as ações que a empresa prioriza e os tipos de respostas da empresa frente a sua postura.

Figura 1 – Modelo de Carroll



Fonte: Carroll (1979).

Tendo por base o modelo de Carroll (1979), neste estudo são exploradas suas dimensões categóricas, identificadas como econômica, legal, ética e discricionária, sendo apresentadas por meio de variáveis construídas e a descrição de Macêdo, Gadelha e Cândido (2014).

A categoria econômica é considerada por Carroll (1979) como a primeira e, também, base das outras dimensões, dado que as empresas são unidades econômicas relacionadas à produção de bens e serviços à sociedade, estando, desta forma, as outras dimensões baseadas nesta. A expectativa econômica acaba sendo condição fundamental para existência de qualquer organização, tendo, deste modo, uma responsabilidade para com a sociedade, que as sustentam (Carroll, 2016).

Segundo Macêdo, Gadelha e Cândido (2014) na dimensão econômica são contempladas as variáveis que tratam justamente da saúde financeira do negócio, como seu equilíbrio financeiro medido pelas receitas e despesas, a satisfação dos *stakeholders* com o desempenho do negócio, investimentos realizados, produtividade dos colaboradores, prática de preços e produção de bens de acordo com os requisitos do mercado, e o cumprimento dos pagamentos de tributos, impostos e outras obrigações. Portanto, a responsabilidade econômica é essencial, já que o objetivo das empresas é gerar lucros que garantem sua sobrevivência e atuação no mercado (Demeterko; Lucas; Sehnem, 2015).

Além da questão econômica, espera-se das empresas o cumprimento das obrigações legais (Carroll, 1979), de modo que na categoria Legal são contempladas as ações voltadas ao cumprimento integral das leis, normas e códigos, como obrigações contratuais, trabalhistas, ambientais, código do consumidor, dentre outras de natureza legal (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014).

Os comportamentos exercidos pelas empresas, não necessariamente codificados em leis, mas esperados e aceitos pela sociedade, são contemplados na categoria Ética (Carroll, 1979). Nesta categoria espera-se que haja o respeito à integridade moral e ética dos colaboradores, com adoção de códigos de comportamentos, processos confidenciais para tratar de problemas individuais dos funcionários, e fomento à cultura para criação de valores éticos e morais (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014).

Por fim, na categoria voluntária ou discricionária como também é conhecida, que se encontra no topo da ilustração, as ações realizadas pelas organizações acabam sendo voluntárias, onde as decisões e ações por elas praticadas são guiadas pelo seu próprio desejo de engajar-se em papéis sociais não obrigatórios, deste modo espera-se contribuições filantrópicas, (Carroll, 1979). Nesta categoria é contemplado o comprometimento da empresa como o incentivo a práticas voltadas à promoção de ações sociais e comunitárias, estímulo ao voluntariado, e desenvolvimento de habilidades suplementares nos colaboradores (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014). Ainda sobre esta dimensão Freire e Souza (2010) destacam o engajamento com projetos e ações filantrópicas voltadas ao bem-estar social e que estimulem a qualidade de vida da comunidade.

Comunicação das ações de responsabilidade social corporativa

Nos últimos anos, tem havido um aumento no número de empresas que divulgam publicamente a adoção de práticas socialmente responsáveis. Embora não exista um consenso nos meios acadêmico e empresarial sobre a definição e a abrangência da Responsabilidade Social, essas práticas estão, basicamente, direcionadas ao público interno e externo da organização, com o intuito de atender aos interesses e expectativas dos diferentes *stakeholders*. Além disso, as práticas de responsabilidade social podem ainda ser relacionadas aos conceitos de sustentabilidade e governança corporativa (Milani Filho, 2008).

Quando da adoção de práticas de responsabilidade social, além dos ganhos coletivos para as empresas e seus stakeholders, estudos como o de Gomes (2015) apontam que a comunicação das ações de RSC praticadas pelas empresas é um fator de influência no comportamento dos indivíduos.

Deste modo, observa-se que além da prática destas ações é preciso sua disseminação no mercado, de modo a gerar uma imagem socialmente responsável e ação conhecida pela sociedade, repercutindo na diferenciação mercadológica da empresa (Becker, 2018). Logo, para analisar o comportamento do consumidor diante das práticas de Responsabilidade Social Corporativa, algumas pesquisas foram realizadas por institutos brasileiros.

Com este propósito, o Instituto Ethos realizou uma pesquisa no ano de 2001 contemplando 1.002 pessoas com idades entre 18 e 74 anos

(divididas por cotas, com base na pesquisa nacional por amostra de domicílios realizada pelo IBGE em 1999) em nove regiões metropolitanas. A pesquisa teve por objetivo detectar como os consumidores percebem a responsabilidade social das empresas, quais expectativas elas têm em relação a essa questão e como isso repercute em suas atitudes e comportamentos (Instituto Ethos, 2002).

Nesta pesquisa, os resultados demonstram que 39% dos entrevistados acreditam que as grandes empresas devem, além de gerar lucro, cumprir as leis, gerar empregos e ter padrões escola superior de propaganda e marketing de comportamento que ajudem a construir uma sociedade melhor; 78% entendem que para uma empresa ser considerada socialmente responsável, ela deve ir além do que a lei determina; 49% declararam possuir conhecimento de que as empresas realizam ações sociais, ou que produzem relatórios anuais que apresentam os seus desempenhos social e ambiental; 75% afirmaram possuir muito interesse em conhecer o que as empresas estão fazendo para serem socialmente mais responsáveis (Instituto Ethos, 2002).

Outra pesquisa com propósito semelhante foi encomendada pelo Instituto Akatu e realizada pela Indicator, sobre o consumidor brasileiro. A pesquisa indicou, entre outros aspectos, a importância de questões relacionadas às práticas de responsabilidade social corporativa, visto que 66% dos entrevistados consideraram importantíssimo para o mundo melhorar a saúde da população, 64% reduzir o desemprego, 61% reduzir a poluição, 56% diminuir as diferenças entre ricos e pobres e 49% reduzir o trabalho infantil (Instituto Akatu, 2002).

Portanto, os resultados destas pesquisas enfatizam que os consumidores valorizam as ações de Responsabilidade Social Corporativa e, por isso, estas ações podem influenciar o comportamento de compra dos mesmos. Assim, a eficaz comunicação das ações de RSC torna-se uma ferramenta de diferenciação no mercado.

No processo de comunicação, as organizações podem se valer de diferentes canais ou meios para divulgar suas ações, sendo destacado de forma mais intensa pelos autores, Nakazato, Silva e Vicentin (2022) o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, dentre outras, que estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, em nível mundial.

Além do mais, para que o processo de comunicação seja eficaz analisar as percepções dos stakeholders permite ações mais direcionadas e apresentadas de acordo com o perfil e linguagem dos sujeitos, assim como nos aponta o estudo de Franco *et al.* (2021) ao analisarem a percepção da comunidade local sobre o desenvolvimento sustentável (impactos ambientais, sociais e econômicos) das empresas portuárias em uma determinada região, revelado que são diferentes as percepções dos sujeitos pesquisados quando analisadas em relação ao gênero, idade e tempo de residência em determinado local.

Desta forma, torna-se importante mas também necessário a divulgação das ações realizadas pelas empresas de forma planejada e com análises periódicas, dado que, segundo Albuquerque Filho *et al.* (2022) as informações e ações de RSC podem ser utilizadas pelas organizações para identificar os reflexos de suas atitudes na sociedade, minimizando assim os efeitos negativos que suas ações possam ter no ambiente de ação, contribuindo para elevar e manter sua competitividade no mercado.

Sendo assim, as empresas que possuem um compromisso contínuo nos negócios por intermédio do seu comportamento ético, possuem uma vantagem competitiva quando da sua divulgação, constituindo uma impressão associada à sua imagem, gerando estímulos nos indivíduos. A organização que pratica a responsabilidade social e a comunica, proporciona aos indivíduos a possibilidade para além da aquisição do conhecimento, mas também a oportunidade da mudança de comportamento e/ou mudança de valor (Zaroni, 2005).

METODOLOGIA

Este estudo engloba a pesquisa descritiva, na medida que busca especificar propriedades, características e situações que são detalhadas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). A pesquisa foi conduzida pela abordagem qualitativa com a finalidade de conhecer o significado de um problema ou questão de estudo, sob o ponto de vista dos participantes (Creswell, 2010), proporcionando um entendimento de ligação entre elementos e compreensão da questão estudada (Minayo, 2007).

Como procedimento de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso, tendo por objeto uma empresa do ramo agrícola sustentável, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, visando a coleta de informações sobre as práticas de responsabilidade social adotadas pela empresa e o respectivo processo de comunicação de tais ações. Um estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32).

Para isso, valeu-se de uma entrevista em profundidade com um roteiro de perguntas aplicado à cúpula gerencial e estratégica da respectiva empresa agrícola, permitindo por meio deste procedimento de coleta de informações e, segundo Creswell (2010), suscitar concepções e opiniões dos participantes em relação ao tema abordado.

Deste modo, a entrevista esteve embasada em um roteiro de perguntas, construído a luz do referencial teórico, divididas em três blocos, sendo o primeiro contemplando as perguntas de caracterização da empresa; o segundo bloco de perguntas, elaboradas com base no modelo de Macedo, Gadelha e Cândido (2014), que contempla a primeira dimensão do modelo tridimensional das categorias de responsabilidade social de Carroll (1979), conforme demonstrado na figura 1, identificadas como econômica, legal, ética

e discricionária e, por fim, o terceiro bloco de perguntas relacionadas a identificação do processo de comunicação das práticas adotadas pela empresa, tendo por base o estudo de Becker (2018).

Portanto, a análise do estudo considerou a perspectiva da empresa em relação à RSC e o processo de comunicação, cujas categorias e sub-categorias de análise estão especificadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Categorias de análise

Categorias	Sub-categorias	Detalhamento	Base teórica
Primeira dimensão do modelo tridimensional de responsabilidade social	Dimensão Econômica	Investimentos tangíveis e intangíveis; Produtividade; Efetividade nos pagamentos de impostos e tributos; equilíbrio entre receitas e despesas; política de preços praticada.	Carroll (1979)
	Dimensão Legal	Adequação/cumprimento às leis, obrigações, Código de Defesa do Consumidor, Código de Ética, Legislação ambiental, inclusão de PCDs; segurança do trabalho.	Macedo, Gadelha e Cândido (2014)
	Dimensão Ética	Integridade física e moral de funcionários e clientes; abertura de procedimentos confidenciais; fomento à cultura de criação e adoção de valores éticos.	
	Dimensão Discricionária	Parcerias e trabalhos educativos; campanhas voltadas à qualidade de vida; projetos e ações sociais; promoção de benefícios a comunidade local e regional.	
	O que	Meios, canais e ferramentas utilizadas na divulgação das ações de RSC.	

Comunicação da RSC	Como	Investimento em comunicação; avaliação das ações.	Becker (2018)
	Porque	Qual objetivo da divulgação e resultados alcançados.	

Fonte: Elaborado pelo autores (2023).

Posteriormente, procedeu-se com a análise de conteúdo temática, ou categorial, conforme Bardin (2016), seguindo as três fases: 1) Pré-análise, leitura flutuante das entrevistas transcritas e apontamentos das informações-chave; 2) Exploração, buscando apontar as evidências sobre a RSC e o processo de comunicação; e, 3) Tratamento dos resultados, para interpretação das informações obtidas inter-relacionando-as com o quadro teórico construído inicialmente, abrindo caminhos para novas discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Responsabilidade Social Corporativa na perspectiva da primeira dimensão do modelo de Carroll

Tendo por base a responsabilidade social corporativa na perspectiva da primeira dimensão do modelo de Carroll, analisou-se inicialmente a perspectiva econômica da organização e que, segundo Macêdo, Gadelha e Cândido (2014), trata justamente da sustentabilidade do negócio em termos de desempenho econômico e financeiro.

O investimento em recursos tangíveis, como estrutura física, e/ou intangíveis, como treinamento dos funcionários, estão relacionados à perspectiva econômica praticada pela empresa (Carroll, 2016). Neste quesito, durante a entrevista destacou-se a realização de investimentos em infraestrutura da empresa, como também a realização de capacitações com toda a equipe visando melhorar a qualidade do trabalho, atendimento aos clientes e, com isso, agregar valor ao negócio.

Implantamos uma nova unidade de recebimento e beneficiamento de grãos. Semanalmente são realizadas reuniões de planejamento e capacitação com toda a equipe para tratar de dúvidas e troca de informações e conhecimentos fundamentais para a qualidade do trabalho de cada um/uma (Entrevistado A).

Deste modo, a realização de novos investimentos tem por objetivo, além do desenvolvimento corporativo, a perspectiva de um melhor atendimento e satisfação do público atendido, visto que segundo Carroll (2016) a perspectiva econômica precisa considerar as recompensas aos

investidores e proprietários, como o crescimento do negócio como reinvestimento dos lucros.

Para isso, é preciso uma aproximação com os stakeholders (internos e externos) avaliando-os em termos de satisfação e percepções quanto à condução dos negócios. Nesta questão, o entrevistado aponta como sendo boa essa relação, considerando que as manifestações dos agricultores parceiros, equipe técnica e consumidores, tem sido no sentido de reconhecimento da boa qualidade do relacionamento. Ademais, a capacidade profissional da equipe, trabalho de respeito ao coletivo, seriedade e responsabilidade no tratar com os agricultores repercutem na satisfação do público atendido. Tal constatação vai ao encontro dos achados citados por Sousa (2022) ao mencionar que o valor percebido pelos *stakeholders* implica em maior importância das políticas de RSC implementadas, além de contribuir no comprometimento dos clientes com a empresa ou sua marca.

Especificamente tratando-se do público interno, questionados sobre o monitoramento da produtividade dos funcionários, destaca-se que não há um método formalmente definido para essa avaliação de produtividade, mas sim um processo permanente de diálogo com o quadro de pessoal, a fim de monitorar o andamento do trabalho e os resultados obtidos por cada um. Assim, e como destacado por Lima *et al.* (2023) deve existir uma sinergia entre as práticas de gestão de pessoas, produtividade e a sustentabilidade organizacional.

Ainda nesta perspectiva, sobre a efetividade no pagamento de impostos e tributos municipal, estadual e federal, a empresa cumpre todas as obrigações com as receitas supracitadas. Além do mais, a empresa pratica o equilíbrio entre receitas e despesas, sendo o controle uma condição fundamental para a sobrevivência do negócio. Tais práticas corroboram para atendimento da dimensão econômica, mediante pagamentos das obrigações e garantia de equilíbrio financeiro (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014).

Em se tratando dos preços praticados pela empresa e o poder de compra e demanda dos stakeholders, a empresa vai ao encontro destas práticas, de modo que é preciso considerar a realidade socioeconômica da população para que se tenha estabilidade na comercialização ao longo do tempo e sustentabilidade nos negócios. Além do mais, diante da atuação no ramo agrícola, tem-se a intenção de ampliar a prática da agricultura sustentável, tornando o acesso aos produtos um caminho para essa transição.

Avançando para a análise da dimensão legal da Responsabilidade Social Corporativa praticada pela empresa, e que contempla segundo Carroll (2016) as regras básicas mínimas de operação e funcionamento das empresas estabelecidas por legisladores nos níveis federal, estadual e local. Nesta expectativa, buscou-se verificar o cumprimento às leis, códigos e contratos, como as Leis Trabalhistas, Código de Defesa do Consumidor, Obrigações contratuais, dentre outras (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014). Neste aspecto, a pesquisa revelou essa adequação e atendimento às

legislações, destacando-se ainda o cumprimento dos protocolos de segurança do trabalho, sendo raro a ocorrência de acidente desta natureza.

De modo específico sobre a legislação ambiental, destaca-se que a empresa cumpre as exigências previstas em lei, havendo preocupações e cuidados com o meio ambiente que perpassam as exigências legais, sendo realizadas ações de recuperação ambiental e dos recursos hídricos, conforme relato em entrevista:

Todas as exigências são cumpridas pela empresa, e temos a preocupação com os cuidados com o meio ambiente de maneira que nossas ações de proteção ambiental vão além das exigências previstas em leis, de maneira que realizamos ações de recuperação ambiental, especialmente ações relacionadas aos recursos hídricos (Entrevistado A).

Ainda neste quesito, a natureza da atividade exercida pela empresa vai ao encontro da proteção e cuidado com o meio ambiente, onde a sustentabilidade e produtividade são questões centrais, visando a produção de alimentos de qualidade, com preservação do meio ambiente.

A linha de produtos biológicos comercializados pela empresa e as demais soluções para a produção agrícola sustentável movem os negócios em questão, visando benefícios para os agricultores que produzem, os consumidores, e toda sociedade, por intermédio da preservação do meio ambiente. Para Dean (2003) as empresas empenham-se na preservação do meio ambiente e na adoção de ações sociais que contribuam no processo de sustentabilidade da sociedade.

Outro ponto a ser destacado reside na existência e aplicação de um código de ética na organização, sendo uma questão praticada pela mesma de modo que a ética profissional é permanentemente lembrada e cobrada, além disso prima-se pelo dever ético com a vida, na relação com as pessoas e com os cuidados com o meio ambiente.

A inclusão no trabalho de pessoas com necessidades especiais também foi observada em entrevista, havendo abertura nos processos de seleção para inclusão de pessoas com essa condição, embora não haja uma política de quantidade definida por se tratar de uma empresa de pequeno porte.

Tendo em vista os aspectos ambientais e sociais mencionados, como a sustentabilidade e aspectos inclusivos, Lima *et al.* (2023) enfatizam os impactos destas ações tanto para o bem-estar organizacional como para o meio em que a organização está inserida.

Tratando-se da dimensão ética, espera-se que a empresa conduza suas atividades de maneira justa e objetiva, com respeito à integridade moral e ética dos colaboradores e do público atendido, contemplando práticas que são esperadas e aceitas pela sociedade, mesmo que não estejam formalizadas em lei (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014; Carroll, 2016).

Neste quesito, a empresa prima pelo respeito, sendo os valores humanos parte do processo de formação e funcionamento da empresa. Em seu planejamento, a empresa destaca dentre seus valores a ética e honestidade; transparência; atendimento qualificado; qualidade dos produtos e respeito ao meio ambiente.

Ademais, destaca-se que há o fomento de uma cultura interna para criação e adoção de valores éticos, sendo estes trabalhados permanentemente, e quando necessária a resolução de problemas e questões individuais e confidenciais a organização busca este tratamento por meio de diálogos. O respeito à integridade moral e ética dos colaboradores e a realização de processos confidenciais para tratar de problemas individuais dos colaboradores são ações contempladas na dimensão ética (Macêdo; Gadelha; Cândido, 2014).

Prosseguindo para a dimensão discricionária, que se encontra no topo da ilustração (ver Figura 1) e envolve as ações de caráter voluntário e filantrópicas, percebidas quando a empresa se envolve em ações de doação, seja através do voluntariado de seus colaboradores, presentes em termos monetários, produtos ou serviços ofertados à comunidade, ou qualquer outro gesto que venha a contribuir de forma discricionária para a comunidade ou local de inserção (Carroll, 2016).

Nesta dimensão, destaca-se o envolvimento em campanhas de doações e auxílio a comunidade, sendo informado em entrevista que são realizadas ações de atendimento às famílias de agricultores em situação de vulnerabilidade, através da prestação de assistência técnica, levando-se o conhecimento e o fornecimento de insumos para produção sustentável.

Realizamos ações de atendimento de famílias de agricultores pobres, em comunidades mais carentes, auxiliando-os por meio da assistência técnica e fornecimento de insumos voltados à produção de alimentos saudáveis (Entrevistado B).

Além disso, a empresa busca o envolvimento por meio de parcerias com escolas a fim de colaborar no desenvolvimento de trabalhos educativos voluntários, a exemplo da educação ambiental, dedicando-se e empenhando-se nestes trabalhos. Tal comportamento vai ao encontro das ações previstas por Macêdo; Gadelha; Cândido (2014) como estímulos ao voluntariado.

A promoção de campanhas voltadas para melhoria da qualidade de vida da sociedade também é destacada em entrevista e, neste quesito, o foco da empresa reside justamente na promoção da alimentação saudável e de qualidade, aliando ao cuidado com o meio ambiente.

(...) a empresa tem trabalhado em campanhas focadas na alimentação saudável, de qualidade e preocupação com meio ambiente, enfatizando o trabalho realizado com

agricultura sustentável, que são elementos centrais da política da empresa (Entrevistado B).

Diante disso, a organização enfatiza sua preocupação com os problemas ambientais de modo que sua proposta vai ao encontro destas naturezas por meio do desenvolvimento de soluções e alternativas para a agricultura orgânica, utilização de produtos biológicos em substituição aos sintéticos e demais tecnologias, promulgando boas práticas que vem a colaborar no desenvolvimento sustentável.

A partir da análise é possível constatar que o desenvolvimento de projetos de cunho social, e a integração da organização na promoção de benefícios à comunidade local e regional, integram o conjunto de ações da dimensão discricionária praticada pela empresa. Neste aspecto estão sendo planejados projetos sociais, alguns já implementados ou em implementação, destacando tratar-se de ações ainda em desenvolvimento pelo fato de a empresa ser jovem, possibilitando avanços, especialmente em relação a divulgação destas ações aos *stakeholders*.

Comunicação das ações de RSC

Além da prática da RSC pela empresa, a sua divulgação a fim de tornar-se conhecida pelos stakeholders torna-se importante para o fortalecimento de sua imagem organizacional, como para disseminação no mercado, de modo a transformar-se em uma prática isomórfica. Neste sentido, Freeman (1984) destaca que a força das partes interessadas nos negócios de uma empresa, uma vez que a responsabilidade social corporativa influencia o desempenho organizacional por intermédio da legitimidade diante de seus stakeholders.

Para tanto, na empresa investigada observou-se que se vale principalmente da imprensa local escrita, rádios e redes sociais da internet como ferramentas e canais de comunicação utilizados na divulgação das ações de RSC.

Quanto ao objetivo desta divulgação, cita-se a intenção de contribuir para que a sociedade desperte cada vez mais para as questões além das econômicas, como a sustentabilidade do planeta e a importância da alimentação saudável. Neste sentido, pesquisa realizada pelo Instituto Ethos (2002) já havia apontado por seus respondentes que para uma empresa ser considerada socialmente responsável, ela deve ir além do que a lei determina.

Apesar da utilização dos canais de comunicação, e de ter claro o objetivo desta, as ações de comunicação praticadas pela empresa ainda são consideradas incipientes, carecendo de maior divulgação. Sendo uma empresa ainda jovem no mercado, tem-se buscado realizar investimentos em canais de divulgação, especialmente redes sociais. Mesmo ainda em fase inicial destes trabalhos de ampliação da divulgação de suas ações, a

empresa já tem observado seus benefícios, medido, principalmente, pelo aumento do número de seguidores e de suas manifestações em publicações realizadas pela empresa, outra forma pode ser percebida pelos contatos que são feitos com a empresa a procura de mais informações por parte dos stakeholders. Nesta mesma lógica de divulgação, o estudo de Nakazato, Silva e Vicentin (2022) enfatiza que as mídias sociais estão sendo utilizadas pelas pessoas de forma ascendente em todo mundo, facilitando o processo de comunicação entre pessoas e organizações.

Além do mais, dado que o processo de comunicação e divulgação das ações de RSC, por parte da empresa, encontra-se em uma fase inicial, ancorar as estratégias de comunicação a um planejamento permite ações mais adequadas aos diferentes stakeholders, assim como é enfatizado pelos autores Franco et. al. (2021) ao analisarem a percepção da comunidade local sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos das empresas portuárias em uma determinada região, revelando que as percepções são diferentes quando comparadas características pessoais da comunidade como: gênero, idade e anos de residência na cidade.

Assim, um planejamento das ações de comunicação realizadas pela empresa permite um direcionamento mais assertivo frente aos consumidores que englobam o raio de abrangência da empresa e, como citado por Sousa (2022), é imprescindível que o consumidor seja informado sobre as ações e posicionamento da empresa de modo que as informações podem ser utilizadas para aumentar a compreensão sobre as responsabilidades corporativas assumidas e que respondem às exigências e necessidades dos stakeholders.

Constituindo uma empresa atuante no ramo agrícola sustentável, a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade tem a contribuir ainda mais com os negócios, sendo agregado aos vídeos sobre o trabalho realizado com agricultura sustentável e que já são divulgados nas redes sociais da internet. Uma maior divulgação destas ações tem a colaborar na disseminação das boas práticas realizadas, atraindo novos seguidores para esta linha de produção, desmistificando falácias, mostrando que é possível ter bons resultados em termos produtivos, econômicos e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal, analisar as práticas de Responsabilidade Social Corporativa e o respectivo processo de comunicação de tais ações por parte de uma empresa do ramo agrícola sustentável, à luz da primeira dimensão das categorias do modelo tridimensional de Carroll que contempla a responsabilidade econômica, legal, ética e discricionária.

Os principais achados da pesquisa apontam que a empresa pratica a Responsabilidade Social Corporativa, contemplando exigências econômicas, legais, éticas e discricionárias. Em relação a exigência

econômica, a empresa demonstra preocupação com o equilíbrio e sustentabilidade organizacional, buscando investir em ações que agregam valor ao negócio.

Na perspectiva legal, cumpre com as legislações das diferentes esferas. Quanto à dimensão ética, prima pelos valores e respeito às práticas esperadas pela sociedade. Por fim, na dimensão discricionária, as práticas de ações voluntárias, atendendo agricultores em situação de vulnerabilidade, voluntariado e formações junto a escolas, e principalmente, demonstra a preocupação com os problemas ambientais de modo que sua proposta de negócio vai ao encontro desta natureza, através do desenvolvimento de soluções e alternativas para a agricultura, visando produção sustentável de alimentos e preservação ambiental, pensando no futuro a ser deixado para as próximas gerações.

Em relação ao processo de comunicação praticado pela empresa, mesmo que de uma forma discreta, vem ampliando a sua divulgação, já que reconhece sua importância para a disseminação das ações de responsabilidade social que pratica. Assim, pode-se inferir que a divulgação das ações praticadas tem a contribuir em aspectos internos organizacionais, bem como resposta à sociedade.

No que tange às limitações do estudo, destacam-se dois aspectos que precisam ser considerados. O primeiro diz respeito à opção de estudar uma única empresa. Embora estudos de casos únicos tenham valor científico e rigor metodológico, entende-se que esta particularidade não permite generalizar os resultados para outros contextos, uma vez que reflete a realidade e especificidade desta organização que foi objeto de estudo. O segundo aspecto a ser considerado como limitação, aponta para o direcionamento da análise das práticas de Responsabilidade Social Corporativa considerando apenas uma das dimensões do modelo tridimensional de Carroll. Certamente uma análise completa, envolvendo todas as dimensões do modelo, proporcionaria uma visão mais abrangente sobre as práticas da responsabilidade social corporativa aqui discutidas, tendo por base o modelo na sua plenitude.

Portanto, como sugestão para estudos futuros, recomenda-se pesquisas que contemplem um número maior de empresas do mesmo ramo ou até mesmo de outros setores, para produzir uma visão mais ampliada do comportamento das empresas diante das práticas de responsabilidade social corporativa, como também a consideração de todas as dimensões do modelo de Carroll.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FILHO, A. R., *et. al.* Influência das Estratégias Competitivas na Competitividade das Maiores Empresas Brasileiras. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, n. 12, p. 8, 2022.

ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, R. G. **Análise das práticas de responsabilidade social corporativa sob a perspectiva do marketing social**. UNIJUÍ. Ijuí, 2018.

BOECHAT, A. C.; BARRETO, A. M.. Uma reflexão conceptual sobre a Responsabilidade Social Corporativa e a sua relação com a Comunicação Estratégica. **Media & Jornalismo**, S. l., v. 18, n. 33, p. 25-42, 2018.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, 4, 1979, p. 497-505.

CARROLL, A. B. Pirâmide de RSE de Carroll: um outro olhar. **Revista Internacional de Responsabilidade Social Corporativa**. 1, Número do artigo: 3, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

DEAN, D. H. Consumer perception of corporate donations: effects of company reputation for social responsibility and type of donation. **Journal of Advertising**, v.32 (4), p. 91-104, 2003.

DEMETERKO, C. D. M. S.; LUCAS, M. G.; SEHNEM, S. Interfaces da responsabilidade social corporativa: Um estudo de caso da empresa vision system. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 8, p. 50-68, 2015.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, L.S.; DOLIVEIRA, S. L. D.; FRANCO, A. C.; SOARES, S.. Local community perception on the contribution of port companies to sustainable development. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, n. 11, p. 1-16, jan./dez. 2021.

FREEMAN, R.E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FREIRE, R.; SOUZA, M. J. B. Responsabilidade Social Corporativa: Um enfoque a partir dos principais modelos teóricos. **Anais.... VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável**. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, A. N. T. **A influência da comunicação de RSC da marca no comportamento pró-social do consumidor**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2015.

INSTITUTO AKATU. **O consumidor brasileiro e a construção do futuro**. São Paulo: Instituto Akatu, 2002.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: percepção do consumidor brasileiro. Instituto Ethos – empresas e responsabilidade social. São Paulo, 2002.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Conceitos básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial**. 5ª ed. São Paulo, 2007.

KIELING, A. P.; SOUZA, M. J. B.; LYRA, F.R.; BOEING, R.. A Verdade Agrícola: Responsabilidade Social Corporativa na Comunicação Online entre um Fabricante de Café e seus Consumidores. **BBR. Brazilian Business Review**. v.18 n.2; p.160 – 176. 2021.

KITAMURA, P. C.. Agricultura sustentável no Brasil: avanços e perspectivas. **Ciência & Ambiente**, Universidade Federal de Santa Maria, n. 27, p. 7-28, jul./ dez. 2003.

LIMA, A.C.C; BIZARRIA, F.P.A.; BARBOSA, F. L. S.; NASCIMENTO, M.E.P.; LINHARES, F.J. M. Políticas de Gestão de Pessoas (GP) e Responsabilidade Social Corporativa (RSC): relação propositiva por meio da revisão integrativa. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, v. 14, n. 2, p. 127-147. 2023,

MACÊDO, N. M. M. N.; GADELHA, M. A.; CÂNDIDO, G. A.. Apresentação da construção dos parâmetros à aplicação do modelo conceitual tridimensional de performance social de Carroll. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 2, p. 230-248, 2014.

MANFRIN, J.; BERTOLLA, T. T.; WEBER, D. M.; BERNARDY, R. J. **Responsabilidade Social Corporativa como Estratégia**: Análise de uma Empresa do Segmento de Marketing Sustentável. XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019, São Paulo, 2019.

MATOS, F. S. S. et al. Avaliação de práticas de sustentabilidade das empresas do complexo industrial e portuário do Pecém. **Navus**, Florianópolis (SC), v. 12, p. 1-15, jan./dez. 2022.

MILANI FILHO, M. A. F.. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, p. 89-101, 2008.

MINAYO, M. C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MOHR, L. A.; WEBB, D. J.; HARRIS, K. E. Do consumers expect companies to be socially responsible? The impact of corporate social responsibility on

buying behavior. **The journal of consumers affairs**, v. 35, n. 1, p. 103-128, 2001.

NAKAZATO, C. T.; SILVA, M. R.; VICENTIN, I.C.. Comunicação dos princípios de Governança Pública por meio das mídias sociais nas grandes capitais mundiais. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, SC. v12, p.01-17, jan./dez., 2022

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B.. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHMIDT; F. C.; CARGNIN, A. C.; GUIMARÃES, G. E.. Responsabilidade Social Empresarial: Um estudo de caso em pequenas e micro empresas do ramo metalmeccânico instaladas no interior do Rio Grande do Sul. **Anais...** XXXIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, Blumenau, Santa Catarina, 2011.

SOUSA, F. R. L. **Práticas de Responsabilidade Social Corporativa e sua relação com o comportamento do consumidor**. 2022. 106 fl. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2022.

VERONEZE, S.; SCHMIDT, O.; MAGRO, C. B. D.; MAZZIONI, S. Responsabilidade Social Corporativa e Adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 113-137, dez. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamentos e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZARONI, R. B. **O Papel da Comunicação nas Empresas Socialmente Responsáveis**. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional e Relações Públicas) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NO ENSINO BILÍNGUE: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ALUNOS

Andrea Lina Gomes Barbosa

Doutoranda em Ciências da Educação- Universidad Autónoma de Asunción
Professora de inglês, Pedagoga, Psicopedagoga, Mestre em Ciências da Educação
andrealinarj@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda a importância da avaliação diagnóstica no contexto do ensino bilíngue, com foco na promoção da inclusão e participação de todos os alunos. Utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica qualitativa, descritiva e exploratória, o estudo coletou dados por meio da busca de literatura em diversas fontes, incluindo obras de referência, teses, dissertações, atas de conferências e periódicos indexados. Os principais estudiosos consultados incluem LIBÂNEO (2006), LUCKESI (2006, 2011), OLIVEIRA, MOTA e SOUSA (2022), CAST (2018), PEDROCHI e BURIASCO (2019) e SANTOS e MENDES (2021). Os resultados indicam que, com o avanço do ensino bilíngue no Brasil, um número crescente de alunos tem a oportunidade de imergir nesse novo contexto linguístico. Esse crescimento traz consigo o desafio de receber alunos com diversos níveis de proficiência linguística e buscar maneiras de promover uma atmosfera de aprendizado mais coesa e inclusiva em uma sala de aula que se torna cada vez mais heterogênea. Ao analisar o papel da avaliação diagnóstica no contexto do ensino bilíngue, conclui-se que essa prática desempenha uma função fundamental na criação de um ambiente educacional mais equitativo e acessível, onde cada aluno tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e linguístico.

Palavras-Chave: Avaliação diagnóstica, Inclusão, Participação.

INTRODUÇÃO

Quando falamos de inclusão, automaticamente pensamos em alunos com deficiências. Essa associação destaca a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais como uma dimensão fundamental da educação inclusiva. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) nos diz que cada criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas, e que a escola comum deve ser capaz de adaptar-se a elas por meio de uma abordagem pedagógica

centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

No entanto, é relevante salientar que o conceito de inclusão deve abranger não apenas alunos com deficiências, mas também a diversidade em geral, incluindo diferenças culturais, linguísticas, étnicas e sociais. Portanto, a inclusão deve ser compreendida de maneira mais ampla, visando a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à pluralidade em ambientes educacionais.

Essa é a ideia central da educação inclusiva: proporcionar oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades específicas (BARBOSA, 2023). Nesse sentido, é importante ter em mente que inclusão, nada mais é que proporcionar oportunidades de aprendizagem a todos. “Inclusão envolve mudança. É um processo sem fim de aumentar a aprendizagem e participação de todos os alunos.” (BOOTH e AINSCOW, 2002, p.3).

Ainscow (2009, p.12) diz que “inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa”, enfatizando que a essência da educação inclusiva vai além da inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional, mas sim, combater a exclusão em suas diversas formas, fazendo uma análise detalhada de como as barreiras à aprendizagem e à participação podem ser reduzidas para qualquer aluno (BOOTH e AINSCOW 2002). Assim, é importante que o professor, porém não somente ele, como também toda a comunidade escolar, crie um ambiente educacional que promova a igualdade de oportunidades a todos os alunos, independentemente de quais barreiras estão sendo impostas a eles.

Enquanto educadores, precisamos munir nossos alunos com as ferramentas que os auxiliem o sucesso acadêmico. É importante ter em mente que as necessidades variam de aluno para aluno e as demandas de um aluno não são necessariamente as de outro. Sendo assim, é função do professor analisar quais são essas necessidades específicas desses alunos e encontrar meios de reduzir quaisquer barreiras que possam existir que impeçam a sua participação. Esse processo de reconhecimento das diferenças entre os alunos é o início do processo de inclusão. (BOOTH e AINSCOW, 2002)

Ainscow (1999) afirma que a tentativa de alcançar todos os alunos será afetada pela maneira como as diferenças entre eles são compreendidas. Essa percepção das necessidades de cada estudante é caminho para a real inclusão em uma sala de aula em contexto bilíngue. Ao olhar os alunos, é primordial entender que eles diferem em vivências, interesses e atitudes (AINSCOW, 1999), e entender essas nuances é o primeiro passo para promover o sucesso acadêmico de todos os alunos.

Fettes e karamouzian (2018) se fizeram a seguinte pergunta: “Se “inclusão” se refere também a outras dimensões da identidade dos estudantes, que outras formas de acomodação são apropriadas ou necessárias para assegurar o bem-estar de todos os alunos?” (2018, p. 221)

Com essa pergunta em mente, nós, enquanto educadores, devemos considerar uma variedade de acomodações, que vão desde adaptações curriculares até a criação de um ambiente que promova o bem-estar emocional e social de todos os alunos e que faça com que eles se sintam seguros, valorizados, empoderados, apoiados e confortáveis, compreendendo que é na sala de aula, tendo o professor como facilitador, que eles podem e devem arriscar, cometer erros, e principalmente, entender que esses erros são bem-vindos e fazem parte do processo de aprendizagem.

Ao pensarmos nos alunos que estudam em contexto bilíngue, ou seja, escolas que usam dois idiomas como língua de instrução, é fundamental que nos questionemos quais são as possíveis necessidades que esses alunos requerem e quais recursos podemos empregar para fomentar a participação de todos.

A inclusão deve estar no coração da escola permeando todos os aspectos da vida escolar. (AINSCOW, 2001). Ela deve ser o centro do pensamento do docente, ao elaborar o planejamento de suas aulas ou de qualquer atividade complementar, para que todos os alunos sejam protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem.

De acordo com Ainscow (2001, p.4) “a inclusão envolve a criação de uma cultura escolar que encoraja o desenvolvimento de formas de trabalho na tentativa de reduzir as barreiras para a participação do aprendiz”, ou seja, a inclusão escolar promove a construção de um ambiente que valorize e respeite as diferenças individuais, que celebre as pequenas vitórias e incentive a participação ativa de todos os alunos. Isso requer, de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, esforços para identificar quais são essas barreiras que se desejam reduzir e disponibilizar ferramentas que possibilitem uma participação plena de todos os alunos. Promover a inclusão na educação é uma maneira de celebrar a diversidade, que, como afirmado por Costa (2018, p.10) “diz respeito à variedade, pluralidade e diferença.” Pensar a diversidade na educação significa tornar visível o que está implícito em nossas relações sociais, uma vez que vivemos em um mundo diverso.

A sociedade na qual estamos inseridos é uma sociedade diversa, fato esse que reflete diretamente em nossas salas de aula. “A escola deve valorizar a diversidade em sua prática pedagógica e levar em conta que nem todos aprendem da mesma forma e no mesmo tempo.” (COSTA, 2018, p.12). Cada aluno tem um ritmo, estilo e necessidades de aprendizagem distintos e o professor precisa pensar em estratégias que abarquem todos os alunos no ambiente escolar.

Portanto, para atender às demandas dessa comunidade diversificada em que vivemos e assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, é imprescindível que sejam desenvolvidas estratégias inclusivas no ambiente escolar. Essas estratégias não apenas promovem a equidade, mas também enriquecem a experiência educacional

de todos os estudantes, preparando-os para uma sociedade globalizada e diversa.

A promoção da inclusão na educação, seja em escolas regulares, bilíngues ou internacionais, é um compromisso fundamental para promover a igualdade de oportunidades. Em contexto bilíngue, a promoção da inclusão demanda a avaliação do nível de proficiência no idioma que o aluno se encontra e também, identificar as lacunas que precisam ser preenchidas para que a participação ativa desse aluno possa ocorrer.

Nesse contexto, precisamos de estratégias para personalizar o aprendizado, sem necessariamente criar uma lição diferente para cada um (AINSCOW, 1999), promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz onde aluno precisa transitar entre os dois idiomas. Desta forma, não estaremos apenas proporcionando uma experiência acadêmica rica para os alunos, estaremos também criando ambientes educacionais que capacitam a todos a alcançar seu potencial, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais conscientes em um mundo cada vez mais globalizado e diverso.

Tornando a diversidade linguística uma força: justificativa para a investigação do papel da avaliação diagnóstica no ensino bilíngue.

A avaliação diagnóstica é uma ferramenta fundamental no processo de ensino e aprendizagem em qualquer contexto educacional. No contexto do ensino bilíngue, torna-se ainda mais relevante, uma vez que a língua é um dos pilares fundamentais dessa modalidade de ensino.

Justifica-se a relevância deste estudo pelo crescimento pela procura por instituições de ensino que oferecem programas de ensino bilíngue, o que aumentou a demanda por profissionais bilíngues no mercado de trabalho. No entanto, é necessário garantir que esses alunos estejam, de fato, adquirindo a proficiência desejada na língua-alvo, o que torna a avaliação diagnóstica uma etapa essencial desse processo.

Além disso, a avaliação diagnóstica no ensino bilíngue apresenta desafios específicos uma vez que os alunos estão em processo de aprendizagem de duas línguas simultaneamente. Dessa forma, é necessário investigar quais estratégias e práticas são mais eficazes nesse contexto e como elas podem contribuir para o desenvolvimento linguístico dos alunos. Além do aspecto prático este estudo também contribui para o avanço teórico no campo da avaliação no ensino bilíngue, uma vez que ainda há lacunas na literatura sobre o assunto.

Compreender o papel da avaliação diagnóstica nesse contexto pode auxiliar no desenvolvimento de metodologias e abordagens mais eficazes para avaliar o progresso dos alunos nessa modalidade de ensino.

Nesse cenário, a proposta deste estudo em termos de objetivo geral é analisar o papel da avaliação diagnóstica no contexto do ensino bilíngue, com foco na promoção da inclusão e participação de todos os alunos.

Pensando no modo como esse processo ocorre, na seção seguinte será apresentada a metodologia que norteou esse estudo e que tornou possível a compreensão mais aprofundada do tema.

Metodologia de revisão bibliográfica: abordagens e procedimentos na análise do papel da avaliação diagnóstica no ensino bilíngue

No que se refere ao percurso metodológico, esta pesquisa se classifica como qualitativa, descritiva e exploratória.

O enfoque qualitativo se mostra adequado, pois existe nesse estudo a busca pela compreensão da complexidade da avaliação diagnóstica no ensino bilíngue, por meio da interpretação de textos, análise de conteúdo e síntese de informações qualitativas extraídas da literatura revisada. Esse enfoque permite uma compreensão das experiências, percepções e práticas dos educadores e pesquisadores no campo do ensino bilíngue.

Dito isso, este estudo qualitativo tem o propósito de analisar a literatura existente sobre o tema, sem coleta de novos dados primários, isto é, examinar a importância e o papel da avaliação diagnóstica no processo de inclusão e promoção da participação dos alunos em contextos bilíngue. Lakatos e Marconi (2010, p.183) dizem que a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. A revisão bibliográfica nos permitirá uma compreensão aprofundada das teorias, práticas e descobertas em um campo específico.

A natureza deste estudo é exploratória e descritiva (ALMEIDA, 2021). A natureza exploratória deste estudo reside na investigação de um tópico relativamente novo ou pouco explorado: o papel da avaliação diagnóstica no ensino bilíngue. Além disso, a natureza descritiva está presente na análise e descrição das estratégias, práticas e desafios associados à avaliação diagnóstica nesse contexto.

A coleta de dados se deu através da busca de literatura compreendendo obras de referência, teses, dissertações, atas de conferências científicas e periódicos indexados. Foram consultados materiais digitais disponíveis em plataformas reconhecidas de pesquisa online, tais como Google Acadêmico e SciELO, além de repositórios de universidades brasileiras e estrangeiras.

Para realizar uma busca eficaz de artigos sobre o tema, foram utilizados termos de busca específicos relacionados à avaliação diagnóstica em contextos bilíngues, tais como “avaliação diagnóstica”, “inclusão educacional”, “participação dos alunos”, “contexto bilíngue”, “educação bilíngue”, “ensino de línguas”, “avaliação educacional” e “métodos de avaliação”. Esses termos foram combinados de diferentes maneiras, permitindo identificar uma ampla gama de artigos relevantes para a revisão bibliográfica.

Após a busca, foi realizada a triagem dos artigos com base em critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos. Os critérios de inclusão incluíram artigos que abordavam a avaliação diagnóstica em contextos bilíngues e seu impacto na inclusão e participação dos alunos. Os critérios de exclusão incluíram estudos não relevantes ao tema ou que não estavam disponíveis em texto completo.

O maior desafio foi encontrar artigos que tratassem exclusivamente da avaliação diagnóstica em contexto bilíngue. Por essa razão, um novo critério de inclusão foi criado: a avaliação diagnóstica em contextos educacionais. Dessa forma, foi possível ampliar o escopo da busca para além do ensino bilíngue específico, permitindo a inclusão de estudos que abordassem a avaliação diagnóstica em ambientes escolares com diferentes configurações linguísticas. Essa ampliação facilitou a identificação de práticas, estratégias e desafios relacionados à avaliação diagnóstica que poderiam ser relevantes e aplicáveis também no contexto bilíngue, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do tema.

Após a realização de uma leitura de todo o material, excluímos informações consideradas desatualizadas, obsoletas ou inadequadas ao estudo em questão. Por fim, adentraremos na discussão sobre avaliação diagnóstica, norteados pelos estudos feitos Libâneo (2006), Luckesi (2006,2011), Oliveira; Mota; Sousa (2022), CAST (2018), Pedrochi e Buriasco (2019) e Santos e Mendes (2021).

Inclusão e participação dos alunos em contexto bilíngue

Pensar na inclusão linguística do aluno que estuda em contexto bilíngue é encontrar formas de fazer esse aluno se sentir acolhido, pertencente ao seu grupo e sujeito ativo de sua aprendizagem. Nesse contexto, antes de se pensar em qualquer estratégia, é necessário saber em qual nível de proficiência o aluno se encontra.

Em escolas que trabalham em contexto bilíngue, os alunos não são alocados de acordo com o nível, conforme acontece nas instituições que tem o objetivo de ensinar somente o idioma, e sim, de acordo com o ano escolar que se encontram. Se um aluno está no 7º ano do ensino fundamental, independentemente do nível de proficiência na língua inglesa que o aluno apresenta, o que em alguns casos pode ser nenhum, ao se transferir de uma escola regular para uma escola bilíngue ou internacional, ele será alocado no 7º ano na nova escola. Ao lidar com esse aluno, é essencial que o professor seja cuidadoso ao estabelecer expectativas realistas. Essas expectativas devem ser definidas de maneira apropriada não apenas para os alunos, mas também para os responsáveis e para o próprio educador. Isso é fundamental para evitar a desmotivação e a frustração como resultados indesejados.

Para que saibamos quais expectativas realistas que devemos estabelecer, precisamos primeiro entender em que momento do processo de aprendizado esse aluno se encontra. Sendo assim, o primeiro passo que a

escola deve dar no processo de acolhimento desse aluno novo é fazer uma avaliação diagnóstica para determinar o nível de proficiência que ele se encontra e, a partir daí, montar com os professores um plano de ação que vise promover a inclusão e a participação desse aluno.

Nessa perspectiva, a avaliação diagnóstica representa um componente essencial no processo educacional, desempenhando um papel importante na promoção da inclusão e participação dos alunos, especialmente em contextos bilíngues, onde a diversidade linguística e cultural é uma realidade presente.

Mas afinal, o que é avaliar?

O dicionário Michaelis online define avaliar como

- 1- Calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de algo;
- 2- Reconhecer a intensidade, a força de;
- 3- Apreciar o valor de algo ou alguém;
- 4- Fazer o computo de; calcular, computar, orçar;

LUCKESI (2011, p.277) define o termo como “o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita como um critério, assumindo como qualidade desejada.”

Avaliar é um processo fundamental no contexto educacional, pois implica atribuir valor e mensurar o conhecimento adquirido pelo aluno. Nesse sentido, a avaliação desempenha um papel importante ao auxiliar os professores na definição do direcionamento subsequente do ensino. Além disso, a avaliação possibilita a formulação de um planejamento pedagógico mais direcionado e individualizado, que leve em consideração as necessidades específicas e reais dos estudantes.

No contexto bilíngue, avaliar ajuda a identificar o domínio do aluno sobre os conteúdos em ambas as línguas de instrução, bem como suas necessidades para avançar para o próximo estágio. Considerando que cada etapa do processo de ensino-aprendizagem apresenta objetivos pré-definidos, é incumbência do professor encontrar estratégias eficazes para guiar o aluno em direção a esses objetivos.

Libâneo (2006, p.195) define avaliação como “uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem”, enquanto Luckesi (2014, p.168) afirma que “a prática usualmente denominada de avaliação de aprendizagem pouco tem a ver com avaliação. Ela constitui-se muito mais de provas/exames do que avaliação.” CAST (2018), quando apresenta para os leitores o desenho universal para a aprendizagem, nos mostra que os aprendizes são diferentes quando precisam mostrar o que sabe, então é indispensável que o professor, que conhece seus alunos, entenda que existem várias formas de expressão e permita que seus alunos possam

demonstrar o que sabe da forma que eles se sintam mais confortáveis e prontos.

Reconhecer a diversidade de expressão e demonstração de conhecimento por parte dos alunos é um dos aspectos da prática pedagógica. Isso envolve compreender que alguns alunos podem se comunicar de forma mais eficaz verbalmente, enquanto outros podem preferir expressar seu entendimento por meio de mídias audiovisuais, produções teatrais, questionários ou ainda pelo formato mais convencional de provas e respostas. Tal reconhecimento evidencia a sensibilidade do professor em relação à heterogeneidade existente em sua sala de aula.

Em um contexto escolar bilíngue, essa sensibilidade se torna ainda mais relevante, uma vez que os alunos podem possuir diferentes origens culturais e experiências linguísticas. Nesse sentido, adaptar o formato de avaliação para além do tradicional pode proporcionar um ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento do potencial de cada aluno, levando em conta suas particularidades e preferências individuais.

Libâneo (2006) cita que as avaliações têm funções, sendo elas pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro 1- Funções da avaliação

Pedagógico-didática	Papel das avaliações no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar.
Diagnóstico	Permite identificar processos e dificuldades dos alunos e a atuação do professor, que por sua vez determinam modificações do processo de ensino para melhor cumprir as exigências dos objetivos.
Controle	Meios e a frequência das verificações e da qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas.

Adaptado de Libâneo (2006) pp.196-197

Assim, as três funções da avaliação descritas por Libâneo atuam de forma interdependente, proporcionando uma visão integrada do processo educativo, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral e o sucesso acadêmico dos alunos.

Segundo Libâneo (2006), a avaliação escolar apresenta diversas características distintivas, sendo elas sua capacidade de refletir a integração entre objetivos, conteúdos e métodos de ensino, fornecendo uma visão global do processo educativo. Além disso, a avaliação possibilita a revisão contínua do plano de ensino, permitindo ajustes necessários para melhor atender às necessidades dos alunos. Ela também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades e habilidades dos estudantes, ao direcionar a atenção para as atividades por eles realizadas.

Outra característica relevante é sua objetividade, proporcionando critérios claros para a avaliação do desempenho dos alunos. Adicionalmente,

a avaliação contribui para a autopercepção do professor, permitindo uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas e o progresso dos alunos. Por fim, a avaliação escolar reflete os valores e expectativas do professor em relação aos alunos, influenciando diretamente o processo de ensino e aprendizagem.

Oliveira; Mota; Sousa (2022) dizem que os métodos de avaliação precisam ser constantemente discutidos e debatidos pois “o ato de avaliar não consiste só na quantidade ou na qualidade [...] pois a nota que um aluno tira em uma determinada avaliação não se torna mais importante do que a qualidade do conteúdo que ele conseguiu absorver.”(p.23), ou seja nem sempre a nota que o aluno tira reflete o que ele realmente aprendeu, justamente porque, conforme já citado, alunos aprendem de formas diferentes e podem demonstrar melhor o que aprendeu de formas diferentes também.

Existem três tipos diferentes de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa e cada uma tem uma função que vamos conhecer a seguir.

A avaliação diagnóstica visa detectar possíveis lacunas no aprendizado do aluno e “identificar possíveis causas ou problemas que estão impedindo que o aluno avance.” (OLIVEIRA; MOTA; SOUSA, 2022, p.24). Já a avaliação formativa acontece de forma contínua, avaliando o aluno durante o processo de ensino, pois ela tem como função pedagógica “instruir os alunos naquilo que eles precisam aprender.” (OLIVEIRA; MOTA; SOUSA, 2022, p.24) Por fim, a avaliação somativa, que é a mais conhecida e usada dos três tipos, avalia os alunos e seus níveis de aprendizagem da maneira tradicional, através de notas que classificam os alunos e definem se eles serão aprovados ou reprovados. (OLIVEIRA; MOTA; SOUSA, 2022).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394/96 diz que a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, o que já mostra uma maior tendência no diagnóstico e no processo e menor no produto, isso é em notas.

Neste estudo, direcionaremos nossa atenção para a avaliação diagnóstica, pois esta possui a capacidade de identificar tanto os conhecimentos prévios, pontos fortes e fraquezas dos alunos que estão imersos em um ambiente bilíngue, quanto suas habilidades no momento da avaliação e as lacunas a serem preenchidas, seja em termos de conteúdo ou proficiência nos idiomas de instrução, sendo ela uma bússola orientadora do professor, o guiando por onde começar o processo de ensino com seus alunos.

O papel da avaliação diagnóstica na inclusão e promoção da participação do aluno bilíngue

As escolas definem seu currículo desde sua fundação e seus parâmetros norteiam o trabalho do professor em sala de aula. No Brasil, o

currículo das escolas é definido pela BNCC. Mesmo as escolas bilíngues precisam se adaptar a ela. Em razão disso, o professor sabe exatamente quais os objetivos daquela turma e quais competências seu aluno terá ao fim do ano letivo.

A questão é que quando falamos de alunos que estudam em contexto bilíngue no Brasil, estamos falando de alunos com diferentes níveis linguísticos e acadêmicos em dois idiomas. Alguns alunos falam bem a segunda língua, mas não conseguem escrever enquanto outros tem desenvolvida boa competência auditiva, porém demonstram certa dificuldade na leitura e compreensão de texto. Já alguns alunos dominam as quatro habilidades e existem alunos que não tem domínio algum.

Em uma escola de idiomas, o processo de nivelamento dos alunos é comumente conduzido por meio de uma avaliação inicial, alinhada ao Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (CEFR), que permite classificar os alunos de acordo com seu nível de proficiência.

O quadro comum europeu de referência para línguas é “um padrão internacionalmente reconhecido para descrever a proficiência em um idioma.” Ele descreve o que um falante de determinado idioma consegue falar, dependendo do nível que se encontra. Os níveis normalmente são mensurados através de provas de proficiência. Essas provas testam os indivíduos nas quatro habilidades linguísticas: falar, ler, escrever e ouvir. (Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (CEFR), [s.d.]

No entanto, no contexto das escolas bilíngues, alunos com diversos níveis de proficiência na língua adicional frequentam a mesma sala de aula, exigindo dos professores um olhar mais atento que vise atender às necessidades individuais de cada estudante e planejar sua aula de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, buscando transmitir o conteúdo de forma que seja acessível a todos os aprendizes.

Para garantir a inclusão e participação de todos os alunos bilíngues, é necessário que os educadores realizem uma avaliação diagnóstica, antes mesmo do início das aulas. Essa avaliação permite aos professores compreender os conhecimentos prévios, habilidades linguísticas e necessidades específicas de cada aluno, informando o planejamento de aulas adaptado às suas características individuais.

Nesse sentido Pedrochi e Buriasco (2019) afirmam que:

“Em uma avaliação que olha individualmente para cada estudante, é preciso saber o que cada aluno conhece. Com essa informação, o professor pode planejar as próximas ações, os próximos conteúdos. É por meio de uma avaliação preliminar com função diagnóstica que se pode obter, pelo menos, alguns indícios do conhecimento de cada aluno acerca do conteúdo a ser ensinado, para que se possa tomar a decisão de como o professor vai abordar o assunto.” (2019, p. 373)

Esse é o objetivo principal da avaliação diagnóstica: provocar a reflexão e que leva a transformação da prática de ensino, facilitando a criação de estratégias que aproximem alunos e professores do conhecimento (Pinheiro et al.,2018). Ela orienta o educador na identificação das lacunas no aprendizado do aluno e no desenvolvimento de estratégias necessárias para auxiliá-lo a alcançar os objetivos estabelecidos para a turma ao longo do ano letivo, fazendo uso de diversas abordagens e perspectivas a fim de oferecer diferentes oportunidades de aprendizado ao aluno. (PEDROCHI e BURIASCO, 2019)

No contexto da educação bilíngue, é a avaliação diagnóstica que determinará quais conteúdos e quais competências o aluno já domina, mostrando aos professores o que ele é capaz de desenvolver dentro do idioma, e adaptar essa realidade à matéria que ele leciona.

Para a avaliação diagnóstica ser útil, será necessário compreendê-la e fazer uso de seus dados, sempre com a ideia de intervenção e não apenas de aferição ou “ranqueamento” (PINHEIRO, ABREU e REBOUÇAS,2018), ou seja, o professor, assim como toda equipe pedagógica da escola, precisa ter em mente ao fazer a avaliação, que ela não tem caráter punitivo, fato esse que deve ser esclarecido com o aluno antes da avaliação iniciar.

Pinheiro, Abreu e Rebouças, (2018) enfatizam que os dados coletados por meio da avaliação diagnóstica devem ser utilizados para elaborar um plano de ação personalizado para cada aluno, garantindo que eles sejam adequadamente apoiados em seu processo de aprendizagem. Por isso, o aluno precisa compreender que a equipe pedagógica, irá, através desses dados coletados, traçar um plano de ação e definir quais caminhos e estratégias os professores usarão em sala de aula, para que haja plena participação de todos os alunos, independente do nível linguístico que eles se encontram.

A avaliação diagnóstica precisa ser “crua”. Ou seja, não deve haver estudo ou preparação prévia por parte do aluno, pois essa ação pode gerar resultados maquiados. Considerando que em contexto bilíngue os alunos estudam matérias em inglês- matemática, ciências, estudos sociais - é importante que essa avaliação seja feita de modo multidisciplinar, isto é, o aluno precisa mostrar os conhecimentos dele em matemática tanto em português quanto em inglês para que se possa assegurar que as possíveis deficiências são no idioma e não na matéria e vice-versa. Todas essas particularidades precisam ser pensadas na hora da avaliação diagnóstica do aluno bilíngue.

Santos e Mendes (2021) afirmam que:

“conhecer os níveis de preparação dos alunos permite que o professor planeje o ensino, adequadamente, para que esteja de acordo com suas habilidades atuais, possibilitando seu avanço. Cabe destacar que os alunos podem apresentar níveis de preparação diferentes no conteúdo do currículo e isso requer ajuste entre padrão de entrega das tarefas, conteúdos, tipos de comunicação e nível de desempenho requerido para o aluno.” (2021, p. 43)

Portanto, ao estar ciente dos níveis de preparação dos alunos, o professor pode estruturar o ensino de maneira apropriada, alinhando-o com suas habilidades atuais e promovendo seu progresso. O êxito na promoção da inclusão desses alunos está intrinsecamente ligado, entre outros fatores, a uma avaliação diagnóstica precisa.

Libâneo (2006) e Oliveira; Mota; Sousa (2022) defendem que a avaliação diagnóstica deve ser realizada sempre que necessário. Adaptando essa afirmação para os fins do nosso estudo, quando ela é feita no início do processo educativo, ela se torna ainda mais importante, pois permite não apenas compreender os conhecimentos prévios dos alunos, mas também identificar suas competências linguísticas em ambientes multilíngues. Essa compreensão inicial ajuda a desenhar o plano de ação mais adequado, levando em consideração as particularidades do ensino em duas línguas.

Além disso, ao realizar avaliações diagnósticas de forma periódica, o professor no ensino bilíngue tem a oportunidade de ajustar a trajetória estabelecida conforme necessário. Isso é especialmente relevante quando o desempenho dos alunos não atende às expectativas esperadas, possibilitando intervenções pedagógicas específicas para promover o desenvolvimento tanto das habilidades linguísticas quanto do aprendizado em geral promovendo dessa forma tanto a inclusão dos alunos quanto a participação dos mesmos.

Portanto, a avaliação diagnóstica contínua desempenha um papel fundamental na eficácia do ensino bilíngue na promoção da inclusão e participação dos alunos, garantindo uma abordagem pedagógica personalizada e adaptada às necessidades individuais dos estudantes em ambientes multilíngues.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço do ensino bilíngue no Brasil, um número crescente de alunos tem a oportunidade de imergir nesse novo contexto linguístico. Diariamente, educadores são desafiados a atualizar suas metodologias e abordagens, visando não apenas tornar a sala de aula mais atraente, mas também um ambiente seguro onde os alunos possam cometer erros e aprender com eles. Esse crescimento traz consigo o desafio adicional de receber alunos com diversos níveis de proficiência linguística e buscar maneiras de promover uma atmosfera de aprendizado mais coesa e inclusiva em uma sala de aula que se torna cada vez mais heterogênea.

Diante das reflexões realizadas sobre o papel da avaliação diagnóstica nesse contexto, com ênfase na promoção da inclusão e participação de todos os alunos, torna-se evidente o quão importante ela é para o processo de ensino -aprendizagem, não só para ao aluno que estuda em contexto bilíngue, mas em qualquer contexto educacional. Através de uma avaliação diagnóstica cuidadosamente planejada e implementada, os educadores podem identificar as necessidades individuais dos estudantes, incluindo suas competências linguísticas e suas particularidades de aprendizagem. Isso permite que sejam criadas estratégias de ensino mais inclusivas, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de participar ativamente do processo educacional.

Além disso, ao realizar avaliações diagnósticas de forma contínua, os educadores têm a possibilidade de monitorar o progresso dos alunos e ajustar suas práticas pedagógicas conforme necessário, promovendo assim uma abordagem mais adaptável e sensível às necessidades individuais de cada aluno. Essa abordagem não apenas facilita a inclusão de todos os estudantes no ambiente de ensino bilíngue, mas também contribui para o desenvolvimento de uma comunidade escolar mais acolhedora.

Portanto, ao analisar o papel da avaliação diagnóstica no contexto do ensino bilíngue com o objetivo de promover a inclusão e participação de todos os alunos, podemos concluir que essa prática desempenha uma função chave na criação de um ambiente educacional mais equitativo e acessível, onde cada aluno tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e linguístico.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (2001). Understanding the Development of Inclusive Schools Some notes and further reading. <https://www.oas.org/Pt/>; University of Manchester.

AINSCOW, M. (2009). Tornar a educação inclusiva: Como esta tarefa deve ser conceituada? In *Tornar a educação inclusiva* (pp. 11–23). Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184683>

ALMEIDA, Í. D. Metodologia do trabalho científico. Disponível em: <<https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/674/684/2134>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BARBOSA, A. L. G. (2023). O poder da diferenciação pedagógica na promoção da inclusão comunicativa em turmas de escolas bilíngues que tem o inglês e o português como línguas de instrução. In *Horizontes da produção acadêmica* (pp. 135–147). Pembroke Collins.

Avaliar. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=avaliar>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BOOTH, T., & AINSCOW, M. (2002). Index for inclusion: developing learning and participation in schools. Centre For Studies On Inclusive Education.

CAST (2018). Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Retrieved from <http://udlguidelines.cast.org>

COSTA, M. T. (2018). Formação docente para a diversidade (2nd ed.). IESDE BRASIL S/A.

FETTES, M., & KARAMOUZIAN, F. M. (2018). Inclusion in education: Challenges for linguistic policy and research. In M. Siiner, F. M. Hult, & T. Kupisch (Eds.), *Language policy and language acquisition planning*. (pp. 219–235). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-75963-0%E2%82%813>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo (Sp): Editora Atlas S.A, 2010.

LEI n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 30 de março de 2024, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

LIBÂNEOJ. C. Didática. São Paulo (Sp): Cortez, 2006.

LUCKESI, C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1421320/mod_resource/content/1/O_ato_de_avaliar_a_aprendizagem_Luckesi.pdf>.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 19. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

OLIVEIRA, R. G. DE; MOTA, A. A.; SOUSA, J. A. DE. Avaliação educacional - uma breve análise das modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. Cadernos da Pedagogia, v. 16, n. 34, p. 21–28, 2022.

Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (CEFR). Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/quadro-comum-europeu-de-referencia-para-linguas-cefr?utm_term=&utm_campaign=exams-adults-ielts-ame-br-destinations-cpc-mid-google-pmax&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=9800219522&hsa_cam=20467229758&hsa_grp=&hsa_ad=&hsa_src=x&hsa_tgt=&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwzZmwBhD8ARIsAH4v1gXzVQgXnxhKUtnxwDtD5cWFy4zzRPPBTO9NdZrBEmfV8YsChp0HMoMaAuN8EALw_wcB>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PEDROCHI, O., & BURIASCO, R. L. C. de. (2019). A Avaliação como Fio Condutor da Prática Pedagógica. Revista de Ensino, Educação E Ciências Humanas, 20(4), 370–377. <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2019v20n4p370-377>

PINHEIRO, D., ABREU, J., & REBOUÇAS, S. (2018). A importância da avaliação diagnóstica no projeto de nivelamento matemático com discentes do ensino médio integrado. Editora Realize. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_E_V117_MD1_SA13_ID1179_17092018235053.pdf

SANTOS, K. da S., & MENDES, E. G. (2021). Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. Revista Teias, 22(66), pp.40-50. <https://doi.org/10.12957/teias.2021.57138>

O papel da avaliação diagnóstica no ensino bilíngue: estratégias e práticas na inclusão e promoção da participação de todos os alunos

Unesco. (1994). Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

CAPÍTULO 5

A INFLUÊNCIA DA FESTIVIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE DOS INOCENTES DO QUILOMBO ARAQUEMBAUA (PA) NA DANÇA FOLCLÓRICA SAMBA DE CACETE

Fernanda Ferreira Freitas

Graduanda de Licenciatura em Educação Física na
Universidade Estadual do Pará - UEPA Campus XIII - Tucuruí.

Amanda Pimentel Carvalho

Graduanda de Bacharelado em Fisioterapia na Universidade Estadual do Pará -
UEPA Campus XIII - Tucuruí.

Roseane Monteiro dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação (FICS-PY). Mestra em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco (UCB-RJ). Especialista em Pedagogia do Movimento Humano pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Licenciada e Bacharel em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). CREF 003865 G/PA. É professora Assistente IV do Curso de Educação Física e Enfermagem do Campus XIII da Universidade do Estado do Pará - Tucuruí.

RESUMO

Sabe-se que as práticas religiosas fazem parte da vida humana desde os primórdios da sociedade. Com base nisso, este estudo tem como objetivo evidenciar a influência do festejo da Santíssima Trindade dos Inocentes da comunidade quilombola Araquembaua - PA na dança folclórica, Samba de Cacete, uma dança de origem negra que inclui tambores, cacetes, melodias melancólicas, bebidas específicas e o modo de dançar a batucada mais marcante na história desse povo. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo qualitativa em nível descritivo, tendo como instrumento de coleta de dados entrevistas que continham duas questões abertas relacionadas a festividade da santíssima trindade e seu impacto na dança folclórica samba de cacete. Todos os participantes concordaram com a legislação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados revelaram que a ordem da Assembleia Diocesana de suprimir festas com bandas e bebidas alcoólicas no território quilombola Araquembaua veio a contribuir para o desfalecimento da dança folclórica na comunidade. Por fim,

concluiu - se que o objetivo deste estudo foi alcançado. Ademais, é importante destacar que o método baseado em entrevistas e observações durante o processo de pesquisa permitiu às pesquisadoras relembrar os fatos que presenciaram diretamente ou que lhes foram transmitidos como relíquias quilombolas, possibilitando conhecer um pouco mais de suas culturas ancestrais, repercutidas por meio da festividade e a compreender historicamente como se deu a origem desse patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Araquembaua, Santíssima Trindade dos Inocentes, Samba de Cacete.

INTRODUÇÃO

Entre as várias religiões que têm moldado a sociedade humana desde tempos imemoriais, destaca-se o catolicismo, uma prática que incorpora tradições das festas pagãs para venerar e homenagear os santos. Essa devoção visa expressar gratidão ao padroeiro escolhido pela graça concedida às pessoas, que na tradição católica inclui Jesus, a Virgem Maria, o Espírito Santo e outros santos (D'ABADIA, 2010). Nesse contexto, este trabalho se concentra na análise da festividade Santíssima Trindade dos Inocentes da comunidade quilombola Araquembaua, situada no município de Baião, Pará, uma tradição que perdura há 223 anos e sua influência na dança folclórica Samba de Cacete, uma expressão cultural enraizada na herança africana e integrante do folclore Araquembauaense. Como destaca BARBON (2011), as danças folclóricas estão profundamente entrelaçadas com nossas identidades, sendo expressões que refletem os costumes e crenças dos habitantes de cada região em um país. Cada dança é um testemunho vivo da história e da cultura que se desenvolveu ao longo do tempo, uma narrativa encarnada pelos corpos que dançam e pelas comunidades que a celebram.

O interesse pelo tema surgiu do profundo vínculo das pesquisadoras com o quilombo Araquembaua, que as motivou a conduzir o estudo na comunidade. Assim, deu-se início à pesquisa de campo, de caráter qualitativo, onde as informações foram obtidas por meio da análise da complexidade dos acontecimentos através dos relatos dos residentes que vivenciaram de perto as mudanças na comunidade. A contribuição dos entrevistados, ao compartilharem suas experiências de forma autêntica e sem restrições, influenciou a essência da pesquisa, enriquecendo-a com perspectivas únicas e vivências pessoais. Vale ressaltar ainda que a relevância deste estudo é de suma importância, dada a escassez de pesquisas científicas sobre a dança folclórica samba de cacete.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA

Ao adentrarmos o universo das comunidades remanescentes de quilombo, é essencial mergulhar na compreensão mais profunda de seu conceito histórico e contemporâneo. Hoje, esse conceito ressurgiu no cenário nacional não apenas como um vestígio do passado, mas como um grito de luta por direitos históricos e identidade cultural. As comunidades quilombolas se destacam como grupos sociais distintos, fundados em sua identidade étnica e enraizados em uma rica herança cultural (Programa Quilombolas do Brasil, 2009). Entender o que significa "étnico" nos dias de hoje vai além de uma mera definição, implicando o reconhecimento de uma coesão e solidariedade entre indivíduos que compartilham uma consciência de suas origens e um propósito comum (CASHMORE, 2000, p. 196). É uma história coletiva, uma narrativa tecida por experiências compartilhadas, valores arraigados e uma identidade moldada ao longo dos séculos. É um legado vivo, um espaço coletivo e indivisível a ser preservado, enaltecido e protegido para as gerações presentes e futuras.

Segundo o mito de origem, Araquembaua se formou como um acampamento indígena, onde reza a lenda, vivia uma tribo indígena no local, liderada por um homem chamado Araquém, companheiro da mulher chamada Baua, à medida que a comunidade crescia, foi necessário escolher um nome relacionado às suas origens. Os mitos de origem e a decisão do povo de combinar os nomes dos ex-líderes indígenas em sua homenagem influenciaram o resultado em Araquembaua, embora não exista documento oficial que comprove isso.

Fotografia 1 - Vista panorâmica de Araquembaua



Fonte: Otávio Rodrigues (2023)

A comunidade de Araquembaua, situada nas margens do Rio Tocantins, foi refúgio para os escravos que fugiam da opressão na região de Cametá. Esses fugitivos buscavam a proximidade do rio como uma necessidade vital, pois a água ali representava não apenas um recurso indispensável para a sobrevivência, mas também uma rota de fuga mais segura em meio às adversidades da mata densa. Esse contexto favoreceu

um rápido crescimento da comunidade, impulsionado pelo intenso processo de miscigenação entre os diferentes grupos étnicos que ali se encontravam. Essa miscigenação foi tão significativa que levou à formação de uma comunidade quilombola de características mestiças, considerada um quilombo pardo.

A partir dessas raízes étnicas profundamente entrelaçadas, emergiu uma luta persistente pela demarcação e reconhecimento oficial do território quilombola. Somente em 29 de setembro de 2002, após anos de mobilização, a comunidade finalmente obteve o título definitivo de reconhecimento como comunidade quilombola, concedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), juntamente com outras 12 comunidades, como parte da Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha (ARQIB). Esse marco histórico representou a concretização de uma conquista almejada há décadas, cumprindo-se o disposto no artigo 68 das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal de 1988, que garante o reconhecimento e a proteção dos territórios quilombolas como patrimônio cultural e histórico do Brasil.

Fluxograma: Comunidades que compõem a ARQIB.



Situado na zona rural do município de Baião, no nordeste do estado do Pará, o quilombo de Araquembaua é um pequeno povoado de beleza natural, aninhado no coração do Baixo Tocantins. Erguendo-se majestosamente em um platô que se eleva a trinta e cinco metros acima das águas serenas do rio, o local é uma verdadeira obra-prima da natureza. Habitado por uma população aproximada de 2.225 pessoas, conforme registrado no censo eleitoral das eleições de 2022, Araquembaua é o lar de 248 famílias que, ao longo dos anos, têm se esforçado para manter vivas as tradições e os valores que definem sua identidade única.

Essa comunidade simples, mas resiliente, encontrou nos recursos naturais ao seu redor os meios para sobreviver. A pesca de camarão e peixe,

a coleta de produtos vegetais silvestres, a prática da agricultura de subsistência e a criação de animais, como aves e porcos, sustentam as famílias de Araquembaua, garantindo não apenas o alimento na mesa, mas também a continuidade de uma forma de vida profundamente enraizada na terra e nas águas que os cercam. Por trás da aparente simplicidade desse modo de vida, reside uma riqueza inestimável de sabedoria ancestral, transmitida de geração em geração. São histórias de resistência, de resiliência e de conexão com a terra que moldaram a identidade e a alma deste povoado.

Na contemporaneidade, a pesca é amplamente praticada como esporte em algumas regiões do Brasil, mas existem comunidades ribeirinhas na sub-região do baixo Tocantins que tradicionalmente sobrevivem da pesca artesanal e baseiam sua cultura firmemente no rio. Para as pessoas que vivem nas margens dos rios, a pesca é mais do que uma escolha de ocupação, é um referente ideológico (Ferreira, 1995). Em geral, os povos ribeirinhos são os caboclos que vivem às margens do rio, cuja principal fonte de subsistência é a pesca artesanal (Pinheiro, 2012). Na comunidade de Araquembaua, a pesca é realizada preferencialmente de forma familiar, artesanal e voltada para o autoconsumo e pequeno mercado, a capacidade desta atividade é feita por homens adultos e jovens. Na Amazônia, é a maior fonte de alimento para as populações ribeirinhas que dependem fortemente da pesca para alimentação e renda (Diegues, 1999). Os materiais frequentemente utilizados na pesca são: rede de pesca e o matapi. Os principais peixes da região são curimatã, mapará, traíra, branquinha, mandíí, caratinga e a pescada branca.

A coleta de frutos e raízes é um dos métodos mais primitivos utilizados pelo ser humano para obter meios de sobrevivência. Esta prática, denominada extrativismo vegetal, é, no seu sentido mais básico, uma forma de produção de bens onde os recursos são retirados diretamente do seu território natural, ou seja por meio da colheita de produtos retirados da natureza (Drummond, 1996).

Na comunidade de Araquembaua esta atividade foi durante algum tempo a única fonte de renda dos moradores. Atualmente, existem outras atividades e a extração vegetal ocorre em quantidades menores, podemos destacar os principais produtos extraídos: cupuaçu, açaí, cacau, castanha do Pará, urucum

Atualmente, a principal atividade produtiva da comunidade é a agricultura familiar, que gera uma parte do sustento da comunidade e a troca em pequena escala com outros produtos na comunidade. A atividade é

desenvolvida em pequenas propriedades de terras na comunidade, denominadas “roças”. As roças são mais do que áreas físicas, acrescentam um aspecto identitário que une os elementos simbólicos e culturais dos povos tradicionais e materializa o vínculo entre trabalho e território, fortalecendo a identidade coletiva (LIMA, 2015). Os principais produtos agrícolas cultivados incluem arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, maxixe e melancia. A produção de farinha d'água, beiju e tapioca são práticas ancestrais em Araquembaua e representam elementos muito fortes de sua identidade. A casa de farinha demonstra a existência e a resistência desta comunidade ao longo do tempo (Lopes, p. 2017). Dessa forma, graças à sua tradição e forma de organização, a comunidade quilombola de Araquembaua evoluiu ao longo dos anos, pois segundo O'Dwyer (2010), a identidade deste grupo étnico (quilombola) não é definida pelo tamanho ou número dos seus membros, mas baseia-se nas suas experiências e na trajetória comum e continuidade como grupo.

Fotografias 2- Principais meios de sobrevivência na comunidade Araquembaua - PA



Fonte: Corrêa (2023)

A PRINCIPAL MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA CATÓLICA DA COMUNIDADE

Segundo as reflexões do historiador Eliade (1992), os primórdios da busca humana pela espiritualidade remontam ao período Paleolítico, onde as primeiras manifestações religiosas encontram expressão nas profundezas das cavernas, na forma de arte rupestre. Esse vínculo ancestral entre o homem e o sagrado, gravado nas paredes rochosas, revela uma busca incansável pela transcendência desde os tempos mais remotos.

Ao longo dos séculos, inúmeras religiões surgiram, cada uma refletindo a complexidade das crenças individuais e coletivas. No entanto, entre as comunidades tradicionais, é a religiosidade católica que se destaca como uma das matrizes culturais mais profundamente enraizadas. Apesar do avanço das religiões protestantes, especialmente evidente na presença de seis igrejas na comunidade de Araquembaua, o catolicismo continua a

exercer uma influência dominante em nível local, mantendo uma unidade de princípios e valores morais compartilhados.

No cerne dessa identidade religiosa está a festividade da Santíssima Trindade dos Inocentes, padroeiro local, uma tradição que ocorre desde 1801, conforme registros oficiais. Durante esse período anual, os residentes locais, assim como membros de comunidades vizinhas e parentes distantes, se reúnem para celebrar essa herança espiritual e cultural. É um momento de profunda conexão com as raízes da fé católica, enraizada na história e na alma da comunidade, e um testemunho vivo da continuidade e da resiliência dessa tradição ao longo dos séculos.

A igreja matriz, originalmente construída com barro e taipa, ao longo dos anos passou por inúmeras reformas, muitas delas financiadas pelos próprios moradores. Hoje, seu interior é revestido de azulejos e vidro, um testemunho tangível da evolução e dedicação da comunidade. Esta transformação física não apenas ressalta a homogeneidade do catolicismo na região, mas também simboliza e incorpora os ensinamentos fundamentais da fé cristã, refletindo-se na própria estrutura da igreja.

A cada domingo, por volta das oito horas da manhã, os habitantes de Araquembaua se reúnem em suas respectivas igrejas para celebrar o culto em honra a Deus. Devido às limitações estruturais e financeiras, as paróquias muitas vezes são incapazes de sustentar os custos, resultando na liderança dos cultos pelos ministros locais. Neste espaço sagrado, a palavra e a memória dos idosos têm um papel crucial na transmissão de conhecimento, valores e tradições, fundamentais para a identidade cultural da comunidade.

A festividade anual tem seu início tradicionalmente em 20 de novembro e se estende até o dia 29, uma jornada meticulosamente honrada, ecoando o respeito reverente pelas arraigadas tradições deste povo. "Estas datas não são meros marcadores temporais, mas sim símbolos vivos da reverência e temor profundamente enraizados pelos costumes destas comunidades" (Corrêa, 2005). Além das missas realizadas todas as noites, com intercessões, leilões e bingos, o evento acolhe o público em geral. No barracão da Trindade, um arraial é montado, oferecendo uma variedade de comidas típicas e apresentações musicais. Em 2023, o tema escolhido para a festividade foi "Que a Trindade nos guie na missão da igreja", refletindo a profunda conexão espiritual e o propósito comunitário que permeia esses dias de celebração.

Fotografia 3- Início da Festividade Santíssima Trindade _ Araquembaua - PA



Fonte: Freitas (2023)

DANÇA FOLCLÓRICA SAMBA DE CACETE: UMA PRÁTICA ANCESTRAL

O festejo da Santíssima Trindade emerge como o epicentro histórico da comunidade, onde as raízes mais profundas do samba de cacete encontram solo fértil. A alvorada que marcava o início da festividade começava nas primeiras horas da madrugada, com os moradores imersos em bebidas e danças, celebrando o samba de cacete como sua expressão cultural mais emblemática. Antevendo esse momento especial, os moradores convergiam para o barracão, ponto de encontro onde uma multidão se formava, dividindo-se em grupos para os preparativos. Enquanto alguns se dedicavam à preparação de alimentos e bebidas, como a renomada japecanga - uma mistura de gengibre, 51 e açúcar - as mulheres cuidavam do mingau de chocolate. Os homens assumiam a responsabilidade de acender as fogueiras e porangas, pois, naquela época, a eletricidade ainda não havia alcançado aquela região.

Uma vez cumpridas as obrigações, os moradores retornavam às suas casas, apenas para voltar ao barracão ainda sob o véu da madrugada, mergulhados na dança e na convivência até o alvorecer, destacando-se o samba de cacete, cujo ritmo ecoava pelo bater dos cacetes nos tambores esculpidos a partir de troncos ocos de madeira.

O samba de cacete é descrito como uma fusão intrínseca de música, canto e dança, cujas letras capturam os aspectos mais profundos do cotidiano da comunidade. Transmitido de geração em geração, esse ritmo, enraizado na tradição da percussão afro-brasileira, ressoa ao longo de quatro gerações entre os quilombolas do baixo Tocantins. A seguir, compartilhamos uma das músicas mais emblemáticas entoadas nas rodas de samba, segundo o relato do participante 4:

“Manjerona olerê,
Meu castelo olerê,
Manjerona meu castelo,
Tu tem sono vai dormir olerê (Bis)

Coro: Tenho sono olorê,
Mas não durmo olorê
Tenho sono mais não durmo,
Dormirei quando tu ir olorê (Bis)

As letras do samba de cacete ecoam a cultura local, expressando reverência e gratidão aos santos, além de descreverem eventos cotidianos e narrativas de amor. A dança e a música eram elementos integrantes das reuniões comunitárias, acompanhadas por canções que retratavam as lutas diárias de uma vida árdua. Segundo Santos (2016), "a arte do canto e da dança está entranhada na alma sofrida dos descendentes de escravos desde os tempos coloniais".

INSTRUMENTOS

Os instrumentos que compõem a dança folclórica Samba de Cacete são tambores e quatro cacetes que são feitos de troncos ocos de madeira maciça como cumaru e jutaí. Os tambores possuem uma cobertura em pele de veado ou couro bovino que é amarrada em uma das pontas com cipós ou pregos. Cada tambor é tocado por dois músicos, no qual os dois primeiros ficam fixados ao instrumento e tocam a pele do tambor, enquanto os outros músicos, denominados caceteiros, sentam-se de lado e usam os cacete para bater o tambor.

VESTIMENTAS

As mulheres se adornam com belas blusas, saias amplas e fluídas, complementadas por pulseiras e colares rústicos feitos de sementes, enquanto os homens preferem calças escuras ou brancas combinadas com camisas coloridas. Em geral, ambos dançam descalços, imergindo-se completamente na expressão da dança. As cores utilizadas são tipicamente vibrantes e alegres, refletindo um costume cultural dos afrodescendentes de elevar o espírito e a alma através da vivacidade das cores (HARGER, 2016).

A BEBIDA ESPECÍFICA NAS RODAS

Desde tempos ancestrais, a bebida predominante nas rodas de samba é a japecanga. Como mencionado anteriormente, essa bebida é feita à base de gengibre, 51 e açúcar. O processo envolve inicialmente o corte do gengibre, seguido pela mistura com água e o 51 no liquidificador, e depois é coado. É no sabor picante do renomado "desembirra" que músicos e dançarinos mergulham suas gargantas na cachaça para se aquecer, e

quando a batucada começa, os dançarinos cantam, riem, gritam e dançam com fervor.

Nos dias de hoje, a presença de cantores e caceteiros da dança folclórica samba de cacete na comunidade de Araquembaua é escassa. As rodas de samba, outrora uma parte central da vida comunitária, agora são reservadas para ocasiões festivas especiais. E para isso, é necessário recorrer aos mestres da comunidade vizinha de Igarapé-Preto, trazendo consigo não apenas a música, mas também as memórias e a essência das tradições compartilhadas entre as comunidades.

Fotografia 3- características típicas no samba de cacete



Fonte: Freitas (2023)

2 METODOLOGIA

ABORDAGEM DE PESQUISA

Neste estudo, adotamos uma abordagem qualitativa de cunho descritivo. Seguindo a definição de Gil (2008), a pesquisa qualitativa se concentra na qualidade dos dados, buscando descrever e analisar a natureza do problema sem enfatizar a mensuração dos fenômenos. Optamos por essa abordagem, pois nos possibilitou investigar questões que demandam explicações analíticas e concretas.

LOCAL

A pesquisa foi conduzida na comunidade quilombola de Araquembaua, situada na zona rural do município de Baião, no estado do Pará. O acesso a essa comunidade pode ocorrer de duas formas: por via fluvial, navegando pelas águas majestosas do Rio Tocantins em barco ou balsa, em uma jornada que pode variar de quarenta e cinco minutos a uma hora, dependendo das correntes fluviais e da capacidade do transporte; ou por via terrestre, percorrendo a BR 422 no km 148, uma estrada que se

desdobra ao longo de paisagens deslumbrantes, aproximadamente a duas horas e meia de Tucuruí e a 70 km de Cametá, ambas no Estado do Pará.

COLETA DE DADOS

Para iniciar a coleta de dados, realizamos uma visita de campo, onde fornecemos aos participantes que foram pessoas minuciosamente escolhidas, um resumo detalhado da nossa pesquisa. Em seguida, foi solicitada autorização aos participantes para a realização das entrevistas, os participantes concordaram em participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme exigido por lei.

A coleta de dados envolveu visitas domiciliares, realizadas no dia 22 e 23 de dezembro de 2023, com entrevistas estruturadas contendo duas perguntas abertas relacionadas a festividade da santíssima trindade e sua influência na dança folclórica samba de cacete da comunidade Araquembaua, que, segundo Thiollent (2009, p. 67), foram “direcionadas a um pequeno e selecionado grupo de pessoas”. Portanto, as pessoas foram selecionadas com base na sua representação no território quilombola de Araquembaua.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Pessoas acima de 45 anos, que aceitassem participar de forma voluntária da entrevista, e tivessem envolvimento direto no festejo da comunidade, fossem brincantes da dança folclórica samba de cacete, seja mestre, caceteiro ou dançarino (a).

RESULTADO E DISCUSSÕES

Conforme abordado previamente, a origem do Samba de Cacete remonta à aurora da festividade Santíssima Trindade. Essa contextualização histórica não apenas posiciona o Samba de Cacete como uma manifestação cultural enraizada na identidade da região, mas também o entrelaça de forma intrínseca com os rituais e celebrações religiosas da comunidade. Durante uma conversa, o participante 4, uma figura central e um dos últimos cantores vivos dessa tradição, compartilhou detalhes sobre a jornada que essa expressão cultural percorreu ao longo dos anos na comunidade, refletindo não apenas a evolução da prática em si, mas também as mudanças sociais e culturais mais amplas que moldaram seu significado e importância.

“O samba é muito antigo, conheci o samba de cacete com 12 anos de idade no barracão da trindade, através dos idosos que

viveram aqui, que era Vicente Lucas, Lino Gomes. O nome do nosso grupo chamava-se "grupo da roça".

Abaixo veremos a letra de uma música que, segundo o participante 4, capta exatamente a essência do Samba de Cacete da comunidade Araquembaua e a história deste povo, marcada pela mistura de povos indígenas e africanos desde os tempos coloniais.

"Eu não sou mestre do samba, nem também sou professor, mas quando eu me sento nesse tamboro, seu Manuel, logo tamboro roncou (Bis)

Coro: Eu vi Manuel, eu vi, eu vi tambor roncar na beira do rio, a barca suspendeu bandeira, seu manel, a maré tá pra arma" (Bis)

O Samba de Cacete se destaca por suas melodias melancólicas e pelo ritmo dos tambores, marcado pela batida dos cacetes, uma característica única que o diferencia de outras manifestações brasileiras de origem africana.

Durante entrevistas com os moradores locais, ao serem questionados se a ordem da assembleia diocesana de suprimir festas com bandas e bebidas alcoólicas do festejo da Santíssima Trindade dos inocentes da comunidade Araquembaua influenciou para depreciação da dança folclórica samba de cacete no território, eles relataram que:

Participante 1, 47 anos de idade: "Com essa ordem preservou ainda mais, porque o que foi retirado foi só a bebida com as bandas, mas com isso as práticas culturais acabaram desfalecendo".

Participante 2, 82 anos de idade: "Influenciou sim, porque com essa ordem tudo terminou, as rodas de samba eram regadas a muita cachaça, batida de jenipapo, japecanga, 51 com limão e sem essas bagunças o povo se desanimou".

Participante 3, 69 anos de idade: "Sim influenciou e muito, porque naquele tempo Araquembaua só tinha um salão de festa que era o da Trindade, e não havia outro local para as realizações das rodas de samba".

Participante 4, 89: "Enfraqueceu demais, teve muita mudança, primeiro foi retirado as bandas e bebidas alcoólicas, depois os foguetes e isso acaba desanimando o povo".

A prática ancestral da dança folclórica Samba de Cacete é uma tradição enraizada nas comunidades quilombolas do Baixo Tocantins. Embora seja transmitida de geração em geração em muitas dessas comunidades, cada quilombo possui sua própria forma específica de realizá-la, mantendo uma semelhança nos tambores, no ritmo, nas letras e no estilo de dança (Sansone et al., 2001). No entanto, o cenário em Araquembaua é diferente. De acordo com as informações fornecidas pelos participantes, desde 2006, observa-se uma gradual diminuição da prática do Samba de

Cacete na comunidade, evidenciando a influência negativa da ordem da Assembleia Diocesana sobre essa tradição.

Ao lançar a pergunta "Na sua opinião, o que está influenciando a juventude de Araquembaua a não ter interesse em conhecer e vivenciar suas próprias culturas?"

Participante 1: "Os tempos são outros. Na minha época de mocidade não tínhamos televisão e muito menos internet, então qualquer bate lata era uma forma de diversão. Nesta nova era há muita modernidade, os jovens só querem saber de celular".

Participante 2: "Falta de incentivo, desde a ordem da igreja, Araquembaua não foi mais a mesma. As práticas culturais estão diminuindo e acabando cada vez mais. E isso está acontecendo porque nada tem sido feito para resgatar as antigas práticas".

Participante 3: "Tudo começou com a ordem da igreja de não realizar brincadeiras no salão da trindade, naquele tempo não havia outro salão na comunidade para realizar as nossas danças, muitas dos nossos costumes antigos foram deixadas de lado, como o samba de cacete que se originou no salão da igreja e o cordão de boi que era uma cultura fortíssima nossa e que se perdeu, hoje em dia tem uns 5 salão na comunidade, mas não é como antes, os jovens de hoje em dia não apreciam suas próprias culturas".

Participante 4: "Quando veio a televisão foi uma coisa péssima porque o povo foi perdendo os costumes e com a chegada da internet foi pior ainda porque os jovens de hoje só querem saber de assuntos do presente, enquanto o passado está sendo esquecido e quando a gente tenta resgatar os antigos costumes não temos apoio".

A partir das narrativas compartilhadas, é possível vislumbrar o profundo impacto que o avanço tecnológico exerce sobre a dinâmica social das comunidades quilombolas. Essas comunidades, historicamente marcadas por conflitos territoriais, agora enfrentam uma nova camada de desafios, que se estende para além das fronteiras físicas e penetra nos aspectos mais íntimos de sua cultura. Ademais, soma-se a isso a triste constatação da desvalorização interna, por parte de alguns membros, em relação à própria riqueza cultural que carregam.

Nesse contexto complexo, torna-se imperativo que cada indivíduo se abra para o conhecimento e a apreciação das diversas culturas que coexistem no mundo, reconhecendo a beleza e a profundidade da diversidade cultural entre os povos. No entanto, esse processo só pode ser verdadeiramente enriquecedor se estiver enraizado em um profundo respeito e valorização da própria cultura de cada um. É ao compreender suas origens, sua evolução ao longo do tempo e seu papel na formação da identidade que os indivíduos podem verdadeiramente entender a importância de preservá-la como uma expressão autêntica de quem são.

Conforme salientado por Pedroso (1999), a preservação da cultura não implica em um isolamento ou fechamento para o mundo exterior, mas sim em encontrar meios de manter viva a essência e os valores fundamentais

de uma cultura diante das influências externas. As tradições ancestrais regionais representam um legado inestimável, essencial para a preservação das raízes e da identidade de uma comunidade. São como fios que tecem a tapeçaria da história, tornando cada lugar único e autêntico, e merecem ser protegidos e celebrados como verdadeiros tesouros culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo proporcionou uma análise profunda do impacto da ordem da Assembleia Diocesana sobre a dança folclórica samba de cacete na comunidade de Araquembaua. Durante esse processo, pudemos atingir os objetivos delineados para esta pesquisa, fornecendo insights valiosos sobre as mudanças ocorridas e as ramificações culturais resultantes.

É crucial ressaltar que, ao longo da pesquisa, o método baseado em entrevistas e observações permitiu não apenas a coleta de dados, mas também uma imersão nas vivências e narrativas dos membros da comunidade. Esse contato direto com suas experiências e tradições transmitidas como relíquias quilombolas ofereceu uma perspectiva única sobre as raízes culturais profundas que moldaram a festividade e a dança folclórica em questão. Por meio dessa abordagem, fomos capazes não apenas de compreender a origem histórica desse patrimônio imaterial, mas também de reconhecer sua importância contínua na identidade e coesão da comunidade.

Apesar das adversidades enfrentadas ao longo do estudo, é inegável a relevância das expressões culturais para a comunidade de Araquembaua. Essas manifestações não são apenas formas de entretenimento ou tradições antigas, mas sim testemunhos vivos da história e do espírito resiliente do povo quilombola. Cada atividade cultural individual contribui para o tecido social mais amplo, fortalecendo os laços comunitários e preservando um legado único de memória e sabedoria transmitido de geração em geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBON, Andiará dos Santos. Danças folclóricas na educação física escolar. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/1621> Acesso em: 19 nov. 2023.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Selo negro, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YDCm6WqtFBwC&oi=fnd&pg=PP11&dq=Cashmore,+Ellis.+Dicion%C3%A1rio+de+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9tnicas+e+raciais.+Selo+negro.+2000&ots=iTJMNEt2ss&sig=DQ0KSeUmepTykTVzTxMYisUFH2o> Acesso em: 19 nov. 2023.

CORRÊA, S. Educação Popular e Movimentos Sociais: construindo caminhos de inclusão social e de sustentabilidade com as sociedades tradicionais da Amazônia. **Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade Estadual do Pará, Belém-Pa**, 2005. Disponível em: [CORRÊA, S. Educação Popular e Movimentos Sociais:... - Google Acadêmico](#) Acesso em: 19 nov. 2023.

Diegues, Antonio Carlos. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2), p. 361-376, 1999. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/3047> Acesso em: 19 nov. 2023.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. Louvação e proximidade: as festas de padroeiros fora do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 30, n. 1, p. 93-105, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127153006.pdf> Acesso em: 19 nov. 2023.

Drummond, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos sociedade e agricultura**, 1996. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/88/84> Acesso em: 20 nov. 2023.

Eliade, Mircea; FERNANDES, Rogério. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**, 1992. Disponível em: [Eliade, Mircea; FERNANDES, Rogério. O sagrado e... - Google Acadêmico](#) Acesso em: 20 nov. 2023.

Ferreira, MSFD. A comunidade de Barranco Alto: diversificação de saberes às margens do rio Cuiabá. **Cuiabá: UFMT/IE**, 1995. Disponível em: [Ferreira, MSFD. A comunidade de Barranco Alto: diversific... - Google Acadêmico](#) Acesso em: 20 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo01_globalizacao.pdf Acesso em: 10 jan. 2024.

HARGER, Patrícia Helena Campestrini. O segmento de moda afro-brasileira: conceitos, estruturas e narrativas. **Palavra e-periódico**, n. 18, p. 95-120, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5140/514054175007/> Acesso em: 10 jan. 2024

Lima, Luís Augusto Pereira. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária: estudo da relação dinâmica de resistência e garantia do território em situações sociais referidas a quilombolas e indígenas**. 2015. Tese de Doutorado. UEMA. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/427> Acesso em: 20 nov. 2023.

Lopes, Carla Joelma de Oliveira et al. **O território quilombola de Araquembaua, Baião-Pa**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/9406> Acesso em: 22 de nov. de 2023.

NAHUM, João Santos. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia Paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 12, pág. 79-103, 2011. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=LxxCXHcAAAAJ&hl=pt-BR&oi=sra> . Acesso em: 19 de nov. 2023.

O'dwyer 19, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais

- em construção. **Territórios quilombolas e conflitos**, v. 69, p. 42, 2010. Disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflictos.pdf#page=42 Acesso em: 23 de nov. 2023.
- PEDROSO, Sergio Flores. **A Carga Cultural Compartilhada: A Passagem Para A Interculturalidade No Ensino De Português Língua Estrangeira**. 1999. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/175838?guid=1641254405967&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1641254405967%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D175838%23175838&i=18> Acesso em: 07 jan. 2024.
- Pinheiro, Tainá Trindade et al. Um modo de produção no espaço ribeirinho: um estudo no Distrito de Nazaré/RO. **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 21, p. 1-14, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1439_1.pdf Acesso em: 30 nov. 2023.
- Quilombola, Programa Brasil. comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas. **Brasília, DF**, 2009. Disponível em: [Quilombola, Programa Brasil. comunidades quilombolas... - Google Acadêmico](#) Acesso em: 28 dez. 2023.
- Thiollent, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 16ª. **Cortez: São Paulo**, 2009. de Moraes Pinto, B. C. (2012). ESCRAVIDÃO, FUGA E A MEMÓRIA DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO TOCANTINS. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OTSDEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Thiollent,+Michel.+Metodologia+da+pesquisa-a%3%A7%C3%A3o.+16%C2%AA.+Cortez:+S%C3%A3o+Paulo,+2009.+de+Moraes+Pinto,+B.+C.+\(2012\).+ESCRAVID%C3%83O,+FUGA+E+A+MEM%C3%93RIA+DE+QUILOMBOS+NA+REGI%C3%83O+DO+TOCANTINS.+&ots=vbyzIMuOic&sig=PJ-N0JhnUo7JhQBL-T-ix9LYqGc](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OTSDEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Thiollent,+Michel.+Metodologia+da+pesquisa-a%3%A7%C3%A3o.+16%C2%AA.+Cortez:+S%C3%A3o+Paulo,+2009.+de+Moraes+Pinto,+B.+C.+(2012).+ESCRAVID%C3%83O,+FUGA+E+A+MEM%C3%93RIA+DE+QUILOMBOS+NA+REGI%C3%83O+DO+TOCANTINS.+&ots=vbyzIMuOic&sig=PJ-N0JhnUo7JhQBL-T-ix9LYqGc) Acesso em: 28 dez. 2023.
- Sansome St, São Francisco, CA 94104, 1998 Moraes Pinto, Benedita Celeste. Escravidão, Fuga E A Memória De Quilombos Na Região Do Tocantins. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, V. 22, 2001. Disponível em: <https://Revistas.Pucsp.Br/Revph/Article/Download/10744/7976> . Acesso em: 10 dez. 2023.
- SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Temas em Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 217-229, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6461354> Acesso em: 7 jan. 2024.

CAPÍTULO 6

AS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO COMBATE A VIOLÊNCIA OBSTRÉTICA NA SALA DE PARTO: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Julia Alves Moraes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá – RJ

Daniele da Costa Vieira

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá – RJ

Ana Beatriz Feitosa Guimarães

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá – RJ

Isabelle Conceição de Oliveira

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá – RJ

Lúcia Damiana Pereira de Abreu

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá – RJ

Nathalia Cristina Campos Abdon

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá - RJ

RESUMO

O estudo trata-se de entender quais as atribuições da enfermagem neste contexto da violência obstétrica, quais medidas devem ser tomadas ou evitadas para a prevenção e por conseguinte a hipótese verificada neste estudo é que o enfermeiro possui um papel extremamente necessário e relevante no combate à violência obstétrica, baseado em evidências científicas. No entanto, para realização do trabalho houve uma coleta de dados a partir do mês de março de 2023, nas bases de dados eletrônicas: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), endereço eletrônico scholar.google.com.br. O enfermeiro dispõe de grande atuação nos países que reduziram a mortalidade materna e fetal. Resultado que foi consequência da assistência do enfermeiro obstetra na gestação e nos períodos de trabalho de parto e pós parto. Na rede pública cerca de 45% das mulheres já sofreram violência obstétrica e na rede particular já sofreram cerca de 30%, segundo dados do levantamento *Nascer no Brasil*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2012. Neste contexto, o enfermeiro tem suas atribuições, medidas de

enfrentamento e prevenção da violência em todo o processo de gestação, parto e puerpério. Com ênfase no momento do parto, além dos aspectos técnicos propriamente ditos, o preparo para o parto envolve, também, uma abordagem de acolhimento da mulher e seu companheiro no serviço de saúde. Destaca-se através da pesquisa como ponto principal, a preservação da autonomia da mulher, mantê-la informada sobre sua gestação e parto, respeitá-la, tratá-la comoprotagonista do parto, ter ética profissional e não realizar intervenções de maneira desnecessária, principalmente intervenções que posteriormente trarão danos físicos ou psicológicos ao binômio mãe-bebê.

Palavras-Chave: Violência obstétrica, Parto, Sala de Parto.

INTRODUÇÃO

Ocorrem diversos tipos de violência manifestada de formas diferentes. Utilizando força física ou estabelecendo poder sobre pessoa, grupo, ou a si mesmo. O ato de violência física é possível ocorrer acompanhado de violência psicológica, moral, sexual ou econômica, no que tange a violência doméstica, geralmente incluem tapas, socos, chutes, empurrões, puxões, assimcomo, a utilização de artefato com o objetivo de sobressair-se beneficiando-se da força física.

No entanto, oprimir, ameaçar, proferir palavras ofensivas, causar constrangimento, humilhar, coagir, expor, configuram violência psicológica e moral. (BRASIL, LEI Nº. 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006)

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, os tipos de violência contra mulher incluem: Violência contra a mulher, violência de gênero, violência doméstica, violência familiar, violência física, violência institucional, violência intrafamiliar/violência doméstica, violência moral, violência patrimonial, violência psicológica, violência sexual.

O Projeto de lei nº 422/23 inclui a violência obstétrica entre os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha. A lei institui mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados. Na Câmara, já tramitam outras propostas visando coibir a violência obstétrica, como os projetos de lei nº 7867/17 e nº 8219/17, que estão apensados ao PL6517/13, do senado, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecer à gestante o parto humanizado (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2023).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o termo violência Obstétrica refere-se à “apropriação do corpo da mulher e dos processos reprodutivos por profissionais de saúde, na forma de um tratamento desumanizado, medicação abusiva ou patologização

dos processos naturais, reduzindo a autonomia da paciente e a capacidade de tomar suas próprias decisões livremente sobre seu corpo e sua sexualidade, o que tem consequências negativas em sua qualidade de vida" (OMS,2019).

A violência obstétrica se caracteriza por desrespeito à mulher, ao seu corpo, bem como sua autonomia, incluindo seus processos reprodutivos, sendo estabelecida durante a gestação, parto e pós-parto , sendo expressada através de violência verbal, física ou sexual e pela adoção de intervenções e procedimentos desnecessários e/ou sem evidências científicas, tratando a mulher como não protagonista do parto e muitas vezes causando uma falsa sensação de acolhimento por trazer a vida o bebê esperado pela mãe , ou causando de fato asensação de violação do seu corpo e desrespeito , de forma a afetar negativamente a qualidade de vida das mulheres, ocasionando traumas, abalos emocionais, dificuldades na vida sexual, depressão, bloqueios, entre outros.

A violência obstétrica é, no entanto, praticada pelo profissional que presta assistência obstétrica, e isso inclui médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) em enfermagem, obstetrias ou qualquer outro profissional que preste em algum momento esse tipo de assistência.

Segundo Escola de Enfermagem Ana Nery (2021), a violência obstétrica interpessoal é direcionada por indivíduos do ciclo intrafamiliar ou extrafamiliar. Interpessoal intrafamiliar é direcionada por parceiros íntimos, familiares e pessoas do convívio doméstico, já a interpessoal extrafamiliar acontece de forma geral, seja por conhecidos ou não.

Quando a mulher não é submetida a violências no parto, trata-se de um parto humanizado, desta forma as intervenções acontecem conforme a necessidade, a mulher participa das decisões, mantém autonomia a todo momento e protagonismo no parto, os procedimentos não são rotineiros, a assistência humanizada independe de o parto ser vaginal ou cesariana, em casa ou no hospital ou (outros lugares). (BBENTO, M.A. I 2021)

As profissionais; enfermeira, enfermeira obstétrica e outras profissionais da classe foram consolidadas através da Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Conforme trata o artigo 6º são enfermeiros:

“O titular do diploma de enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei (inciso I); o titular do diploma ou certificado de obstetria ou de enfermeira obstétrica, conferidos nos termos da lei (inciso II).” 19.

**A RESOLUÇÃO COFEN Nº 516/2016 – ALTERADA
PELAS RESOLUÇÕES COFEN NºS 524/2016 E 672/2021,
resolve:**

Art. 1º Normatizar a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetrix na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelecer critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetrix no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O conhecimento do enfermeiro acerca do tema é de suma importância para que a luta contra a violência obstétrica consiga alcançar êxito, já que a grande maioria dos profissionais dentro dos hospitais, maternidades e Unidades básicas de saúde (UBS) são enfermeiros e técnicos de enfermagem. Hoje, a enfermagem obstétrica é um segmento em constante crescimento no Brasil e no mundo, atuando no âmbito privado e público.

As palavras Obstetrícia ou obstetrix tem origem no latim, com o significado de parteira. Antigamente, o ato de partejar era executado por parteiras, comadres ou curandeiras, que tinham um conhecimento sobre parto e puerpério através de suas próprias experiências. SILVA DSB. (2016) explica que para que tivesse a possibilidade de partejar era preciso dispor de uma autorização da chancelaria e uma “carta de exame” que era dada pelo Físico - Mor do Império.

No entanto, a educação profissional das parteiras normalizou -se no Brasil por volta do século XIX, em 1832, foi apresentado o primeiro documento regular sobre o ensino de parteiras.

Relativo ao eixo temático sobre “influências das parteiras” nota-se que no decorrer da história das parteiras houve muitos obstáculos, que as mesmas enfrentavam como podiam, apesar de não serem valorizadas, tiveram grande importância na história, abriram o caminho com suas vivências e experiências, que anos depois foram de enorme relevância para a construção da enfermagem obstétrica. As Parteiras conforme o artigo (A6), eram mulheres eleitas pela comunidade, vistas como competentes no auxílio as gestantes durante o trabalho de parto, conhecidas também como “assistentes de parto”, muitas vezes pessoas próximas a família, também o periódico (A2) relata que as antigas parteiras, adquiriam suas experiências na prática, na realização da assistência as parturientes ou como alunas de outras parteiras. 9- 3. (SILVA DSB. 2016)

Desta forma, nessa mesma época, devido a criação do Fórceps obstétrico por Peter Chamberlen, houve queda no ofício de parteira. SILVA (2016) mostra que com a chegada do Fórceps obstétrico a Obstetrícia passa a ser comandada por médicos, trazendo a ideia de que o processo

apresentava risco e que era essencial o acompanhamento do médico.

Por volta dos anos de 1939, foi criado em São Paulo o curso de enfermagem Obstétrica, havendo apenas uma classe. Já em 1949 em diante, houveram transformações não só na prática, como também na legislação. Desse modo, começaram a ser formadas as enfermeiras obstétricas, que obtinham o diploma de enfermeira e cursavam especialização em enfermagem obstétrica. Então, finda os cursos de parteiras e inicia-se a fundação dos cursos de enfermeiras obstétricas, no início do século XX.

Objetivos

Isto posto, apresenta-se como **objeto de estudo** a função do enfermeiro no combate a violência obstétrica na sala de parto

E como **objetivo**: destacar a função do enfermeiro no combate a violência obstétrica, destrinchando suas atribuições e esmiuçando a relevância da conduta correta do enfermeiro na sala de parto.

Materiais e métodos

Para a elaboração do presente trabalho foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura, de caráter exploratório e qualitativo. Segundo, Souza *et al* (2010), este modelo de revisão é decorrência da análise criteriosa de pesquisas, observando-se resultados que compõem o melhor desenvolvimento da prática, por meio do conhecimento adquirido, a qual tem a seguinte ordem: formulação da pergunta norteadora, especificação dos métodos e busca da amostragem na literatura, extração dos dados, análise e avaliação dos estudos incluídos.

O presente estudo se desenvolve em torno da seguinte questão central: Quais são as atribuições do enfermeiro no combate à violência Obstétrica na sala de parto?

Para realização do TCC houve uma coleta de dados a partir do mês de março de 2023, nas bases de dados eletrônicas: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), endereço eletrônico scholar. google.com. br.

Para as bases de dados foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), Enfermagem; violência Obstétrica; parto; gerando combinações entre eles para maior busca de artigos. Foram usados como critérios de inclusão: estudos que abordassem a assistência de enfermagem Obstétrica, no espaço temporal de 2010-2022, exibidos em textos completos e gratuitos, no idioma português.

Segundo Martins (2004), a utilização do filtro para busca de artigos relacionados a nossa pesquisa acontecerá por meio de exclusão. Foram usados como critério de exclusão: capítulos de livros, artigos incompletos,

duplicados e sem referência a temática abordada.

Resultados e discussão

Conforme o estudo é possível destacar alguns exemplos de violência obstétrica praticada pela equipe multidisciplinar, o livreto “Violência Obstétrica” SES/MS exemplifica, a saber: episiotomia, quando não há necessidade, sem anestesia ou não informado a mulher, humilhações, dificultar o aleitamento materno nas primeiras horas, xingamentos comentários constrangedores em virtude da orientação sexual, da idade, da classe social, cor, da raça, da etnia, da religião e do número de filhos, manter a mulher amarrada durante o parto ou impedir de realizar movimentos, ocitocina sem necessidade, toques realizados diversas vezes por várias pessoas, sem consentimento e esclarecimento da mulher sobre os possíveis riscos, tricotomia, não permitir que a mulher escolha sua posição de parto, obrigando-a parir em posição litotômica, manobra de Kristeller (pressão sobre a barrica da mulher para empurrar o bebê), impedir o contato imediato, pele a pele do bebê com a mãe após o nascimento sem esclarecer a mulher os motivos, negar anestesia quando se faz necessário, até mesmo no parto normal, proibir acompanhante seja ele quem for, pois é de escolha livre da mulher.

Para Sena (2016), com o processo de medicalização social implementado, culturalmente e naturalmente as populações foram sendo transformadas, obtendo queda da capacidade de enfrentamento autônomo de condições relacionadas à saúde. E um exemplo disso é a redução da autonomia das mulheres pelo processo de medicalização do parto. O artigo também considera que é o tratamento desumanizado e a enxurrada de intervenções desnecessárias que acabam promovendo a perda de autonomia da mulher ao gestar e parir.

Com isso, entende-se que é o processo de medicalização, aliada à questão de gênero, em todo o decorrer da vida da pessoa do sexo feminino, que colocam a mulher no papel de um sujeito dependente de cuidados heterônimos e, portanto, incapaz de exercer sua autonomia e decidir por si. Acarretando em tratamento desumanizado e intervenções em cascata como consequência.

Carvalho *et al.* (2012), declara através do relato dos trabalhadores que continuam sendo desenvolvidas no atendimento às parturientes algumas práticas de violência, foi relatado pelos profissionais como justificativa para a perpetuação de modelos inadequados, a facilitação para a assistência no momento do parto e o modelo autoritário de alguns trabalhadores. Além disso, há a retirada de autonomia da mãe sobre o seu parto, não sendo informada sobre os procedimentos e não tendo suas opiniões respeitadas, bem como suas vontades.

Evidencia-se desta maneira o não cumprimento dos princípios éticos de não maleficência e autonomia. É imprescindível que o trabalho de parto

seja abordado pautado na ética profissional, não só no parto, mas em todas as assistências de saúde.

A adequada identificação da equipe médica, de enfermagem e outros profissionais de saúde, o vestuário adequado desses profissionais, o respeito à intimidade e à privacidade da parturiente, além dos demais aspectos (BRASIL, M.S. 2001).

A redução da morbimortalidade neonatal (que ocorre nas quatro primeiras semanas de vida) está diretamente relacionada à forma como são ofertados os recursos de equipamentos e insumos dos serviços de atenção ao parto e nascimento, além de capacitação de recursos humanos (CHOURABI, L.F.FIOCRUZ 2018). Entretanto, segundo o Ministério da Saúde (2001), há uma resistência dos hospitais no processo de mudança de rotina no que tange à obstetrícia.

O ideal seria que a prática acompanhasse a teoria, não havendo distância entre o que se recomenda e o que se faz. Médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde devem aderir às práticas de humanização através da adoção de medidas de ordem estrutural, gerencial, financeira e educativa, de forma a propiciar às mulheres, sobretudo às aquelas mais carentes, um parto humanizado de verdade.

Analisando através desta perspectiva, para que esta realidade seja transformada, é necessário que a instituição intervenha por meio de um protocolo de orientação de condutas a maneira com que estes trabalhadores devem prestar assistência. Investindo em cursos de aperfeiçoamento e apresentando evidências científicas de partos humanizados bem-sucedidos a estes trabalhadores.

Compreende-se que, havendo investimento em capacitações dos trabalhadores na formação dos estudantes e na estrutura dos serviços, consiga melhorar a qualidade da assistência, assim, assegurar também uma promoção contínua do desenvolvimento técnico e científico.

Nos estudos realizados por Pereira *et al.* (2016), constata-se que uma das dificuldades da implementação das ações humanizadas é a falta de cooperação das parturientes, o autor diz que, muitas vezes a falta de informações da parturiente sobre o trabalho de parto não contribui no desempenho da assistência à puérpera.

O desconhecimento do próprio corpo e do processo fisiológico da gestação geram sentimentos de dúvidas e incertezas e acabam levando a mulher à insegurança. As informações recebidas em seu contexto social e familiar também podem contribuir para que a parturiente não colabore e não tenha confiança no momento do parto. A dimensão sociocultural é capaz de interferir na afinidade que a mulher terá por certo tipo de parto, contribuindo para a formação de mitos, crenças e opiniões que reverberam na experiência singular de cada gestação.

Desta forma, a realização de ações educativas pelo enfermeiro obstetra durante o pré-natal torna-se relevante, gerando autoconfiança e reduzindo medo e angústias que a mulher apresenta no momento e da

escolha do tipo de parto. Só conseguiremos a contribuição dessas mulheres em seus próprios partos se as conscientizarmos da importância de sua ajuda desde o pré-natal até o momento da parturição e mostrarmos como a realização correta de técnicas humanizadas, auxiliaria e aliviaria desconfortos trazidos pelo trabalho de parto natural e também traria maiores benefícios para ela e para seu bebê.

A comunicação do enfermeiro com a mulher em seu ciclo gravídico- puerperal determina a satisfação na assistência ao parto. No entanto, falhas como a falta de diálogo interferem na qualidade assistencial, não permitindo a mulher expor suas dúvidas e com isso, gerando descontentamento. No entanto, existe a dificuldade para avaliação no momento da assistência perinatal, pois as mulheres tendem a se sentir aliviadas e agradecidas após o nascimento de uma criança saudável, compensando alguma experiência negativa durante a assistência.

Os profissionais de saúde são coadjuvantes desta experiência, mas desempenham importante papel, pois têm a oportunidade de colocar seu conhecimento a serviço do bem-estar da mulher e do bebê, reconhecendo os momentos críticos em que suas intervenções são necessárias para assegurar a saúde de ambos. Podem minimizar a dor, ficar ao lado, dar conforto, esclarecer, orientar, enfim, ajudar a parir e a nascer (PEREIRA, S.S *et al.*, 2016).

O enfermeiro tem uma grande importância no contexto da obstetrícia. Assistência essa que respeita a fisiologia do trabalho de parto, utilizando o mínimo de intervenções possíveis e maiores possibilidades de partos espontâneos. Os cuidados dos enfermeiros obstetras refletem diretamente na redução da ansiedade da parturiente, proporcionando-lhes mais coragem, conforto e segurança.

(CARREGAL, F. A. Z *et al.* 2020) Relata que a enfermagem possui grande atuação nos países que reduziram a mortalidade materna e fetal. Resultado que foi consequência da assistência do enfermeiro obstetra na gestação e nos períodos de trabalho de parto e parto.

Neste contexto, o enfermeiro tem suas atribuições, medidas de enfrentamento e prevenção da violência em todo o processo de gestação, parto e puerpério. Com ênfase no momento do parto, além dos aspectos técnicos propriamente ditos, o preparo para o parto envolve, também, uma abordagem de acolhimento da mulher e seu companheiro no serviço de saúde. O preparo da gestante para o parto abrange a incorporação de um conjunto de cuidados, medidas e atividades que têm como objetivo oferecer à mulher a possibilidade de vivenciar a experiência do trabalho de parto e parto como processos fisiológicos, sentindo-se protagonista do processo.

O enfermeiro pode utilizar de exercícios de relaxamento tendo como objetivo permitir que as partes do corpo e as sensações possam ser percebidas pelas mulheres, como por exemplo, a diferença de contração e relaxamento, a identificação da melhor posição para o parto. Em relação a ambiente, vê-se que para conduzir a mulher ao relaxamento psicofísico, bem

como o acompanhante e os profissionais, o local deve ser acolhedor, confortável e o mais silencioso possível, indicando qualidade da assistência.

A musicoterapia e terapia das cores são formas alternativas de abordagem com intuito de desenvolver potenciais e/ou restaurar funções corporais da parturiente. Ademais, a vestimenta deve ser confortável para promover um relaxamento satisfatório. (BRASIL, M.S.2001)

O MÉTODO DE DICK -READ- este método orienta sobre a fisiologia do parto, exercícios para a musculatura do períneo e do abdome, e técnicas de relaxamento. Preconiza o aprendizado do relaxamento através da concentração em cada parte do corpo, separadamente, dos pés à cabeça, contraindo e relaxando os músculos. Recomenda a presença de acompanhante, pois o fato de a mulher permanecer sozinha durante o trabalho de parto gera medo. Possui como objetivo principal evitar a tríade medo – tensão – dor, pois se baseia no fato de que o conhecimento destrói o terror e evita a tensão, controlando a dor. (BRASIL, M.S 2001 p.29).

MÉTODO DE BRADLEY Este método reafirma o parto como um processo normal. Tem como principal foco as variáveis ambientais, como a penumbra e o silêncio, para que o parto seja uma experiência a mais natural possível. Neste método, o acompanhante assume também um papel de grande importância. No início do trabalho de parto a mulher é estimulada a se movimentar livremente. Ao deitar, é orientada a adotar a posição de Sims (decúbito lateral esquerdo, com os braços posicionados de maneira confortável, perna direita ligeiramente mais fletida que a esquerda e apoiada sobre a cama; deve-se colocar um travesseiro sob a cabeça para aumentar o conforto). Durante cada contração, a mulher deve fechar os olhos, relaxar todos os músculos do corpo e respirar lenta e profundamente (inspirando pelo nariz e expirando pela boca). Neste período, o acompanhante é incentivado a colocar a mão sobre abdome da mulher, durante a contração. (BRASIL, M.S 2001 p.30)

MÉTODO DE LAMAZE Este método é também conhecido como método psicoprofilático da dor. A mulher pode ser ensinada a substituir suas reações à dor, ao medo e à perda de controle, por um comportamento mais positivo. A mulher é ensinada a contrair grupos específicos de músculos, enquanto relaxa outros. Ela também aprende a focalizar um pequeno objeto que, durante o trabalho de parto, será usado como ponto focal. O objeto é colocado onde possa ser facilmente visto pela mulher. Exercícios respiratórios são explicados detalhadamente desde o período do pré-natal até o pré-parto/parto. O método de Lamaze incentiva a mulher e seu acompanhante a uma participação ativa no trabalho de parto e parto. . (BRASIL, M.S, 2001 P. 29).

Em (BRASI, M.S, 2001) salienta que, esses métodos não possuem a intenção de excluir métodos farmacológicos, mas sim mudar a visão e a atitude da mulher e seu acompanhante que normalmente liga o parto a medo e dor, desta forma ambos passam a viver o momento do parto com,

segurança, compreensão, participação ativa e tranquilidade.

A mulher que deambula ou adota outras posições que não as deitadas durante o trabalho de parto possuem vantagens para a facilitação do trabalho de parto, outras medidas que podem ser utilizadas com frequência são o banho de chuveiro ou de imersão, e massagens feitas por acompanhante ou profissional de saúde.

Os métodos não farmacológicos para manejo do parto são práticas pautadas em evidências científicas. É direito da gestante receber uma assistência clínica baseada em evidências e que atenda às expectativas e necessidades das mulheres, assim como receber todas as informações de forma pormenorizada sobre o parto vaginal e a cesariana, seus respectivos benefícios e riscos. (CHOURABI, L.F. FIOCRUZ 2018).

O respeito à mulher e seus familiares é fundamental: chamá-la pelo nome (evitando os termos "mãezinha", "dona", etc.), permitir que ela identifique cada membro da equipe de saúde (pelo nome e papel de cada um), informá-la sobre os diferentes procedimentos a que será submetida, propiciar-lhe um ambiente acolhedor, limpo, confortável e silencioso, esclarecer suas dúvidas aliviar suas ansiedades são atitudes relativamente simples e que requerem pouco mais que a boa vontade do profissional. (BRASIL. S, 2001 P.29)

O profissional deve prestar assistência levando em consideração todos os fatores atenuantes e agravantes para o momento do parto, como a idade (ou maturidade), experiência em partos anteriores, a experiência de mulheres como (sua mãe, irmãs, primas, amigos, etc.) A experiência com seus próprios partos, se a gravidez atual foi planejada (desejada), A autoestimada mulher, a segurança em relação a si mesma, no seu papel de mulher e de mãe, dentre outros. Em relação a questões norteáveis pelo sistema de saúde, podemos citar a assistência pré-natal (que pode ter incluído ou não o adequado preparo físico e emocional para o parto) e a assistência ao parto propriamente dito.

O processo de humanização do nascimento inclui não só o direito de a mulher estar com um acompanhante, como também o direito a doula. A doula é uma profissional que tem como responsabilidade o acompanhamento da gestante durante toda gestação, parto, puerpério, além de, encorajar, apoiar, disponibilizar suporte emocional e oferecer conforto nesses momentos. Saito R *et al.* (2021)

Para que haja evolução do sistema de saúde no contexto obstétrico, é necessário que sejam implementadas mudanças de atitude e essa mudança inicia prioritariamente do profissional que integra a equipe de saúde e é responsável por prestar assistência integral a mulher, de forma a rever seus conceitos, abdicando de seus preconceitos, empenhado em ofertar um acolhimento completo, técnico e humano à mulher.

Inclui também uma posição da instituição, que deve estar estruturada e preparada para esta nova postura, com o dever de incentivar, favorecer, estimular, treinar e controlar a equipe para o desempenho destas tarefas com

qualidade.

Além disso, as instituições devem também estar administrativamente preparadas para o processo, amparadas e pautadas em normas e diretrizes propostas pelas instituições responsáveis pela saúde no país. O Ministério da Saúde deve ofertar todos os esforços no sentido de estimular e propiciar a introdução destas novas práticas nas maternidades.

Considerações finais

A questão norteadora da pesquisa trata-se de entender quais as atribuições da enfermagem neste contexto da violência obstétrica, quais medidas devem ser tomadas ou evitadas para a prevenção e, por conseguinte a hipótese verificada neste estudo é que o enfermeiro possui um papel extremamente necessário e relevante no combate à violência obstétrica, baseado em evidências científicas.

Os artigos encontrados nos trouxe o embasamento necessário para sustentarmos a hipótese, pois, de fato, o enfermeiro possui extrema relevância no combate a violência obstétrica, o enfermeiro é o profissional que atua diretamente com o paciente, portando conhecimento técnico e científico sobre o manejo do parto, e principalmente respaldo legal para atuar na sala de parto ou em outros momentos, como no pré-natal e no pós parto.

O enfermeiro por ser líder de equipe e ocupar cargos de gerência, possui autonomia para conduzir os demais profissionais, como os técnicos de enfermagem, para práticas humanizadas. O enfermeiro deve demonstrar prioritariamente através da sua postura profissional, para depois reger a equipe. Além disso, apesar de ainda haver muitos casos de violência, a enfermagem possui grande atuação nos países que reduziram a mortalidade materna e fetal, consequência da assistência do enfermeiro obstetra na gestação e nos períodos de trabalho de parto e pós parto.

Ainda que haja desafios, como por exemplo, a resistência da instituição, de outras categorias profissionais e até mesmo da parturiente, o estudo conclui que o profissional de enfermagem dispõe de inúmeras atribuições que promovem a humanização do parto e evitam o ato de violência obstétrica.

Destaca-se através da pesquisa como ponto principal, a preservação da autonomia da mulher, mantê-la informada sobre sua gestação e parto, respeitá-la, tratá-la como protagonista do parto, ter ética profissional e não realizar intervenções de maneira desnecessária, principalmente intervenções que posteriormente trarão danos físicos ou psicológicos ao binômio mãe-bebê.

É importante enfatizar neste trabalho que violências obstétricas devem ser reconhecidas como inaceitáveis não só pelos profissionais e futuros profissionais, como também pela população feminina que depende e infelizmente passa por esse tipo de violência, muitas vezes por não saber ou por não reconhecer que estas práticas são classificadas como violência

obstétrica e não devem ser aplicadas de forma alguma.

Reforça-se que a presente temática deve se fazer presente em discussões nos níveis de atenção à saúde, academias, nos meios de comunicação, para maior conscientização dos profissionais de saúde, bem como a população, corroborando para uma maior clareza sobre seus direitos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.D. C; MARTINS, W. **Atribuições da enfermagem frente a violência obstétrica**. Editora Recima21-Revista científica Multidisciplinar- ISSN 2675-6218. Agosto de 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1793>. Acesso Em 6 maio 2023.

BBENTO, M.A. I. **“Início”. Atenção à Saúde – livreto_ violência_ violência-obstétrica- 2.1.pdf** SES MS. Disponível em: <https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/livreto-violencia-obstetrica>. Acesso em: 6 maio. 2023

BRASIL, **“Portal da Câmara dos Deputados”. Portal da Câmara dos Deputados. Lei Maria da penha**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/940040-projeto-inclui-violenciaobstetrica-na-lei-maria-da-penha/> Projeto inclui violência obstétrica na Lei Maria da Penha. Acesso em: 6 maio. 2023.

BRASIL, Claudino. Viviane. **“Violência obstétrica: CNS se posiciona contra extinção do termo, proposta pelo Ministério da Saúde”**. Conselho Nacional de Saúde, <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/588-violencia-obstetrica-cns-seposicionacontra-extincao-do-termo-proposta-pelo-ministerio-da-saude..> Acesso em: 6 maio.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/14>. Acesso em 6 maio.2023.

CARREGAL, F.A.S; SCHRECK, R. S. C; SANTOS, F. B. O; PERES, M. A. A. **Resgate histórico dos avanços da Enfermagem Obstétrica brasileira**. Hist.Enferm. Rev. eletrônica [Internet]. 2020; 11(2): 123-32. Disponível em: publicacoes.abennacional.org.br/ojs/index.php/here. Acesso em: 6 maio.2023.

CARVALHO, V.F. et al. **“Como os trabalhadores de um Centro Obstétrico justificam a utilização de práticas prejudiciais ao parto normal”**. Editora Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol. 46, no 1, fevereiro de 2012, p. 30–37. DOI.org (Crossref).

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000100004>. Acesso em: 6 maio.2023.

CHOURABI, L. F. **Representações e práticas sociais dos profissionais de saúde e usuárias sobre a assistência ao parto em um hospital universitário do sul do Brasil: um estudo à luz do conceito de violência obstétrica**. Editora Fiocruz 2018. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31149>. Acesso em: 6 maio.2023.

COSTA, B. P. **Violência obstétrica: desafios para Enfermagem**. 2019.

Repositório.uniceub.br. Disponível

em: <http://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13591>. Acesso em: 6 maio.2023.

COTTA, J. E. D. et al. **“Parto humanizado: Limites e possibilidades/parto humanizado”**. Revista Brasileira de desenvolvimento, vol. 6, no 11, 2020, p. 89054–70. DOI.org (Crossref). Disponível em:

<https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-359>. Acesso em: 6 maio.2023.

DA SILVA, R. A. et al. **“A atuação do enfermeiro no parto humanizado e na luta contra violência obstétrica”**. Revista Brasileira de desenvolvimento, vol. 7, no 6, 2021, p. 60010– 29. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/52473>. Acesso em: 6 maio. 2023.

DIAS, R. L. e outros. **“Violência obstétrica: Perspectiva da enfermagem”**. Revista Rede de Cuidados em Saúde, vol. 9, n o 2, fevereiro de 2015. Unigranrio. Disponível

Em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rcs/article/view/2686>.

Acesso em: 6 maio.2023.

GUEDES, L. L. B. **A assistência da (o) enfermeiro (a) à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica**. 2017.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1379180>.

Acesso em: 6 maio.2023.

LEAL, S. Y. P. et al. **“Percepção da enfermeira obstetra acerca da violência obstétrica”**. Cogitare Enfermagem, vol. 23, no 1, abril de 2018. Revistas.

ufpr.br. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v23i1.52473>. Acesso em: 6 maio.2023.

MAKLOUF, C. C. et al. “Atribuições do enfermeiro frente à prevenção da violência obstétrica”. Research, Society and Development, vol. 11, no 3, 2022, p.

PEREIRA, S.S; OLIVEIRA, I.C.S; SANTOS, J.B.S; CARVALHO, M.C. **Parto natural: a atuação do enfermeiro diante da assistência humanizada.** Tempus Actas Saúde Coletiva.2016; 10(3): 199-213.

RIBEIRO, A. “**Violência obstétrica atinge cerca de 45% das mulheres na rede pública brasileira; vítimas perdem bebês e ficam com lesões**”. O Globo, São Paulo, 26 dez.2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/violencia-obstetrica-atinge-cerca-de-45dasmulheres-na-rede-publica-brasileira-vitimas-perdem-bebes-ficam-com-lesoes25332302>. Acesso em: 6 maio.2023.

SANTOS, R.A; Melo, M; CRUZ, D. **Trajetória de humanização do parto no Brasil a partir de uma revisão integrativa de literatura.** Cad. Cult. Ciênc. 2015 [cited 2019 Jul 07];13(2). Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/trajet%C3%93riadehumaniza%C3%87%C3%83o-do-parto-no-Brasil-a-de-Santos-Melo/0c62fc93aabaa2bb92d2a9cb61c52547194389eb-> Acesso em: 6 maio.2023.

SENA, L. M. “**Ameaça e sem voz, como num campo de concentração**”: a medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica. Tese (doutorado)-universidade Federal de Santa Catarina, centro de ciências da saúde, Programa de Pós -Graduação em Saúde coletiva, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172548-> Acesso em: 6 maio.2023.

SILVA, M. G. et al. “**Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras**”. Rev. Rene, vol.15, no 4, agosto de 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/1121>. Acesso em: 6 maio.2023.

ZANARDO, G. L. P; URIBE, M.C; NADAL, A H. R; HABIGZANGET, L.F. et al. “**Violência Obstétrica no Brasil: Uma revisão narrativa**”. Psicologia & Sociedade, vol. 29, no 0, 2017. DOI.org (Crossref). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18070310/2017v29i155043>. Acesso em: 6 maio.2023.

CAPÍTULO 7

DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Alexandre Lima Gomes

Pedagogo, Licenciado em Letras e Advogado, é especialista em Psicologia Educacional, Direito Educacional e Psicopedagogia Clínica e Institucional

RESUMO

Este artigo aborda a complexa interação entre dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica no contexto educacional. Explora as diversas causas que podem levar a essas dificuldades, como questões emocionais, cognitivas e sociais, e destaca a importância de uma abordagem integrada para a intervenção. A pesquisa discute métodos eficazes de identificação precoce e avaliação das dificuldades de aprendizagem, visando proporcionar suporte adequado aos alunos. Além disso, destaca a relevância da parceria entre professores, psicopedagogos, pais e outros profissionais para o desenvolvimento de estratégias de intervenção personalizadas e eficazes.

Palavras-chave: Aprendizagem. Intervenção Psicopedagógica. Abordagem Colaborativa. Potencialidades.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem no contexto do Ensino Fundamental é um processo complexo que pode ser afetado por uma variedade de fatores, resultando em dificuldades para alguns alunos. Nesse sentido, a intervenção psicopedagógica surge como uma abordagem fundamental para identificar e lidar com tais desafios, visando promover um ambiente educacional inclusivo e eficaz.

De acordo com Vygotsky (1978), a aprendizagem é uma construção social que ocorre por meio da interação entre o indivíduo e seu ambiente. Portanto, as dificuldades na aprendizagem podem refletir tanto questões

individuais quanto aspectos do contexto educacional. Além disso, Piaget (1970) ressalta a importância do desenvolvimento cognitivo na compreensão das dificuldades de aprendizagem, destacando que estas podem estar relacionadas a defasagens no processo de maturação e aquisição de habilidades.

No contexto específico do Ensino Fundamental, as dificuldades na aprendizagem podem manifestar-se de diversas formas, desde dificuldades de leitura e escrita até problemas de concentração e memorização. Para lidar com tais questões, é fundamental uma abordagem interdisciplinar que envolva não apenas educadores, mas também profissionais da psicopedagogia.

Segundo Bossa (2002), a psicopedagogia é uma área que visa compreender e intervir nos processos de aprendizagem, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos indivíduos. Dessa forma, a intervenção psicopedagógica no Ensino Fundamental deve ser pautada em uma avaliação diagnóstica abrangente, que identifique tanto os aspectos individuais quanto os contextuais envolvidos nas dificuldades de aprendizagem.

Para tanto, é necessário um trabalho colaborativo entre professores, psicopedagogos, familiares e outros profissionais da saúde e educação. Essa abordagem colaborativa é essencial para o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes, que promovam não apenas a superação das dificuldades de aprendizagem, mas também o desenvolvimento integral dos alunos.

DESAFIOS NA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES

A aprendizagem no ensino fundamental é um processo crucial na formação educacional das crianças, marcado por uma série de desafios que afetam tanto os alunos quanto os educadores.

Um dos desafios mais evidentes na aprendizagem no ensino fundamental é a falta de infraestrutura adequada nas escolas. Segundo Santos (2019), muitas escolas enfrentam problemas como salas de aula superlotadas, falta de material didático e condições físicas precárias, o que impacta diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Essa realidade é corroborada por Oliveira (2018), que destaca a importância de investimentos em infraestrutura para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento educacional.

Outro desafio significativo é a formação dos professores. Conforme aponta Silva (2020), muitos educadores enfrentam dificuldades em lidar com a diversidade de alunos em sala de aula, especialmente no que diz respeito à inclusão de crianças com necessidades especiais. Além disso, a falta de capacitação específica para lidar com questões emocionais e comportamentais dos alunos pode comprometer o processo de ensino. Nesse sentido, Macedo (2017) defende a importância de programas de formação continuada que capacitem os professores para lidar com os desafios contemporâneos da educação.

A falta de motivação e engajamento dos alunos também é um desafio relevante na aprendizagem no ensino fundamental. De acordo com Freitas (2016), muitos estudantes enfrentam dificuldades em se manterem interessados nas atividades escolares, especialmente diante de um currículo descontextualizado e pouco atrativo. Nesse contexto, é fundamental promover práticas pedagógicas que estimulem a participação ativa dos alunos, como sugere Luckesi (2018), por meio de metodologias mais dinâmicas e participativas.

Além disso, a avaliação da aprendizagem também representa um desafio importante. Segundo Souza (2021), muitos sistemas de avaliação ainda se baseiam em modelos tradicionais que não captam de forma adequada as habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos ao longo do processo educacional.

ESTRATÉGIAS EFICIENTES PARA IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM

A identificação e avaliação das dificuldades na aprendizagem são aspectos cruciais no campo da educação, pois permitem compreender as necessidades individuais dos alunos e fornecer intervenções adequadas para apoiar seu desenvolvimento acadêmico e emocional.

Uma das abordagens mais eficazes na identificação das dificuldades na aprendizagem é a avaliação psicoeducacional. Segundo Brown (2014), a avaliação psicoeducacional envolve a coleta de dados abrangentes sobre o funcionamento cognitivo, emocional e acadêmico do aluno, por meio de uma variedade de instrumentos e técnicas. Isso inclui testes padronizados, observações clínicas, entrevistas e análise de histórico escolar. Ao integrar múltiplas fontes de informação, os avaliadores podem obter uma compreensão holística das dificuldades do aluno e recomendar intervenções personalizadas.

Além da avaliação psicoeducacional, a observação direta em sala de aula é outra estratégia valiosa para identificar dificuldades na aprendizagem. Segundo Almeida (2018), os professores desempenham um papel fundamental na detecção precoce de problemas de aprendizagem, pois estão em contato direto e contínuo com os alunos. Observar o comportamento, o desempenho acadêmico e as interações sociais dos alunos pode fornecer insights importantes sobre suas necessidades e dificuldades. Os professores também podem utilizar ferramentas como listas de verificação de comportamento e registros de observação para documentar suas observações de forma sistemática.

Além das estratégias formais de avaliação, a escuta ativa e a comunicação empática são essenciais para identificar as dificuldades na aprendizagem dos alunos. De acordo com Goleman (1995), a inteligência emocional dos educadores desempenha um papel crucial na criação de um ambiente de apoio onde os alunos se sintam seguros para expressar suas preocupações e desafios. Ao demonstrar empatia e compreensão, os professores podem estabelecer conexões significativas com os alunos e encorajá-los a compartilhar suas experiências de aprendizagem de forma aberta e honesta.

Após a identificação das dificuldades na aprendizagem, é fundamental realizar uma avaliação precisa para determinar as intervenções mais adequadas. Segundo Vygotsky (1978), a avaliação dinâmica é uma abordagem que vai além da medição estática do desempenho acadêmico, enfocando o potencial de desenvolvimento do aluno por meio de interações sociais e mediação do educador. Nesse sentido, os avaliadores não apenas avaliam o que o aluno já sabe, mas também identificam suas capacidades latentes e fornecem suporte para promover o progresso.

Outra estratégia importante na avaliação das dificuldades na aprendizagem é a análise funcional do comportamento. De acordo com Skinner (1953), o comportamento humano é influenciado por contingências ambientais específicas, e entender essas contingências pode ajudar a identificar as causas subjacentes das dificuldades na aprendizagem. A análise funcional envolve a identificação de antecedentes, comportamentos e conseqüências associadas ao desempenho acadêmico do aluno, a fim de desenvolver intervenções eficazes e individualizadas.

Além das abordagens mencionadas, a colaboração entre professores, pais e profissionais de saúde também desempenha um papel crucial na identificação e avaliação das dificuldades na aprendizagem. Segundo Christenson et al. (2012), o trabalho em equipe permite uma troca

de informações abrangente e uma perspectiva multidimensional das necessidades do aluno. Ao envolver todas as partes interessadas no processo de avaliação, é possível obter uma compreensão mais completa das dificuldades da criança e desenvolver um plano de intervenção abrangente e eficaz.

ABORDAGENS E PRÁTICAS EFICAZES NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A intervenção psicopedagógica é uma área crucial no campo da educação, buscando compreender e intervir nos processos de aprendizagem de indivíduos com dificuldades específicas. Diversas abordagens e práticas têm sido desenvolvidas ao longo do tempo para promover resultados eficazes nesse contexto.

Uma abordagem amplamente reconhecida na intervenção psicopedagógica é a teoria construtivista, que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aluno. Piaget (1950) foi um dos pioneiros nessa teoria, destacando a importância do desenvolvimento cognitivo na aprendizagem. Segundo Piaget, os indivíduos constroem o conhecimento por meio de interações com o ambiente, passando por estágios de desenvolvimento cognitivo sequenciais. Na intervenção psicopedagógica, essa abordagem implica em criar ambientes de aprendizagem que estimulem a exploração e a descoberta, adaptando-se ao nível de desenvolvimento de cada aluno.

Outra abordagem relevante é a psicologia sócio-histórica de Vygotsky (1978), que enfatiza o papel do ambiente sociocultural na construção do conhecimento. Vygotsky introduziu o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que representa a distância entre o nível de desenvolvimento atual do aluno e seu potencial de desenvolvimento sob orientação de um adulto ou colega mais capaz. Na intervenção psicopedagógica, essa abordagem destaca a importância de interações sociais e do apoio de mediadores qualificados para promover o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem significativa.

No contexto da intervenção psicopedagógica, as abordagens centradas no aluno ganharam destaque, reconhecendo a importância de considerar as características individuais e as necessidades específicas de cada aprendiz. Gardner (1983) propôs a teoria das inteligências múltiplas, argumentando que os alunos possuem diferentes tipos de inteligência, como linguística, lógico-matemática, espacial, interpessoal, intrapessoal, entre outras. Nessa perspectiva, a intervenção psicopedagógica busca identificar e

valorizar as potencialidades de cada aluno, oferecendo estratégias de ensino e aprendizagem que explorem suas inteligências dominantes.

Além das abordagens teóricas, as práticas eficazes na intervenção psicopedagógica também têm sido objeto de estudo e desenvolvimento. Uma prática amplamente utilizada é a avaliação psicopedagógica, que visa identificar as dificuldades de aprendizagem e as potencialidades do aluno. Esta avaliação envolve uma análise abrangente das habilidades cognitivas, emocionais e sociais do aluno, utilizando instrumentos e técnicas adequadas. Autores como Fonseca (2001) têm contribuído significativamente para o desenvolvimento de protocolos e procedimentos de avaliação psicopedagógica, fornecendo diretrizes para uma intervenção mais eficaz.

Outra prática eficaz na intervenção psicopedagógica é a adaptação curricular, que consiste em ajustar o currículo escolar às necessidades individuais de cada aluno. Essa prática reconhece que nem todos os alunos aprendem da mesma maneira ou no mesmo ritmo, e busca oferecer atividades e recursos que atendam às suas demandas específicas. Autores como Luckesi (1994) destacam a importância de uma pedagogia inclusiva, que valorize a diversidade e promova a equidade educacional por meio de adaptações curriculares adequadas.

Além disso, as estratégias de intervenção psicopedagógica frequentemente envolvem a colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, entre outros. A interdisciplinaridade é fundamental para uma abordagem holística e integrada, que considere os aspectos cognitivos, emocionais e sociais do processo de aprendizagem. Autores como Wechsler (1949) enfatizam a importância de uma avaliação global do indivíduo, que leve em conta não apenas suas habilidades cognitivas, mas também sua personalidade, motivação e contexto familiar e escolar.

COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES, PSICOPEDAGOGOS E FAMILIARES: O CAMINHO PARA O SUCESSO ESCOLAR

A colaboração entre professores, psicopedagogos e familiares desempenha um papel fundamental no sucesso educacional dos alunos. Essa parceria visa promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz, onde todos os envolvidos trabalham juntos para identificar e atender às necessidades individuais de cada estudante.

Para entender melhor a importância da colaboração entre esses atores educacionais, é essencial examinar as diferentes habilidades e

conhecimentos que cada um deles traz para a mesa. Os professores são responsáveis por transmitir o currículo e facilitar o processo de aprendizagem dos alunos. Eles têm experiência em sala de aula e entendem as dinâmicas do ambiente escolar. No entanto, eles podem não ter a formação necessária para lidar com questões específicas de aprendizado ou comportamento.

Por outro lado, os psicopedagogos têm um conhecimento mais aprofundado sobre os processos de aprendizagem e as dificuldades que os alunos podem enfrentar. Eles são especialistas em identificar e remediar problemas de aprendizagem, oferecendo estratégias personalizadas para cada aluno. Sua expertise é valiosa para ajudar os professores a adaptarem suas práticas pedagógicas e proporcionarem um suporte mais eficaz aos estudantes.

Além disso, os familiares desempenham um papel crucial no desenvolvimento acadêmico e emocional dos alunos. Eles conhecem o aluno em um contexto mais amplo e podem oferecer insights importantes sobre seu comportamento, motivação e necessidades individuais. Quando os pais e responsáveis estão envolvidos no processo educacional, os alunos tendem a ter um desempenho melhor na escola e a desenvolver habilidades socioemocionais mais fortes.

De acordo com Vygotsky (1978), o desenvolvimento cognitivo de uma criança é influenciado por interações sociais e contextuais. Portanto, a colaboração entre professores, psicopedagogos e familiares pode enriquecer significativamente o ambiente de aprendizado, proporcionando oportunidades para interações mais ricas e estimulantes. Quando esses diferentes atores trabalham juntos, eles podem criar um ambiente de apoio que promove o desenvolvimento holístico dos alunos.

Além disso, Bronfenbrenner (1979) argumenta que o desenvolvimento de uma criança é influenciado por sistemas concêntricos de contexto, incluindo a família, a escola e a comunidade. Portanto, é crucial que todos esses sistemas trabalhem em conjunto para apoiar o crescimento e o desenvolvimento dos alunos. A colaboração entre professores, psicopedagogos e familiares é uma maneira de integrar esses diferentes contextos e garantir que todas as necessidades dos alunos sejam atendidas.

Para implementar com sucesso essa colaboração, é necessário estabelecer canais eficazes de comunicação e compartilhamento de informações entre os diferentes atores educacionais. Isso pode incluir reuniões regulares, troca de relatórios e avaliações, e uso de tecnologia para facilitar a comunicação à distância. É importante que todos os envolvidos se

sintam valorizados e ouvidos, e que trabalhem juntos em um espírito de parceria e respeito mútuo.

Uma abordagem colaborativa também requer flexibilidade e adaptação por parte de todos os envolvidos. Nem sempre haverá consenso sobre a melhor abordagem a ser adotada, e é importante estar aberto a diferentes perspectivas e ideias. Os professores podem precisar ajustar suas práticas pedagógicas com base no feedback dos psicopedagogos e dos familiares, enquanto estes últimos podem precisar estar dispostos a experimentar novas estratégias sugeridas pelos educadores.

Além disso, é essencial que os profissionais envolvidos tenham acesso a formação e desenvolvimento profissional contínuos para aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Isso pode incluir treinamento em técnicas de comunicação eficaz, estratégias de ensino diferenciado e abordagens de apoio socioemocional. Quanto mais bem preparados estiverem os professores e psicopedagogos, melhor serão capazes de atender às necessidades dos alunos e colaborar de forma eficaz com os familiares.

Ao promover a colaboração entre professores, psicopedagogos e familiares, as escolas podem criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e apoiados em seu desenvolvimento acadêmico e emocional. Essa parceria é fundamental para o sucesso escolar a longo prazo e para o crescimento pessoal e profissional de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, exploramos de maneira aprofundada as dificuldades na aprendizagem e as intervenções pedagógicas no contexto do Ensino Fundamental. Ficou evidente que essas dificuldades podem ter um impacto significativo no desenvolvimento escolar e pessoal dos alunos, requerendo uma abordagem cuidadosa e eficaz por parte dos educadores.

É crucial reconhecer a complexidade das dificuldades na aprendizagem e como elas podem se manifestar de maneiras diversas em cada aluno. Desde dificuldades específicas de aprendizagem até desafios mais amplos de compreensão e assimilação do conteúdo, cada caso requer uma avaliação individualizada para determinar as melhores estratégias de intervenção.

Uma das principais conclusões deste estudo é a importância da identificação precoce das dificuldades na aprendizagem. Quanto antes esses desafios forem identificados, mais eficazes serão as intervenções

pedagógicas, proporcionando ao aluno a oportunidade de superá-los com sucesso.

Destacamos também a necessidade de uma abordagem colaborativa entre professores, pais e profissionais da saúde para garantir um suporte adequado aos alunos que enfrentam dificuldades na aprendizagem. O trabalho em equipe é essencial para criar um ambiente de apoio que promova o sucesso acadêmico e pessoal de cada estudante.

Por fim, ressaltamos a importância da pesquisa contínua nessa área e do desenvolvimento profissional para os educadores. A busca por novas estratégias e abordagens pedagógicas, aliada a uma compreensão aprofundada das dificuldades na aprendizagem, é essencial para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Almeida, L. S. (2018). **Dificuldades de aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica**. Pearson Brasil.

Bossa, N. A. (2002). **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico**. Artmed Editora.

Bronfenbrenner, U. (1979). **The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design**. Harvard University Press.

Brown, L. (2014). **Essentials of psychological assessment**. John Wiley & Sons.

Christenson, S. L., Reschly, A. L., & Wylie, C. (Eds.). (2012). **Handbook of research on student engagement**. Springer Science & Business Media.

Fonseca, V. (2001). **Dificuldades de aprendizagem: programa de intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas.

Freitas, M. T. (2016). **Motivação escolar: como os professores podem contribuir para a aprendizagem dos alunos**. Editora Vozes.

Gardner, H. (1983). **Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences**. New York: Basic Books.

Goleman, D. (1995). **Emotional intelligence**. Bantam.

Hoffmann, J. (2015). **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Editora Mediação.

- Luckesi, C. C. (1994). **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez.
- Macedo, L. (2017). **A formação de professores na perspectiva crítica**. Editora Artmed.
- Oliveira, A. C. (2018). **Educação e infraestrutura escolar: desafios e perspectivas**. Editora Autêntica.
- Piaget, J. (1950). **The Psychology of Intelligence**. New York: Routledge & Kegan Paul.
- Piaget, J. (1970). **Psicologia da inteligência**. Zahar Editores.
- Santos, P. L. (2019). **A infraestrutura das escolas públicas no Brasil: desafios e perspectivas**. Editora Paco.
- Silva, E. F. (2020). **Inclusão escolar: desafios e perspectivas para a formação de professores**. Editora Wak.
- Souza, R. M. (2021). **Avaliação educacional: desafios e possibilidades**. Editora Penso.
- Skinner, B. F. (1953). **Science and human behavior**. Simon and Schuster.
- Vygotsky, L. S. (1978). **Mind in society: The development of higher psychological processes**. Harvard University Press.
- Wechsler, D. (1949). **The Wechsler Intelligence Scale for Children**. New York: Psychological Corporation.

CAPÍTULO 8

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO BÁSICA FRENTE AO IMPACTO DO DIAGNÓSTICO E A ACEITAÇÃO DAS MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO

Beatriz dos Santos Miranda

Discente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

Cássia Cristina Candido da Silva

Discente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

Rafaella Andrade de Castro

Discente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

Alcilea Barbosa de Andrade Vila Flor

Docente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

RESUMO

Tema: O transtorno do espectro autista é caracterizado por um conjunto de sintomas que afetam a socialização, a comunicação e o comportamento.

Objetivo: Analisar a importância da assistência do enfermeiro da atenção básica frente ao impacto do diagnóstico do autismo e a aceitação das mães.

Metodologia: Foi utilizada a revisão integrativa da literatura, a qual é um método que possui como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente.

Resultados: Estudos evidenciam que há um déficit de conhecimento por parte do enfermeiro no auxílio às mães. É fundamental ter competências para saber avaliar estas mães independentemente da sua área de atuação, de modo a que a intervenção vá no sentido de se dar apoio à família/cuidador, assim como apontar estratégias de forma a minimizar o adoecimento dessas mães em frente aos desafios encontrados. A Enfermagem tem um papel essencial nessa jornada.

Palavras-chave: Mães; Espectro autista; Crianças; Sobrecarga Materna; Autismo; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial ao utilizar Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Saúde da Família

(USF) como pontos focais. Esses serviços não apenas descentralizam os cuidados, mas também possibilitam o estabelecimento de vínculos, responsabilização e ações coletivas para promoção da saúde e prevenção de doenças, abrangendo tanto o cuidado individual quanto familiar de forma integral.

Na atenção básica, o enfermeiro desempenha um papel crucial. Suas responsabilidades incluem realizar avaliações de saúde, fornecer cuidados preventivos, gerenciar doenças crônicas, administrar vacinas, orientar pacientes sobre hábitos saudáveis e coordenar equipes de saúde. Eles desempenham um papel central na promoção da saúde e na prevenção de doenças em nível comunitário.

O enfermeiro desempenha um papel significativo no apoio a crianças com autismo. Suas funções podem incluir a realização de avaliações de saúde, oferecer suporte emocional aos pais, coordenar com outros profissionais de saúde para um plano de cuidados abrangente, e educar a família sobre estratégias de manejo e recursos disponíveis. Além disso, o enfermeiro pode colaborar na promoção de ambientes inclusivos em escolas e comunidades. O foco está em proporcionar cuidados holísticos e contribuir para a qualidade de vida da criança com autismo e sua família.

No Brasil, há 2 milhões de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com o Ministério da Saúde o transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. Com maior prevalência no sexo masculino (BRASIL, 2015).

É importante que a sociedade como um todo tenha mais compreensão e empatia em relação às necessidades das mães. O processo enfrentado por elas passa primeiramente pela percepção dos sinais e sintomas, que muitas vezes podem passar despercebido pelo grau dos mesmos e por uma rotina corrida. A aceitação do diagnóstico traz uma sobrecarga emocional para as mães que idealizavam seus filhos perfeitos e com plena saúde, então surgem os medos, as inseguranças e maior nível de tensão psicológica (FERNANDES et al, 2020).

Na configuração tradicional da família brasileira, a mãe é o cuidador principal ou exclusivo das crianças e principalmente as com autismo e assim, no decorrer do processo de vivência, passa a assumir o cotidiano do filho. Dessa forma, a mãe absorve tudo do filho, o envolvimento e a dedicação chegam a tal forma que a mesma passa relatar o seu cotidiano como o do filho (FERNANDES et al, 2020).

Dentro desse processo de percepção e aceitação vemos muita resistência para entender as diferenças apresentadas, muitas vezes por achar

que se trata de uma fase e não realmente de uma condição. A expectativa que as mães possuem no desenvolvimento e amadurecimento de seus filhos são frustradas, pois as crianças que apresentam TEA necessitam de uma demanda muito grande referente as suas limitações e seu desenvolvimento é totalmente diferenciado das demais crianças. Portanto com a demanda intensa de cuidados, essa mãe precisa mudar suas expectativas pessoais quanto ao futuro de seu filho com TEA e quanto ao próprio futuro (KIQUIO; GOMES, 2018).

O compromisso causado pelos cuidados com seu filho, podem em sua grande maioria gerar perdas e empobrecimento de sua vida social, afetiva e profissional. Essas mães são propensas a renunciar à vida social, estudos, emprego e relações afetivas pelo foco nos cuidados maternos. Além disso, quando os pais/cuidadores se deparam com o diagnóstico do autismo, é comum que emoções negativas apareçam, como a insegurança e a culpa. Assim, esses sinais podem associar-se a quadros depressivos e de estresse (KIQUIO; GOMES, 2018). A ligação entre o enfermeiro com a pessoa autista e suas mães torna-se de fundamental importância, uma vez que no desempenho do trabalho da enfermagem denota-se um olhar cuidadoso, que deve estar atento às necessidades do outro e ao seu sofrimento.

Entretanto fica evidente que há um déficit no conhecimento por parte dos profissionais de enfermagem, pois os mesmos não conseguem realizar uma participação ativa durante o processo do paciente autista e do cuidador.

O papel materno se torna indispensável, pois a mãe é a principal responsável pela adaptação e fixação de uma rotina, em relação aos processos alimentares, educativos, modificação de ambiente, e tudo relacionado às necessidades especiais da criança. Faro et al (2019) identificaram que a mudança de rotina pode resultar em uma experiência incerta, aumentando o nível de exigência das mães, levando a problemas de saúde, como por exemplo, irritabilidade excessiva, agitação súbita, ansiedade e até mesmo em alguns casos, depressão. Eles identificaram que conforme aumentava as necessidades não atendidas, os índices de estresse materno também se elevavam.

Com isso os problemas de saúde adquiridos por essas mães, acabam se tornando uma grande preocupação para sociedade, pela condição da criança autista como sobrecarga emocional, física e financeira para as mães (FARO et al, 2019).

É um grande desafio para a mãe justamente por se configurar como a principal referência em que a criança em desenvolvimento estabelece relações significativas e estáveis. Além de principal cuidadora, referência, disciplinadora e facilitadora da socialização dos filhos, assume a obrigação em relação a estimular o desenvolvimento do filho. Para Kiquio e Gomes (2018) devido à sobrecarga nos cuidados, vários aspectos da rotina de trabalho materna são afetados, bem como o tempo de lazer, onde muitas

mães acabam por renunciar as oportunidades em suas carreiras para cuidar de seus filhos.

Visto as dificuldades desse profissional foram encontradas as seguintes soluções onde o enfermeiro pode oferecer apoio à mãe de uma criança com autismo de várias maneiras, incluindo: fornecer informações detalhadas sobre o autismo, suas características e opções de tratamento; Oferecer suporte emocional, ouvir preocupações e fornecer um espaço seguro para expressar sentimentos; Ensinar habilidades específicas de cuidado para lidar com comportamentos associados ao autismo e promover o desenvolvimento da criança; Facilitar o acesso a recursos comunitários, como grupos de apoio, terapeutas especializados e organizações que ofereçam suporte a famílias com crianças autistas.

Assim também como trabalhar em conjunto com outros profissionais de saúde para garantir uma abordagem abrangente no cuidado à criança; incentivar a mãe a cuidar de sua própria saúde física e emocional, destacando a importância do autocuidado; Auxiliar na construção de uma rede de apoio para a mãe, incluindo familiares, amigos e outros pais de crianças autistas. Essas ações visam não apenas apoiar a criança com autismo, mas também fortalecer a capacidade da mãe para lidar com os desafios associados à condição (BRASIL, 2015).

Como questão norteadora, trouxemos a seguinte pergunta: Quais as dificuldades enfrentadas pelas mães de crianças autistas frente a sociedade? E como o enfermeiro atuante da estratégia da saúde da família pode auxiliar nessas dificuldades? Este artigo tem como objetivo principal acolher e auxiliar as mães quanto ao diagnóstico do autismo, e como objetivo específico identificar essas dificuldades frente a sociedade, e elaborar um plano de apoio psicossocial para auxiliar essas mães.

Diante da dificuldade do TEA se soma ao desamor e à falta da ajuda necessária para o desenvolvimento dessas crianças. A inclusão dos autistas na sociedade se inicia no seio familiar. Ainda que indivíduos com TEA estejam inseridos em um ambiente familiar saudável, precisarão enfrentar o preconceito externo. A falta de informação faz com que algumas pessoas vejam os autistas como indivíduos problemáticos que não se encaixam na estrutura existente.

Dessa forma, fica evidente que a falta de informação a respeito do assunto cria um ambiente propício para o preconceito. Pois muitas das vezes podem ser julgadas de má forma, propagando assim o preconceito, dificultando a aceitação perante a sociedade, assim agravando mais ainda o processo de vida e desenvolvimento dessa criança, refletindo na vida psicossocial dessa mãe por ser em sua maioria, a pessoa mais próxima e responsável por essa criança.

METODOLOGIA

Com relação ao procedimento metodológico utilizado para viabilizar a composição e estruturação da pesquisa, foi utilizada a revisão integrativa da literatura, a qual é um método que possui como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo assim, um corpo de conhecimento. Desta forma, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular. (ERCOLE et al., 2014)

Tal método, permite incluir simultaneamente a pesquisa quase-experimental e experimental, alinhando dados de literatura teórica e empírica, oferecendo um entendimento mais completo sobre o tema. A variedade na composição da amostra da revisão integrativa em conjunto com a variação de finalidades de tal método oferece ainda como resultado um quadro completo de conceitos complexos, de teorias ou problemas relacionados à saúde. (ERCOLE et al., 2014).

Para servir como guia da revisão integrativa, formulou-se a seguinte questão: Quais as dificuldades enfrentadas pelas mães de crianças autistas frente a sociedade? E como o enfermeiro atuante da estratégia da saúde da família pode auxiliar nessas dificuldades? Assim, a coleta das informações ocorreu entre os meses de março a dezembro de 2023, sendo utilizadas as bases de dados online como BVS, SCIELO, ICEPSC. Foram incluídos artigos dos últimos 7 anos, tendo sido excluídos os mais antigos ou que não atenderam a proposta do levantamento.

Também foram incluídos no estudo, artigos originais, sendo a primeira etapa realizada com base em leitura e análise dos títulos, e resumos dos artigos que apresentavam assunto semelhante ao tema proposto. Após tal seleção, na segunda etapa foi realizada a leitura na íntegra dos artigos selecionados, sendo separados quais seriam elegíveis.

Na terceira etapa, as principais informações dos artigos foram retiradas, como título, ano de publicação, autores, tipo de revista, abordagem metodológica, método de pesquisa e dados referentes à essência do conteúdo a partir dos principais resultados. Para seleção considerou-se as seguintes palavras chaves: mães, espectro autista e crianças; com os seguintes filtros: idioma em português, publicação nos últimos cinco anos, artigo científico e texto completo.

TITULO	AUTORES	OBJETIVOS/ MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Meu filho é autista: percepções e sentimentos maternos.	RICCIOPPO et al.	O objetivo deste estudo foi compreender as percepções e os sentimentos das mães de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e identificar quais são os recursos internos e apoios sociais por elas utilizados. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa.	Na maior parte dos estudos encontrados, é enfatizado o fato de as mães abandonarem suas profissões para cuidarem em tempo integral de seus filhos (Machado et al., 2018; Pereira et al., 2018; Segeren & Françoso, 2014). Porém, destaca-se que a maioria das mães do presente estudo, além de assumir vários papéis em seus cotidianos, não abriu mão de trabalhar e, ainda assim, assumia o papel de cuidadora principal, cuja ideia vai ao encontro com o estudo realizado por Constantinidis et al. (2018), o qual as mães de crianças com TEA resistiram em abdicar da vida profissional, conciliando o trabalho com os cuidados com os filhos.	Identificou-se que as mães possuíam vontade de retomar alguns dos seus projetos de vida, contudo, com a prioridade atual voltada para os cuidados com os filhos, os planos e perspectivas de futuro deixam de assumir a primeira posição em suas vidas. O desejo de terem um tempo para si mesmas também foi revelado, mas o tempo limitado (devido às obrigações profissionais, domésticas, familiares e com os filhos) dificultava a execução desses planos.
Fenomenologia da qualidade de vida de mães de crianças autistas.	CHAIM, Maria P et al.	O objetivo primário deste artigo é descrever e compreender as	O estudo sugere que as condições amorosas, educacionais, profissionais e financeiras das mães estão	Para além da compreensão do significado do diagnóstico e dos quadros comportamentais da criança, a mãe

		<p>construções subjetivas sobre a QV autorreferenciada de mães de crianças com TEA. Trata-se de um estudo empírico, qualitativo e fundamentado na leitura da psicologia fenomenológica.</p>	<p>interligadas. A estabilidade na vida amorosa parece ser crucial para oferecer suporte emocional e social diante da realidade de ter um filho com TEA. Além disso, a situação educacional, profissional e financeira está associada, com muitas mães relatando uma renda familiar proveniente do esforço conjunto com seus parceiros. A capacidade de trabalhar pode impactar positivamente a qualidade de vida das mães no estudo.</p>	<p>precisa ser acolhida e considerada em sua forma de vivenciá-lo, sendo adequado uma leitura compreensiva e descritiva, em oposição a uma leitura interpretativa e assertiva em busca de padrões de respostas.</p>
<p>A vivência de Mães de Crianças com Transtornos do Espectro Autista.</p>	<p>PINTO, Alinne Souza e CONSTANTINI, Teresinha Cid.</p>	<p>O objetivo deste estudo foi identificar na literatura científica a sobrecarga das mães de crianças com TEA e as formas encontradas por elas para lidar com dificuldades cotidianas decorrentes dessa problemática. Foi realizada revisão integrativa da literatura dos últimos doze anos, em</p>	<p>Destaca os estudos levantados, mostrando objetivos, métodos de coleta de dados e principais descobertas sobre a experiência das mães com crianças com TEA. Alguns artigos não se concentram especificamente na vivência das mães, mas fornecem informações valiosas, principalmente sobre a depressão delas. A maioria dos estudos usa</p>	<p>Destaca a intensa dedicação das mães de crianças com TEA, resultando em sobrecarga emocional e falta de tempo para si mesmas. Aponta a necessidade de apoio institucional e redes de suporte. Uma limitação foi a busca restrita a artigos nacionais, limitando a compreensão global do tema. Ampliar a pesquisa para incluir estudos internacionais pode oferecer uma visão mais ampla.</p>

		artigos científicos relacionados à temática citada	métodos qualitativos, como entrevistas, embora alguns empreguem metodologias mistas ou revisões de literatura.	
Convivência com filhos com transtorno do espectro autista: desvelando os sentidos do ser-ai-mãe.	RENDON, Daniela de Cássia Sabará et al.	Revelar os sentimentos das mães que convivem com crianças afetadas pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pesquisa qualitativa, ancorada na fenomenologia heideggeriana, com dados coletados por meio de entrevista fenomenológica com 14 mulheres/mães.	As mães significaram que a convivência trazia aprendizado, mudanças como ser humano e busca por saber tudo a respeito de autismo; e não conseguir trabalhar, por ter de cuidar do filho, sentir-se excluída e sobrecarregada.	A alcance do movimento existencial do ser-ai-mãe na convivência com o filho acometido pelo TEA permitiu compreender as mudanças, exigências e cobranças que cabiam à mulher que, de modo inautêntico, ocupava-se com a rotina de cuidados ao filho. Preocupando-se em oferecer o melhor de si, sentia-se distante do cuidado consigo e com suas relações sociais e familiares. Do mesmo modo, pela fragilidade da rede de apoio social, tornava-se vulnerável biopsicossocialmente.
O estresse familiar de crianças com transtorno do espectro autista – TEA.	KIQUIO, Thais Cunha de Oliveira; GOMES, Karin Martins.	O artigo analisa o estresse enfrentado pela família de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Destaca a sobrecarga dos cuidadores, especialmente	Fatores como a baixa interação social do autista, dificuldades de acesso a serviços especiais, sobrecarga emocional materna e a importância de uma rede de apoio são ressaltados nos estudos revisados.	O estudo apontou que o diagnóstico e a intensidade do Transtorno do Espectro Autista podem ser muito difíceis para a família, causando impactos emocionais e psicológicos significativos. Destaca-se a importância crucial do suporte no momento do

		e das mães, devido às demandas extras do cuidado de uma criança com TEA. Trata-se de uma pesquisa de revisão não sistemática.	Essas pesquisas destacam a complexidade e a necessidade de mais estudos para compreender melhor o impacto e os desafios enfrentados pelos familiares e cuidadores.	diagnóstico para melhorar a qualidade de vida de todos.
Mãe de crianças com o transtorno do espectro autista: estresse e sobrecarga.	NOGUEIRA, Maria Teresa Duarte et al.	Objetivo avaliar o estresse e sobrecarga de mães de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa.	A pesquisa considera a possibilidade de que as respostas das mães no estudo podem ter sido influenciadas pelo receio ou vergonha, o que poderia ter afetado a sinceridade e a precisão das informações compartilhadas sobre a experiência de cuidar de um filho com TEA.	Fundamental que haja o planejamento e implementação de uma rede de apoio, que acolham essas mães, que possibilite acesso a informações e estratégias as ajudem que a lidar melhor com as condições do filho. O psicólogo, além de acolher o sofrimento, a angústia e a incerteza dessas mães, pode auxiliar no gerenciamento das Emoções e no enfrentamento da situação, facilitando seu processo de adaptação.
A importância da enfermagem no auxílio às famílias com crianças com transtorno do espectro autista.	BARBARA, Beatriz Rosa et al;	O objetivo de analisar a importância da assistência de enfermagem a criança e a família do paciente autista. Trata-se de um Estudo de descritivo com abordagem qualitativa,	Através da análise do material bibliográfico levantado para esta pesquisa, constatou-se que os artigos encontrados foram publicados entre o ano de 2011 a 2019, e em sua maioria tiveram a publicação entre 2014 à 2019, ou seja 85,17%, no Brasil.	O presente Estudo buscou evidenciar a importância da Enfermagem no auxílio das famílias com pacientes que tenham transtorno do espectro autista. A família do paciente autista enfrenta dificuldades desde o reconhecimento da doença até o acompanhamento do tratamento, pois não possuem suporte suficiente dos profissionais de

		sendo uma revisão integrativa.		saúde.
Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno.	HOFZMANN, R. et. al.	Objetivo é conhecer a experiência dos familiares no convívio de crianças com TEA. Pesquisa qualitativa, realizada através de Grupo Focal com familiares de oito crianças com diagnóstico de TEA.	A partir da análise de dados surgiram três categorias: a descoberta do autismo por parte da família; as experiências dos familiares após o diagnóstico do autismo; e o atendimento em saúde à criança com autismo.	Conclui-se que o transtorno promove muitas adaptações e mudanças na vida dos familiares (mãe), e que este recebe pouco suporte para se adequar a essa situação. Com tudo se fez necessária a inclusão de políticas públicas que promovam a Capacitação dos profissionais da rede, para a detecção e o acolhimento dessas mães.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro artigo retrata que os principais sentimentos manifestados pelas mães são: insegurança, impotência e obrigação associada ao “fardo”, porém ocorre uma duplicidade de pensamento, em que retratam o peso de serem a principal cuidadora de seus filhos, mas gostariam de fazer mais por eles. Mas mesmo tendo uma sobrecarga nesse cuidado integral, elas veem os filhos como tesouros a se zelarem. Também foi observado o processo de cuidado e proteção como uma co-dependência e fonte de suporte para toda a vida do filho (RICCIOPPO et al, 2021).

Sobre o diagnóstico Riccioppo et al. (2021) relatam que um dos sentimentos apresentados pelas mães foi semelhante ao luto manifestado em um momento de crise, pois essas mães não terão o filho idealizado. Em seguida, momentos de choros constantes, medo do desconhecido, finalizando com a sensação de aceitação e alívio. Além do processo de ansiedade pela busca de tratamentos eficazes e uma angústia para a decisão de qual tratamento seguir.

O vínculo e a forte ligação que essas mães desenvolvem com seus filhos permite que a comunicação deles seja além de uma comunicação verbal, muitas mães conseguem decifrar a linguagem corporal de seus filhos. Essas mães depositam esperanças para que seus filhos desenvolvam futuramente uma dependência e autonomia, principalmente em tarefas básicas, essa expectativa é depositada no esforço que ela faz diariamente, quanto nos cuidadores secundários, que são os profissionais de saúde (CHAIM et al, 2020).

Sobre a alteração de rotina, o artigo relata que a pessoa mais afetada é a mãe, pois ela se anula em função do filho e de toda a demanda de seu cuidado, anulando seus próprios papéis sociais, algumas mães abandonam suas carreiras profissionais e se dedicam integralmente ao cuidado de seus filhos, por contrapartida, algumas mães além de serem cuidadoras principais de seus filhos, conciliam com os vários papéis exercidos nos seu cotidiano. Por mais que haja um apoio de pessoas mais próximas como amigos e familiares, essas mães gostariam de ter mais auxílio, principalmente do marido (NOGUEIRA et al, 2020).

No segundo artigo Chaim et al. (2020) retrata qualidade de vida de mães de crianças com TEA, dentro da maioria das mães participantes dos estudos, a maioria delas são casadas, essa condição pode favorecer para um melhor suporte emocional, físico e social. Além de ter uma relação conjugal estável, as condições educacionais, profissionais e financeiras dessas mães colaboram para uma melhor qualidade de vida.

A maioria dessas mães convive com o diagnóstico de TEA de seus filhos por mais de três anos. Uma vez que o TEA seja um transtorno compreendido a partir dos fenômenos sintomáticos resultantes na diminuição na capacidade de estabelecer relações. Sendo assim a necessidade de suporte terapêutico para auxiliar essas crianças e suas famílias a terem uma melhor qualidade de vida. Porém, as mães relatam que os suportes terapêuticos são direcionados nas crianças, com foco de modificar o comportamento e amenizar os sintomas, não considerando que as mães também necessitam de suporte adequado para melhorar sua qualidade de vida e de sua família (RENDON et al, 2020).

Chaim et al. (2020) ainda retrata que o comportamento e pensamento de cada mãe setorna individual que está ligada à sua contextualização de existência e sua realidade individual. Onde uma mãe que não tem muito acesso à informação e suporte para seu filho não sabe muito sobre o transtorno que seu filho possui. Em contrapartida, outra mãe com uma realidade de vida mais favorável, por ter fácil acesso à informação, se aprofunda no assunto, busca e vai atrás de conhecimento para poder dar maior suporte para seu filho.

Para Pinto e Constantinidis (2020) algumas mães tentam resignificar o diagnóstico de seus filhos, deixam de acreditar que é um peso ou uma dificuldade e passam a enxergar como um presente por ter uma criança especial. Entretanto, outras mães enxergam e enfatizam comoum fardo e peso, evidenciando a perda da própria identidade e autonomia, sua qualidade de vida pode ser afetada principalmente pela falta de tempo para seu cuidado pessoal.

Pinto e Constantinidis (2020) relatam a percepção das mães no desenvolvimento de seus filhos em relação a outras crianças que não são portadoras de TEA, em seguida buscam atendimento de saúde atrás de respostas a essas diferenças. Portanto o diagnóstico para as mães se torna intenso, com dúvidas, incertezas e tristezas, intensificando-se por conta de

uma rede de apoio restrita.

A necessidade do diagnóstico se dá muito a família, pois dará um norte para aquilo que vem se vivenciando com aquela criança. É de grande importância que os profissionais de saúde considerem a percepção da mãe para auxílio do diagnóstico. Pinto e Constantinidis (2020) também relatam que a perspectiva sobre seu filho está dividida em três partes: estética, dimensão da competência do bebê e a perspectiva de futuro para essa criança. No entanto essa última parte pode ser afetada quando a criança recebe o diagnóstico de TEA.

Entretanto, o sentimento de culpa quanto ao diagnóstico do filho também é muito comum entre as mães de crianças com TEA, tendo mais tendência a desenvolver estresse e depressão. Se responsabilizam sobre a ideia de que os sintomas do filho sejam decorrentes da sua má atuação como mãe. Essas mesmas mães relatam que abdicam de sua vida pessoal, profissional e social para se dedicarem integralmente a seus filhos. Como as atividades de lazer são difíceis de serem realizadas, essas mães procuram alternativas mais tranquilas para poderem se desligar do foco estressor (BARBARA et al, 2019).

Essa tática pode se assemelhar a negação, que também é outra estratégia usadas pelas mães que muitas vezes evitam tocar no assunto. Porém na maioria das vezes o real motivo do afastamento de atividades de lazer em um meio social, se deve por conta o preconceito alheio com seu filho. O apoio social resulta normalmente em um nível de resposta materna positivo em relação a criança, conseguindo lidar melhor com a sobrecarga do cuidado com a criança autista (HOFZMANN et al, 2019).

No quarto artigo Rendon et al. (2020) percebe-se que os autores abordam sobre a importância do apoio emocional e físico da família da pessoa com TEA. A dificuldade enfrentada pelas mães no dia a dia depende diretamente da compreensão de sua rede de apoio, como amigos, família e principalmente do profissional que acompanha em suas consultas de rotina e exercícios para melhor desenvolvimento da criança.

É notório a falta de cuidados e capacitação que os profissionais da saúde deixam de ter ao abordar o assunto diante da família e da criança com o transtorno. Mesmo com o grande crescimento do TEA, faltam profissionais capacitados para dar suporte à mãe, a figura principal, que sofre diariamente com o cansaço e exaustão enfrentados por encararem diversas crises e picos de ansiedade, na maioria das vezes, sozinhas (RENDON et al, 2020).

O quinto artigo Kiquio e Gomes (2018) apontam como objetivo identificar o estresse nas famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

É verdade que o diagnóstico pode ser desafiador para as famílias, especialmente para as mães, que muitas vezes enfrentam uma sobrecarga significativa nos cuidados diários. O apoio e acolhimento no momento do diagnóstico são cruciais para melhorar a qualidade de vida da família. Além disso, a importância de uma rede de apoio e estrutura familiar foi destacada, mostrando que pode ser determinante na redução do estresse e na

prevenção de impactos na saúde mental. Mais estudos nesta área são necessários para desenvolver estratégias eficazes de intervenção e suporte para as famílias que lidam com o TEA (KIKUIO; GOMES, 2018).

O sexto artigo de Nogueira et al (2020) apontam como o objetivo retratar o estresse e sobrecarga vivido pelas mães de autistas. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, tendo mães de crianças com TEA que frequentam o Centro de Atendimento ao Autista na cidade de Pelotas. O estudo aponta que as mães, que são cuidadoras principais, submetem-se a estresse e sobrecarga por conta de ter a função de dar conta da casa, da família e do filho com autismo e quanto isso afeta o seu relacionamento, saúde e psicológico. Diante disso, essas mães devem passar por uma avaliação para que sejam mais bem atendidas e cuidadas com o intuito de aliviar toda essa sobrecarga que lidam diariamente dentro e fora de casa.

No sétimo artigo as autoras ressaltam que o papel do enfermeiro é essencial no tratamento de crianças autistas e no auxílio dessas famílias, e que mesmo com todo conhecimento, os profissionais não estão preparados para dar o devido suporte tanto à criança quanto a família e acreditam muitas vezes ser falta de educação da criança (BARBARA et al, 2019).

Por falta de uma orientação positiva dos enfermeiros, os cuidadores acabam privando a criança de evoluir, não criando estímulos adequados, fazendo com que o autista não desenvolva atividades motoras e até mesmo a fala. Nesse quesito, é de suma importância tratar o paciente autista de acordo com a realidade de cada um, de forma única, com o intuito de conseguir melhores resultados e maiores evoluções nesses pacientes (BARBARA et al, 2019).

Já no oitavo artigo, Hofzmann et al (2019) apresentam em seu trabalho que a família deve se adaptar às mudanças e exigências da criança atípica e que esse processo pode gerar estresse na família durante os cuidados à essas crianças. Pais dedicam-se integralmente devido à quantidade de terapias e consultas e enfrentam insegurança e reações como o medo, insegurança, negação, preocupação e sentimento de impotência.

Essa pesquisa qualitativa de caráter exploratório, realizada na Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), no município da Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina, realizando uma análise sobre, por meio de uma entrevista para coleta de dados. Através desse estudo podemos perceber a necessidade de maior interação do cuidado da criança autista na rede básica de saúde, visto que o papel do enfermeiro é identificar alterações no desenvolvimento através do acompanhamento nas consultas de primeira infância junto à família. Segundo o estudo, os pais demonstram que há uma falta de participação efetiva do enfermeiro durante o acompanhamento da criança, seja antes ou após diagnóstico do autismo (HOFZMANN et al, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, mediante retratado na pesquisa, a importância da enfermagem na busca de aperfeiçoamento de conhecimento no tratamento tanto da família, quanto da criança com TEA. A realidade enfrentada por mães de crianças autistas no Brasil é complexa, envolvendo desafios desde a percepção dos sinais até a aceitação do diagnóstico.

O enfermeiro, especialmente na estratégia da saúde da família, desempenha um papel crucial ao oferecer apoio psicossocial, observações comportamentais e orientação nas necessidades específicas dessas famílias. O desconhecimento na área da enfermagem contribui para uma falta de resolutividade nas unidades de saúde, ressaltando a importância de investir em conhecimento especializado para melhor atender às necessidades das pessoas com TEA e suas famílias.

É evidente que a falta de conhecimento e suporte adequado por parte dos profissionais de saúde impacta negativamente no acompanhamento e tratamento de pacientes autistas, contribuindo para a superproteção por parte das mães. As soluções propostas oferecem um suporte abrangente, abordando tanto as necessidades da criança com autismo quanto as preocupações emocionais e práticas da mãe. A integração de educação, orientação emocional e conexão com recursos é fundamental para promover um ambiente de cuidado eficaz. O envolvimento da equipe de saúde e a promoção do autocuidado da mãe contribuem para uma abordagem holística no manejo dessa condição.

A necessidade de construção de um conhecimento mais sólido por parte da enfermagem, é crucial para oferecer um cuidado mais efetivo. A promoção de estudos adicionais é fundamental para a evolução desse conhecimento e, conseqüentemente, para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e suas mães.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2015.

BARBARA, Beatriz Rosa et al. A importância da enfermagem no auxílio às famílias com crianças com transtornos do espectro autista. Rv. Bibliográfica integrativa, 2019. Disponível em: <https://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/3498.pdf>

CHAIM, Maria P. M et al. Fenomenologia da qualidade de vida de mães de crianças autistas. Rev. Abordagem Gestalt. [online]. Goiânia, vol.26, n.2, p. 122-134. maio/ago. 2020. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000200002

FARO, K. C. A. et al. Autismo e mães com e sem estresse: análise da sobrecarga materna e do suporte familiar. *Psico*, Porto Alegre, 2019; 50(2):e30080.

FERNANDES, C. S. et al. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. *Psicologia USP*, v. 31, p. e200027, 2020.

HOFZMANN, R. R. et al. Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). *Revista Cofen*, [Brasil] v.10, n.2, 2019. Acesso em: 29 de julho de 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1671>

KIQUIO, Thais Cunha de Oliveira; GOMES, Karin Martins. O estresse familiar de crianças com transtorno do espectro autista – TEA. *Rev. de iniciação científica*, UNESC. Criciúma, vol. 16, n.1, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/iniciacaocientifica/article/view/4270/4048>

MAGALHAES, Juliana Macêdo et al. Assistência de enfermagem à criança autista: revisão integrativa. **Enferm. glob.**, Murcia, v. 19, n. 58, p. 531-559, 2020. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412020000200017&lng=pt&nrm=iso. acessos em 21 nov. 2023. Epub 18-Maio-2020. <https://dx.doi.org/eglobal.356741>.

NOGUEIRA, Maria Teresa Duarte et al. Mães de crianças com o transtorno do espectro autista: estresse e sobrecarga. *Rev. Eletrônica Humanitaris*, vol.2, n.2, 2020. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/revistahumanitaris/article/view/423>

PINTO, Alinne Souza e CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid. Revisão integrativa sobre a vivência de Mães de Crianças com Transtornos de Espectro Autista. *Rev. Psicol. Saúde* [online]. Campo Grande, vol.12, n.2, p. 89-103. Abr./jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000200007

RENDON, Daniela de Cássia Sabará et al. Convivência com filhos com transtorno do espectro autista: desvelando sentidos do ser-ai-mãe. *Rev. baiana enfermagem*. Salvador, vol. 33, e31963, março. 2020.

Disponível

em:

http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502019000100328

RICCIOPO, Maria Regina Pontes Luz et al. Meu filho é autista: percepções e sentimentos maternos. Rev. SPAGESP [online], Ribeirão preto, vol.22, n.2, p. 132-146. Dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200011

CAPÍTULO 9

CAMINHOS PARA SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO NO OUTUBRO ROSA

Eduarda Lisboa Vanderley

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Laiza Souza Costa

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Julia Borges Rossy

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Manuela Marques Sena

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Julia Maria Lisboa Alves

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Déborah Kamilly Evangelista Veras

Acadêmica de Enfermagem no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Ao observar o público-alvo do campo de prática no Centro de especialidades médicas CESUPA (Cemec) as consultas ambulatoriais de enfermagem eram majoritariamente de saúde da mulher, com esse fator o foco do trabalho de extensão foi proposto fazer uma ação social no mês de outubro sobre a Prevenção de Câncer de Mama. A idade em média das pacientes é de 30 a 65 anos para acompanhamentos com diversas especialidades médicas na unidade.

Deste modo a escolha do projeto teve o propósito de orientar e ensinar as mulheres que esperavam na sala de espera do Cemec sobre o Outubro rosa ao ver que era um assunto de pouco conhecimento, apresentar uma gincana lúdica a elas seria o ideal para fácil aprendizado e ensinamento do autoexame pois a maioria desconhecia dessa técnica. Focamos em

explicar sobre o que é o câncer de mama, como distinguir sinais e sintomas, como se prevenir e ensinar o manuseio correto do autoexame.

.OBJETIVO (S)/ PALAVRAS-CHAVE

O foco da ação é orientar e instruir o público-alvo como realizar o autoexame, suas prevenções e seus sinais e sintomas.

TEORIZAÇÃO

O câncer de mama é o mais registrado em mulheres no Brasil na faixa etária dos 50 anos, por ser uma doença que causa multiplicação desordenada das células anormais nas mamas se formando um tumor com possibilidade de invadir outros órgãos, como há vários tipos de câncer de mama alguns têm o desenvolvimento precoce e alguns tardios, com a antecedência do diagnóstico o tratamento é mais eficaz (OLIVEIRA, 2019).

Como a prevenção está ligada aos fatores de riscos e fatores hereditários, a prevenção primária se relaciona à promoção à saúde com manutenção de estilo de vida adequado com caminhadas, alimentação saudável, sem excesso de álcool e nicotina e a amamentação pode ser um fator protetor. (SILVA, 2021)

Os sinais e sintomas podem variar de cada mulher, algumas sendo assintomáticas não apresentam sinais da proliferação do câncer. O sintoma mais comum é um nódulo no seio sendo sólido com bordas irregulares, outros sinais são edema na parte da mama, irritações, dores no mamilo e linfonodos aumentados. (GARCIA, 2021)

Para um diagnóstico preciso além de um exame clínico das mamas, podem ser necessários exames de imagem, como mamografia, ultrassonografia ou ressonância magnética. (OLIVEIRA, 2021)

Atualmente os tratamentos para o câncer de mama são variados como: cirúrgicos, radioterápicos e quimioterápicos causando efeitos adversos, portanto essas pacientes demandam cuidados particulares por profissionais competentes na área.

Dentre os profissionais de saúde envolvidos no cuidado à mulher com câncer de mama, os enfermeiros são os que mais se destacam, prestando assistência em todas as fases da doença, seja durante o diagnóstico, tratamento ou alta. As intervenções e a prática de enfermagem devem ser realizadas de forma que o paciente seja adequadamente assistido, necessitando de um profissional com conhecimento técnico e científico de sua área de cuidado (FERRARI,2017).

Por ser um crescimento descontrolado das células o autoexame pode ser feito uma vez por mês, todos os meses, nos dias 3 e 5. no dia seguinte à menstruação, quando os seios estão mais soltos e menos doloridos, ou para mulheres que não menstruam mais, em um dia específico. Embora o exame não permita o diagnóstico de câncer, ele ajuda a conhecer melhor o corpo, para que você fique atento a possíveis alterações nas mamas (ANDRADE, 2021).

HIPÓTESES DE SOLUÇÃO E APLICAÇÃO À REALIDADE

A solução proposta pelo grupo era ensinar de forma lúdica e dinâmica sobre o câncer de mama, ressaltando informações específicas de fácil entendimento para o público-alvo absorver elas. Orientá-las com ajuda de flyers e demonstração de como fazer o autoexame e no final fizemos um jogo de perguntas e respostas para averiguar o aprendizado e surpreendentemente a dinâmica foi positiva, todas as mulheres acertaram as perguntas que foram desenvolvidas pela explicação anteriormente mostrando que todas estavam prestando atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marília Aquino de; SOUZA, Simone Santos; SANTOS, Erica Souza dos. **A AUTOESTIMA DA MULHER COM CÂNCER DE MAMA: ORIENTAÇÕES DA ENFERMAGEM: UMA REVISÃO**. Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE, Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE: Ibero, ed. V.8 , ano 2022, p. 1416-1426, 30 abr. 2022. Mensal. Acesso em: 28 out. 2022

DANTAS SILVA, R. R.; SANTANA SANTOS, T. .; TENÓRIO RAMOS, W. .; DO SOCORRO CLAUDINO BARREIRO, M. .; BARBOSA MENDES, R. .; ALVES CARTAXO FREITAS , C. K. . **Ações do enfermeiro para prevenção e detecção precoce do câncer de mama. Saúde Coletiva** (Barueri), [S. l.], v. 11, n. 65, p. 6090–6099, 2021. Disponível em: < <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1593>> Acesso em: 30 out. 2022.

GESSICA, Santana Garcia. **Papel da enfermagem frente à prevenção do câncer de mama na estratégia da saúde da família..** EBSCO

SERORMATION, Alabama, ed. 12, ano 2022, p. 103-111, 1 out. 2022. Semestral. Acesso em: 30 Out. 2022

OLIVEIRA, Pamela Panas dos Santos. **EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O AUTOEXAME DAS MAMAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA. ANAIS DA VI MESA REDONDA DE MORTALIDADE MATERNA E II SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM**, Londrina: Acervo mais revistas, ano 2019, p. 39-40, 30 set. 2019. Anual. Acesso em: 29 out. 2022

OLIVEIRA, Caio Aleksander Silva. **O PAPEL DA ENFERMAGEM FRENTE AO CÂNCER DE MAMA: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO. REPOSITÓRIO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO**, São Paulo, Anual. Disponível em: <<http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriotcc/article/view/3314/2338>> Acesso em: 30 out. 2022

CAPÍTULO 10

THE RELATIONSHIP BETWEEN HOSPITALIZATION OF MINOR AGES < 5 WITH THE LEVEL OF ANXIETY OF MOTHERS AT THE PEDIATRICS NURSERY HNGV DÍLI, 2019

Cesario Monteiro Ruas

Graduado em Enfermagem pela
Universidade Nacional Timor Lorosáe – Timor Leste

RESUMO

Introduction: According to World Health Organization (WHO) being healthy is “a condition that describes good physical, mental and social wellness that is whole and free of diseases”, (Wong, 2009). An unhealthy condition occurs when an individual feels a disruption to the system, experiencing worry and unreasonable anxiety level (Wilson, 2008). Anxiety response from mother is a general feeling encountered by parents when there is health issues faced by their children since children are considered crucial elements in their life therefore when a disturbing experience arises it triggers stress and parents become worried. The anxiety suffered by mothers can be influenced by a number of factors, one of such including hospitalization of their children. Thus, when both parents and children are unable to adapt effectively to the changing environments, it will lead to a source of anxiety for children and parents alike (Supartini, 2004). **Research goal:** To find out more the relationship between hospitalization of minor children aged <5 with the level of anxiety of mothers at the Pediatrics Nursery HNGV Díli in 2019. **Research method:** This research utilized the quantitative model of research and cross-sectional proximity approach including the use of technical *non-probability sampling* with the use of *purposive sampling* with the sample of 40. The approach taken to collect data in this research is by utilizing questionnaires. **Results from the research:** Based on the research data from statistical testing that employ *Spearman Rank Correlation* to acquire the value of $p = 0,001 < 0,05$ thus H_0 is not acceptable. This means that there is direct correlation between hospitalization of minor children aged < 5 with the level of anxiety of mothers at the Pediatrics Nursery HNGV Díli in 2019. The analysis results also indicated correlation value (r) = 0,518 meaning hospitalization impact of children has the chance of 0,518 to make mother feel extremely anxious when their children are hospitalized in the Pediatrics Nursery HNGV thus there showed a positive and strong link between hospitalization of children age < 5

and mothers anxiety level at the Pediatrics Nursery HNGV Díli in 2019 with a value of 0,51 – 0,75 (strong correlation). **Conclusion:** This is shows that there is direct correlation between hospitalization of minor children aged < 5 with the level of anxiety of mothers at the Pediatrics Nursery Hospital National Guido Valadares Dili in 2019.

Key Words: Anxiety level of mothers, hospitalization of children.

REFERENCES

Ns. Setiawan Donny. et al (2014), “Keperawatan Anak & Tumbuh Kembang (Pengkajian dan Pengukuran)”, Nuha Medika, Yogyakarta, Edisi-I

Kumayah (2014) “Kecemasan Orang Tua tentang Hospitalisasi pada anak” Jurnal Keperawatan. Asesu dia 4 de Setembro de 2018, óras: 01:00 iha Kaikoli: <http://kecemasan-orang-tua-tentang-hospitalisasi-pada-anak-90098.com>

CAPÍTULO 11

A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA PARA A TRANSPARÊNCIA E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Regina Nogueira da Silva Neiverth

Docente Universitária, contadora.
Centro Universitário UnilaSalle Lucas do Rio Verde MT
Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/3993764654952482>

Jessica Vanessa Rocha Caetano de Oliveira

Acadêmica do curso de ciências contábeis,
Centro Universitário UnilaSalle Lucas do Rio Verde.

RESUMO

O artigo em questão enfatiza o papel essencial das auditorias na garantia da transparência e confiabilidade das informações contábeis em empresas de diversos setores. Ele destaca a importância das auditorias na governança corporativa e na preservação da integridade do processo de relatório financeiro. O principal objetivo do estudo foi evidenciar a função crítica desempenhada pelas auditorias na detecção de erros, fraudes e irregularidades nas projeções financeiras, bem como na melhoria da qualidade das informações, o que, por sua vez, amplia a confiança das partes interessadas. A promoção da transparência ocorre mediante a divulgação adequada das informações financeiras e o cumprimento das normas contábeis e regulatórias. Os auditores desempenham um papel fundamental na garantia de que as informações sejam fornecidas de maneira precisa e fiel, fortalecendo, assim, a transparência nas operações empresariais.

Palavras-chave: Auditoria. Confiabilidade. Contábeis. Informações.

INTRODUÇÃO

A auditoria é um processo sistemático e estruturado que visa avaliar se as informações contábeis apresentadas pela empresa são precisas, fidedignas e estão conforme os princípios contábeis e normas regulatórias. “A auditoria é como um espelho. Ela é um procedimento contábil responsável pela conferência e análise dos dados contábeis [...]” (LUZ, 2015, p.02). A contribuição da auditoria para a transparência e confiabilidade das informações contábeis é significativa para proteger os interesses dos investidores, credores, acionista e outros interessados da empresa.

Desta forma, a auditoria busca garantir a transparência e a confiabilidade das informações contábeis, ajudando a aumentar a confiança do mercado. Através dela, os profissionais independentes, podem detectar possíveis erros, fraudes ou irregularidades contábeis, permitindo que a organização tome medidas corretivas e evite problemas futuros, levando a organização a uma melhor avaliação de crédito, maiores investimentos e uma maior credibilidade no setor.

Diante de acontecimentos ocorridos nas últimas décadas, sobre escândalos corporativos, a contabilidade aumenta a relevância das auditorias e dos controles internos. Portanto, buscou-se reunir dados e informações para responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual é o impacto da auditoria na transparência e confiabilidade das informações contábeis de uma empresa? O objetivo geral da pesquisa é compreender como a auditoria contribui para que os dados financeiros sejam precisos; completos e confiáveis. Para tanto, os objetivos específicos são:

- a- Saber quanto tempo às empresas pesquisadas são auditadas;
- b- Evidenciar a importância da auditoria na transparência das informações contábeis;
- c- Analisar a contribuição da auditoria para a confiabilidade das informações contábeis na empresa;
- d- Identificar a principal responsabilidade do auditor durante a auditoria na empresa;
- e- Mostrar entre as etapas básicas de auditoria qual é a mais desafiadora para a empresa;
- f- Apresentar a principal vantagem da empresa ao ser auditada.

A auditoria utilizada para clareza e credibilidade das informações contábeis as torna mais precisas e confiáveis, reduz o risco de perdas financeiras e melhora o desempenho das empresas, o que é essencial para a proteção de quem investe, na eficiência do mercado financeiro e na sustentabilidade da economia.

Nesse contexto, a proposta de trabalho científico visa apresentar, conceitos, definições e ferramentas que ajudam a melhorar a eficácia da auditoria, aprimorando a qualidade das informações contábeis e fortalecendo a confiança dos investidores, baseando-se nos princípios contábeis e normas regulatórias.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas para compreender os principais conceitos relacionados à auditoria e à contabilidade e será realizada pesquisa de campo para evidenciar os objetivos e aprimorar os conhecimentos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Auditoria contábil

A contabilidade é uma área importante para gestão financeira de empresas, organizações e instituições governamentais. Pois é através dela, que se registra, classifica e comunica as informações financeiras e contábeis. Para garantir que essas informações sejam precisas, confiáveis e transparentes, a auditoria se torna uma ferramenta importante.

Visto que, é um método utilizado para examinar os lançamentos e documentos de uma entidade sobre os quais é emitida uma opinião que expressa, se as informações refletem fielmente a situação patrimonial, econômico e financeiro da entidade.

No Brasil, as histórias mais antigas da auditoria vêm da colonização dos portugueses, com o objetivo de exploração, mais isso requeria em organizar a economia de tal forma que a produção em grande quantidade exportação, gerasse ganho para a metrópol, logo a necessidade de um controle rígido nas finanças e esse papel foi desempenhada por um profissional de conhecimento técnico. (MELO, p.19, 2017).

No entanto, a auditoria ajuda a garantir a clareza e a confiabilidade das empresas, auxiliando na identificação de riscos e fragilidades em seus processos de negócios, possibilitando melhorias que levam a uma gestão mais eficaz e eficiente dos controles internos da organização, contribuindo para prevenção de equívocos contábeis.

A auditoria contábil é utilizada no exame dos registros, documentos, coleta de informações e confirmações, pertinentes ao controle do patrimônio de um órgão ou de uma entidade, utilizando procedimentos específicos, cujo objetivo é obter elementos comprobatórios de maneira a permitir ao auditor emitir uma opinião sobre os registros contábeis. (MELO, p. 58, 2017).

Isso significa que é necessária a verificação e análise das informações financeiras e contábeis. Esses dados são revisados por um profissional, o qual é a pessoa qualificada e independente, que avalia se as informações prestadas cumprem as normas e regulamentos aplicáveis. Além disso, a realização de auditorias pode aumentar a confiança das partes interessadas, provando um compromisso com a transparência e a honestidade.

Não existe uma regra explícita quanto aos procedimentos de auditoria, havendo, portanto, variação de uma empresa de auditoria para outra. Podemos trazer como exemplo de procedimentos de auditoria os seguintes itens: exame de registros; exame documental; conferência de cálculos; entrevistas; inspeção física; circularização; correlação (ou reflexo) entre as contas. (MELHEM e COSTA, 2012, sp.).

A auditoria pode ser realizada interna ou externamente, por profissionais especializados, que utilizam técnicas e procedimentos específicos para avaliar a adequação das informações apresentadas pela empresa.

O objetivo principal da auditoria externa é fornecer uma opinião imparcial sobre as demonstrações financeiras e garantir que elas reflitam a posição real da organização. É uma atividade anual e é obrigatória para empresas de capital aberto e para outras empresas que possuem obrigações regulatórias. “A auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços” (SILVA, 2020, p. 13).

Já auditoria interna é uma atividade realizada por profissionais da própria empresa, que avaliam os processos internos e o controle financeiro. Eles ajudam a empresa a atingir seus objetivos, fornecendo uma visão crítica e objetiva dos processos internos. É uma atividade contínua e pode ser realizada em toda a organização ou em uma área específica, como finanças, recursos humanos ou tecnologia da informação.

[...] O auditor interno é empregado da empresa, e dentro de uma organização eles não devem ser subordinados àquele cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que possam vir um dia a examinar (como, por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência. (SILVA, 2020, p.12).

O foco da auditoria é atender as demandas em constantes mudanças dos investidores. Em essência, a causa da evolução da auditoria, que decorre da evolução da contabilidade, foi o desenvolvimento dos países, síntese do crescimento das empresas.

Esse é o motivo pelo qual os avanços tecnológicos também tiveram um grande impacto, permitindo que os auditores recorram a ferramentas e técnicas mais sofisticadas para realizar a auditoria de uma forma mais eficiente e eficaz.

A partir do momento que estes controles são fiscalizados periodicamente, a maioria desses processos com erros são detectados pelos próprios funcionários da empresa no momento em que estão realizando suas atividades diárias, quando não são identificados, realiza-se uma Auditoria Interna (SILVA & VASQUES VIEIRA, 2016, p.05).

Desta forma, é essencial garantir, que haja transparência e integridade das informações, sendo elas financeiras ou operacionais, fornecendo uma visão mais clara e objetiva sobre a situação da empresa, contribuindo nas decisões assertivas e de modo estratégico.

Plano de auditoria

Um plano de auditoria é um documento que define os objetivos, escopo e metodologia. Ele descreve as atividades a serem realizadas, as áreas a serem examinadas, os procedimentos a serem seguidos e os prazos para a conclusão do trabalho, durante a auditoria.

No planejamento definem-se as diretrizes (princípios norteadores), os objetivos que visam planejar a auditoria de forma a realizá-la de maneira eficaz e as ações necessárias para implementação dos controles relevantes para a auditoria, estabelecendo assim os procedimentos metodológicos. [...]. A NBCT TA 300 (R1) define o planejamento como um processo contínuo e interativo que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual nas demonstrações contábeis. (MELO, p. 82, 2017).

Para que as evidências e provas sejam validadas é necessário que o auditor, realize testes chamados de observância e substantivo. Observância significa obter informações sobre a conformidade dos procedimentos na empresa, já o substantivo, visa saber a exatidão dos dados, por testes de transações, saldos e principalmente por meio de procedimentos de revisão. A abrangência utilizada para a verificação vai determinar se todos os dados estão registrados de forma adequada e se seguiu todas as normas e procedimentos.

Na fase de planejamento, para determinar a extensão e o alcance da auditoria, o auditor ou unidade de auditoria deve dispor de informações sobre os objetivos relacionados ao objeto que será auditado e aos riscos relevantes associados a esses objetivos, bem como à confiabilidade dos controles para tratar os eventos indesejáveis. Quando na auditoria a ser proposta as informações relativas aos

objetivos, riscos e controles do objeto auditado não estiverem disponíveis, tais informações deverão ser obtidas na fase de planejamento do trabalho. A necessidade e a profundidade dos procedimentos para a obtenção desses dados variam de acordo com os objetivos e o escopo da auditoria em questão. (JUNIOR, GOMES e MACHADO, 2015, p.30).

Um plano de auditoria é uma ferramenta essencial para o sucesso do processo. Ele define os objetivos, escopo, abordagem e procedimentos que serão seguidos durante o desenvolvimento dos trabalhos. Deve ser detalhado e bem estruturado, considerando as necessidades e expectativas da organização auditada, além das normas e regulamentos aplicáveis.

Ao preparar o plano de auditoria, o auditor deve considerar os procedimentos de avaliações específicos de riscos inerentes e de controle que pode ocorrer no desenvolvimento de auditoria. O auditor também deve considerar a coordenação de auxílio da entidade, a disponibilidade de assistentes e o envolvimento de outros auditores ou especialistas. (RODRIGUES, 2011, p.20).

O escopo da auditoria deve ser claro, considerando os riscos e as áreas relevantes da organização, considerando a contribuição de outros especialistas, caso necessário. A abordagem adotada durante a auditoria também deve ser descrita no plano, considerando as características da empresa. Os procedimentos efetuados durante a auditoria devem ser detalhados, incluir a coleta e análise de evidências, a verificação do cumprimento de normas e regulamentos, e a análise dos controles internos.

“O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessário no curso da auditoria.” (NBC TA 300). Um plano de auditoria deve ser flexível o suficiente para permitir ajustes durante o processo, mas qualquer mudança no escopo ou abordagem deve ser justificada e documentada adequadamente. Além disso, é importante que o plano seja aprovado pela gerência da organização auditada.

A importância da auditoria na garantia da transparência e confiabilidade das informações contábeis

A auditoria desempenha um papel fundamental na garantia da transparência e confiabilidade das informações contábeis, sendo essencial para assegurar que as demonstrações financeiras das empresas reflitam a realidade dos seus resultados. Nesse cenário:

O auditor deve planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis, devendo ficar alerta as informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria. (CREPALDI, 2017, p. 110).

Portanto, é uma tarefa de análises sistemáticas das informações organizacionais, realizada por profissionais especializados e independentes, para avaliar a qualidade, e se de fato, as informações apresentadas são fidedignas. Além disso, a auditoria também é importante para identificar falhas nos controles internos das empresas, assim como a eficácia das políticas e procedimentos adotados na gestão financeira.

Gil (2013, p.37) “A função administrativa da auditoria verifica o conhecimento e o risco alcançado segundo as modalidades de mudanças, conformidade e inovação, que envolvem qualidade da mudança em evolução”. Através da auditoria, é possível identificar erros, fraudes e inconsistências nas informações contábeis, proporcionando maior segurança aos usuários das demonstrações financeiras, tais como investidores, credores e órgãos reguladores.

Além disso, a auditoria também pode auxiliar na identificação de oportunidades de melhorias na gestão financeira, contribuindo para o aumento da eficiência e eficácia das atividades. É um processo fundamental na garantia das informações contábeis

A auditoria contábil é um conjunto de atividades técnicas e procedimentos, exercidas de forma sistematizada numa entidade, compreendendo a avaliação e exame dos procedimentos e das operações praticadas, com vistas a apurar a exatidão dos registros contábeis e a realidade das operações, e sobre estes emitir uma opinião. (PORTAL DE AUDITORIA, sd).

Ao garantir informações contábeis confiáveis, a checagem contribui para a valorização da empresa no mercado, aumentando a confiança dos investidores e, conseqüentemente, a sua capacidade de captação de recursos. É uma ferramenta importante na prevenção de práticas ilegais e danosas à organização, como a corrupção e o desvio de recursos, o que pode evitar prejuízos financeiros e danos à reputação das organizações empresariais.

Tem um papel importante, em relação às informações contábeis da empresa, gerando benefícios como redução do custo capital, o acesso a novas fontes de financiamento, a melhoria na imagem da empresa junto ao mercado e a redução de penalidades regulatória.

É importante ressaltar que a auditoria é uma ferramenta complementar à gestão de risco e ao controle interno. A empresa deve ter uma cultura de integridade e ética, com políticas e procedimentos bem estabelecidos para a elaboração e divulgação das informações contábeis.

O objetivo da auditoria é examinar as demonstrações contábeis em todos os aspectos relevantes, de forma a apresentar adequadamente a situação financeira, patrimonial da empresa, conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas, aumentando o grau de confiança dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre as demonstrações contábeis que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. (MELO, p.22, 2017).

Ora, em tese, a revisão está relacionada à necessidade em obter informações precisas e confiáveis para a tomada de decisões. São por meio dessa exploração minuciosa que o auditor pode identificar possíveis fraquezas e deficiências nos controles internos da empresa. Ao mesmo tempo, a auditoria também pode evidenciar as virtudes da empresa, aumentando a confiança dos *stakeholders* na empresa.

Sendo assim, um ambiente empresarial, complexo e competitivo, transparente e confiável em relação às informações contábeis é essencial. Portanto, através da auditoria, as empresas podem identificar e corrigir problemas contábeis antes que eles causem impacto negativo nas finanças e na sua reputação.

O papel da auditoria na mitigação de riscos

A auditoria desempenha um papel fundamental na mitigação de riscos, pois é uma ferramenta que ajuda a identificar, avaliar e monitorar os riscos existentes, conforme Silva (2020). Ao realizar uma auditoria, é possível analisar as atividades, processos e controles internos da empresa, a fim de identificar possíveis ameaças e oportunidades de melhoria.

A auditoria baseada em riscos estende e melhora o modelo de avaliação dos riscos, alterando a perspectiva da auditoria interna. Em vez de olhar para os processos de negócio como algo que está inserido em um sistema de controle, o auditor os analisa numa envolvente de risco.[...]O desenvolvimento da metodologia de auditoria de riscos de negócios, na década de 1990, foi um processo complexo que surgiu naturalmente da necessidade de compensar a mercantilização das auditorias na década de 1980.

(SILVA, 2020, p.07).

A auditoria pode contribuir para a mitigação de riscos de diversas maneiras, tais como:

Identificação de riscos: pode ajudar a identificar riscos que possam afetar a empresa, tais como fraudes, erros contábeis, problemas de conformidade e riscos operacionais. Permitindo que a empresa tome medidas preventivas para minimizar esses riscos.

Avaliação de controles internos: Avalia os controles internos da empresa, ou seja, as medidas adotadas pela empresa para garantir que seus processos sejam executados de forma adequada e segundo as políticas e regulamentos. Com essa avaliação, é possível identificar possíveis falhas no controle interno e tomar medidas corretivas.

Análise de dados e informações: Pode realizar análises de dados e informações, a fim de identificar tendências e padrões que possam indicar riscos futuros. Isso permite que a empresa antecipe possíveis problemas e tome medidas preventivas.

Monitoramento de riscos: Monitora continuamente as ameaças, a fim de garantir que as medidas preventivas tomadas pela empresa estejam sendo efetivas e que novos riscos não surjam.

Ribeiro (2017), diz que as técnicas geralmente envolvem a revisão de documentos, registros e procedimentos internos, bem como de conversas para coleta de dados e testes para confirmar a fidedignidade e a eficácia dos controles internos, a revisão de documentos e registros é uma parte importante dos procedimentos de auditoria, pois permite que os auditores avaliem a precisão e a integridade das informações financeiras e operacionais da empresa.

Em relação às responsabilidades do auditor na execução dos trabalhos, este deve aplicar o máximo de cuidado e zelo na realização do trabalho e na exposição de suas conclusões. Ao opinar sobre as demonstrações contábeis, o auditor deve ser imparcial. O exame das demonstrações contábeis não tem por objetivo precípua a descoberta de fraudes. Todavia, o auditor independente deve considerar a possibilidade de sua ocorrência. (LIMA, SILVEIRA, BARBOSA e BATISTA, 2014, p.05).

A auditoria desempenha um papel fundamental na mitigação de riscos ao fornecer uma avaliação independente e objetiva. A atuação da equipe profissional no desenvolvimento das atividades de auditoria impacta na identificação e na avaliação, onde recomendações para redução de riscos podem ser sugeridas. O profissional pode atuar de forma interna ou externa, e é responsável por avaliar o controle interno e os processos do negócio para garantir a confiabilidade das

informações.

Além disso, através dessas revisões os auditores conseguem identificar falhas, vulnerabilidade nos processos de negócios, garantindo aprimoramento do controle interno e da gestão de riscos. “O gerenciamento da mudança necessita da integração dos vetores: gestão, decisão, aposta e mudança, controle interno, risco e auditoria” (GIL, 2013, p.34).

Com base nos diagnósticos das incertezas e dos procedimentos, a auditoria deve recomendar medidas de melhoria para mitigar ou reduzir os riscos e garantir a eficácia dos controles internos. Quanto à exploração, a auditoria também pode envolver uma avaliação dos processos de gestão e riscos existentes na empresa para garantir que eles sejam adequados. A auditoria também pode ajudar as empresas a identificar oportunidades para melhorar seus processos de negócios e reduzir custos.

O grande desafio dos gestores, principalmente das pequenas empresas, é lidar com os impactos negativos que podem impedir a criação de valor ou mesmo destruir os valores já existentes, além de determinar o nível de incertezas que a empresa está preparada para aceitar. Gerir os riscos de conformidade e de *performance* proporciona uma constante observação da forma como a organização está a evoluir na satisfação da sua atividade e no respeito pelos seus graus de liberdade de atuação, precisamente o conjuntode leis e regulamentos internos e externos a que a organização está sujeita. (GOUVEIA e LANGONI, 2021, p. 05).

Gerir riscos é um desafio constante para os gestores, independentemente do tamanho da empresa. O sucesso dos negócios depende da capacidade de os gestores gerenciarem os riscos e aproveitarem as oportunidades para criar valor.

No entanto, é importante lembrar que auditoria é apenas uma das ferramentas para mitigação dos riscos, e que a gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico que envolve todos os níveis da organização, que apesar de apresentar meios para mitigar, reduzir os riscos, a auditoria, não é capaz de identificar todos os riscos, principalmente àqueles que surgem de eventos imprevistos ou não são facilmente detectáveis.

Desta forma, deve ser vista como parte do processo e não como um substituto para a gestão de riscos. A auditoria representa parte fundamental na mitigação de riscos nas organizações. Além disso, as auditorias podem ajudar a promover uma cultura de compliance e ética na organização, garantido que a empresa esteja de acordo com leis e regulamentos.

METODOLOGIA

Essa pesquisa científica foi desenvolvida de forma aplicada com objetivo de encontrar respostas plausíveis para as indagações sobre o assunto. Portanto, a pesquisa científica é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. (GIL, 1996, p.19).

Com a pesquisa aplicada, o objetivo é obter mais conhecimento sobre o assunto. No entanto, para ser realizada foi necessária à pesquisa bibliográfica, onde as revisões de referências nortearam o desenvolvimento teórico, aplicando assim a pesquisa qualitativa. Para concretizar o estudo científico, a pesquisa quantitativa foi extremamente importante, pois visa mensurar, quantificar a pesquisa, segundo Flick (2009, p. 21), “isolar claramente causa e efeito, operacionalizar adequadamente relações teóricas, medir e quantificar fenômenos, desenvolver planos de pesquisa que permitam a generalização das descobertas e formular leis gerais”. Desta forma Segundo Will (2012), a pesquisa quantitativa permite classificar e realizar análise traduzindo os resultados em números, para serem classificados e conseqüentemente analisados.

Desta forma, a coleta de dados foi realizada no mês de julho de 2023, sendo elaborado dez perguntas fechadas, através da plataforma *google forms*, e enviadas através do *whatsapp*, para colaboradores de algumas empresas do município, entre as empresas pesquisada se encontram de médio e grande porte, da cidade de Lucas do Rio Verde-MT.

As apresentações dos dados coletados se encontram em forma de gráficos, onde cada pergunta e resposta estarão representadas, evidenciando os resultados obtidos com a pesquisa de campo. De acordo Mascarenhas, 2017, o conhecimento adquirido na pesquisa científica não pode ser considerado como definitivo, sendo necessárias novas pesquisas científicas sobre assunto.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

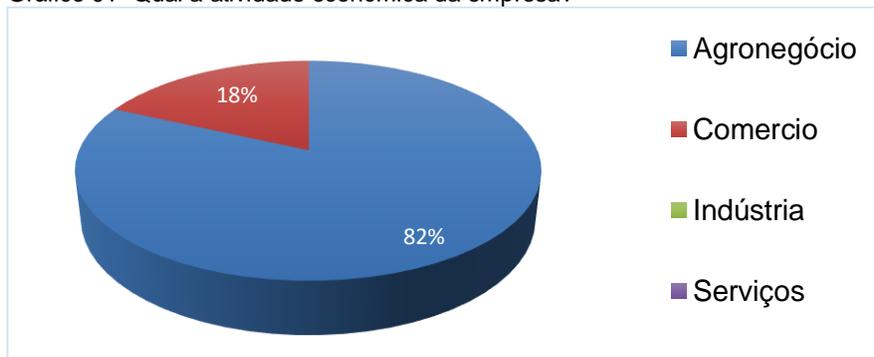
Nesta seção serão apresentados os resultados e os principais achados do estudo, inicialmente apresenta-se o papel de importância da auditoria para as organizações. Na sequência aborda-se as principais vantagens de uma empresa seguir as normas e regulamentos contábeis, e por fim discute-se e analisa a influência indireta da auditoria como aumento de lucro ou redução de custos.

Caracterização da Auditoria

A pesquisa em questão foi desenvolvida por meio do Google Forms, onde foi disponibilizada entre os dias 11/09/2023 à 19/10/2023. Foram

obtidos 11 formulários respondidos no total, sendo empresas com atividades de diferentes seguimentos e uma diversidade de cargos e funções.

Gráfico 01- Qual a atividade econômica da empresa?

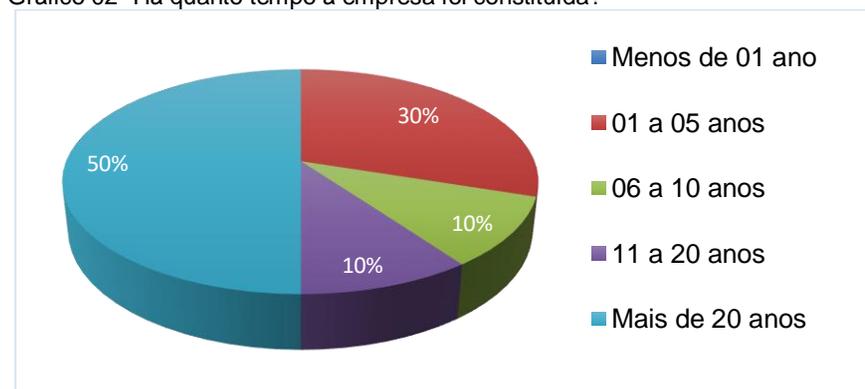


Fonte: Autoria Própria, 2023.

De acordo com informações apontadas no gráfico, das empresas participantes da pesquisa 82% são representadas por empresas do ramo do agronegócio, enquanto uma parcela menor de 18% atua no setor de comércio.

A alta representação do agronegócio indica sua potencialidade e importância para economia de muitos países. Já a representação de empresas de comércio mais baixa demonstra o poder do agro na região.

Gráfico 02- Há quanto tempo a empresa foi constituída?

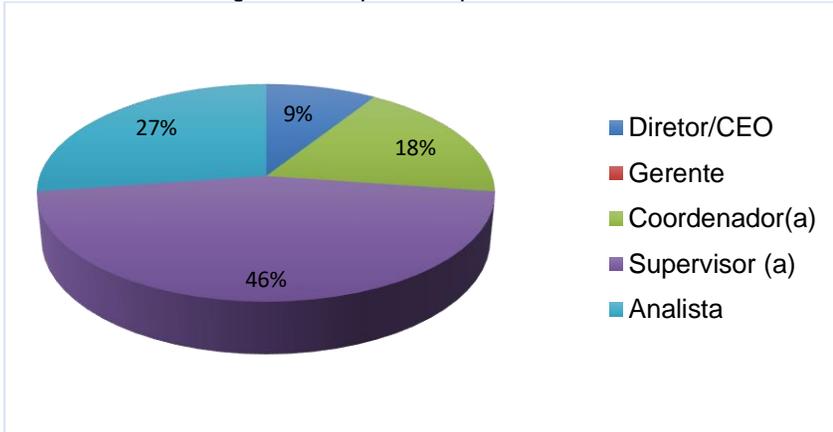


Fonte: Autoria Própria, 2023.

Segundo dados fornecidos 50% das empresas que participaram da pesquisa tem mais de 20 anos atuante no mercado, 30% estão entre 01 e 05 anos, 10% entre 06 a 10 anos e 10% estão entre 11 a 20 anos que foram

constituídas. Isso mostra que as empresas estão sólidas no mercado e perceberam que possivelmente que a auditoria poderia contribuir para a permanência, uma vez que auxilia no processo de tomada de decisão.

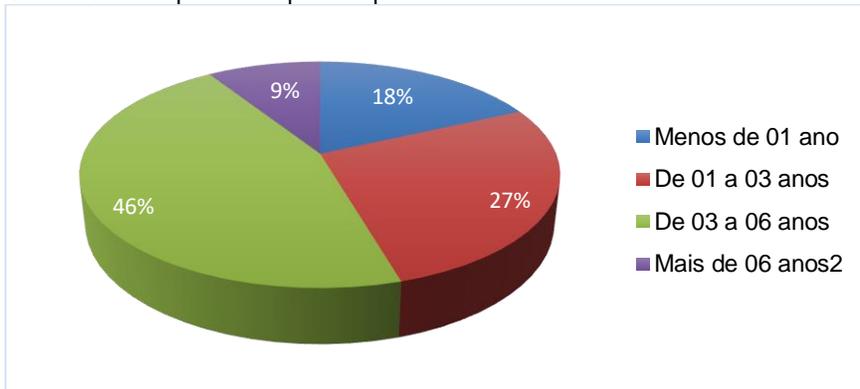
Gráfico 03- Qual o cargo você ocupa na empresa?



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Os dados indicam que a amostragem compreende uma diversidade de cargos e funções dentro das empresas. Desde Diretores/CEO até coordenadores, supervisores e analistas, há uma representação de funções em diferentes níveis hierárquicos e áreas de especialização. No entanto, 46% estão representados por supervisores, enquanto, 9% por diretores/CEO das empresas.

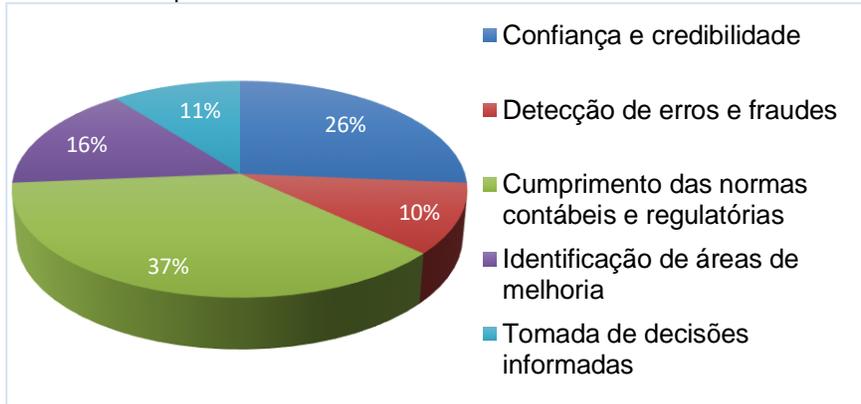
Gráfico 04- Há quanto tempo à empresa é auditada?



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Quando questionadas sobre quanto tempo já passam por auditorias internas, 46% responderam que entre 03 a 06 anos. Enquanto 27% disseram que entre 01 e 03 anos. 18% menos de 01 ano e apenas 9% são auditados a mais de 06 anos. O que mostra que um percentual significativo das empresas pesquisadas é auditado a mais de 03 anos. O que mostra a importância da auditoria para as empresas.

Gráfico 05 – Qual foi a importância da auditoria para a transparência das informações contábeis na empresa?



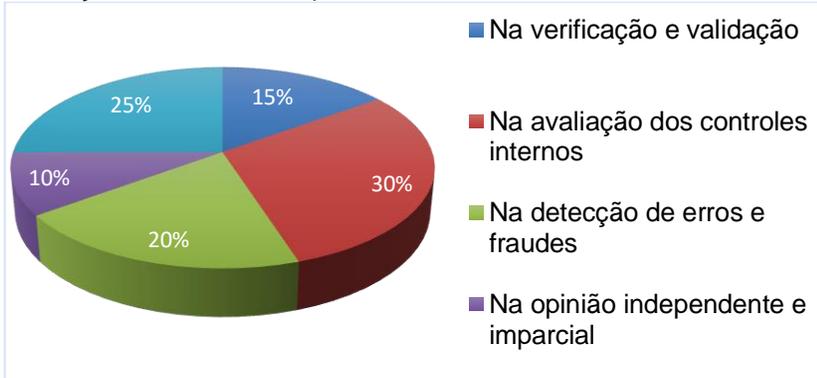
Fonte: Autoria Própria, 2023.

Observa-se que uma maioria significativa, representada por 37%, atribuiu grande importância às auditorias no que diz respeito ao cumprimento das normas contábeis e regulatórias. Este resultado enfatiza a necessidade crítica de garantir que as empresas estejam em estrita conformidade com as regulamentações e padrões estabelecidos.

Enquanto, 26% dizem que a auditoria é importante para a confiança e credibilidade na transparência das informações contábeis. 16% consideram que a auditoria é importante na identificação de áreas de melhoria, o que pode contribuir para a transparência das informações contábeis. 11% concordam que a auditoria auxilia na tomada de decisões mais assertivas, uma vez que contribui na identificação de falhas, erros ou até fraudes na empresa. Algo que se identificado a tempo pode contribuir para a evolução da empresa. Apenas 10% dizem que a auditoria é importante na detecção de erros e fraudes, para a transparência das informações contábeis.

Tal conformidade não apenas reforça a transparência nas práticas contábeis, mas também desempenha um papel fundamental na mitigação de possíveis implicações legais. Portanto, a fiscalização rigorosa dessas normas é considerada uma segurança essencial para a integridade das informações financeiras e, conseqüentemente, para manter a transparência financeira no contexto corporativo.

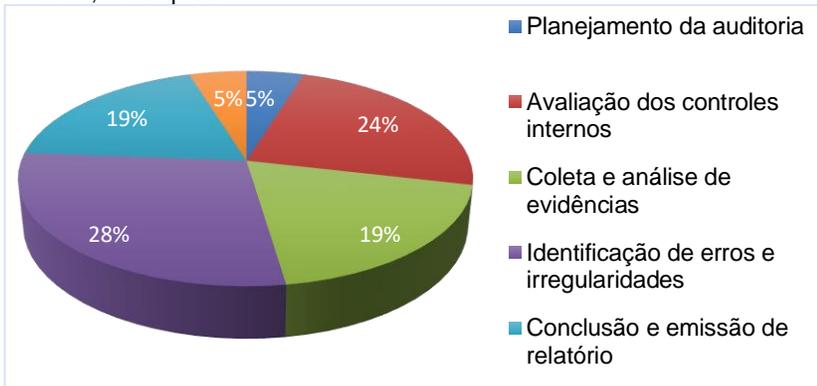
Gráfico 06 - Como você percebe a contribuição da auditoria para a confiabilidade das informações contábeis na empresa?



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Em conjunto, os resultados refletem a importância abrangente das auditorias na promoção da confiabilidade das informações contábeis nas empresas. Os auditores desempenham um papel vital na avaliação dos controles internos (30%), na garantia da conformidade com as normas e regulamentos contábeis (25%). Na detecção de erros e fraudes (20%), na verificação e validação das informações (15%). Oferta de uma opinião independente e imparcial (10%), esses elementos combinados são essenciais para construir a confiança das partes interessadas e para garantir a integridade das informações financeiras.

Gráfico 07 – Qual a principal responsabilidade do auditor durante o processo de auditoria, na empresa?

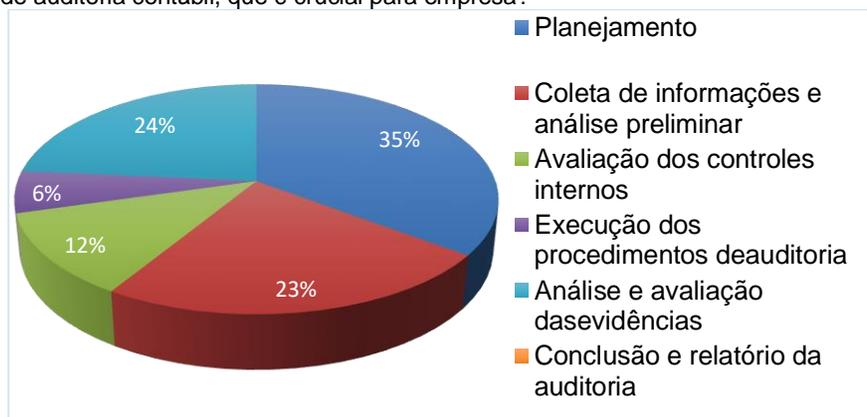


Fonte: Autoria Própria, 2023.

Os dados mostram que os auditores têm diversas responsabilidades críticas durante o processo de auditoria, incluindo a identificação de erros e irregularidades, a avaliação dos controles internos, a

coleta e análise de evidências, a conclusão e envio de relatório, bem como o planejamento de auditoria e manutenção da independência e ética profissional. Essas responsabilidades combinadas para a integridade e confiabilidade das informações contábeis na empresa. Representado por 28% considera que a principal responsabilidade do auditor durante o processo de auditoria como a identificação de erros e irregularidades, enquanto empatados com 5% a conclusão e emissão de relatório e a manutenção de independência e ética profissional.

Gráfico 08 - Quando a empresa vai ser auditada, qual das etapas básicas do processo de auditoria contábil, que é crucial para empresa?



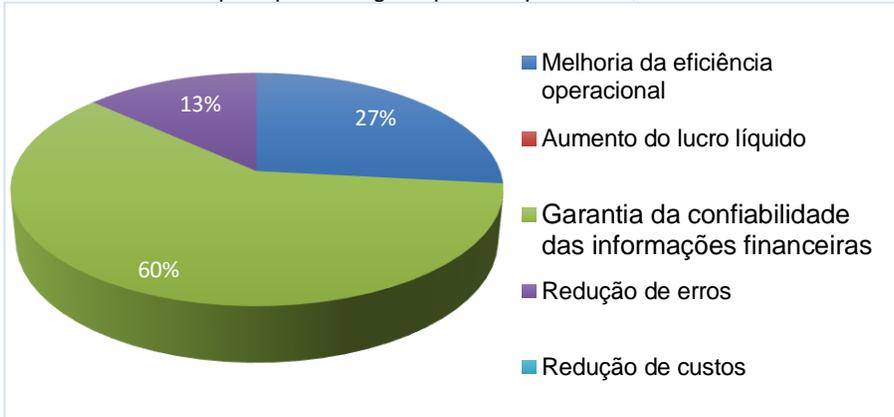
Fonte: Autoria Própria, 2023.

A etapa de planejamento é claramente identificada como crucial, com a maior porcentagem de 35%, acredita-se que esse percentual foi significativo, pois no planejamento é que se definem os objetivos, escopo e abordagem da auditoria, permitindo que o auditor se prepare para os desafios específicos da empresa a serem auditados. Isso reflete a importância de uma preparação cuidadosa antes de iniciar a auditoria.

24% consideram crucial a análise e avaliação das evidências, fator determinante para inúmeras empresas. Enquanto 23% concordam que a coleta de informações e análise preliminar, são cruciais para a empresa que será auditada.

Quando a empresa vai ser auditada 12% avalia como etapa básica do processo de auditoria contábil a avaliação dos controles internos. E por fim, apenas 6% consideram como uma etapa básica a execução dos procedimentos de auditoria.

Gráfico 09- Qual é a principal vantagem que a empresa tem, ao ser auditado?

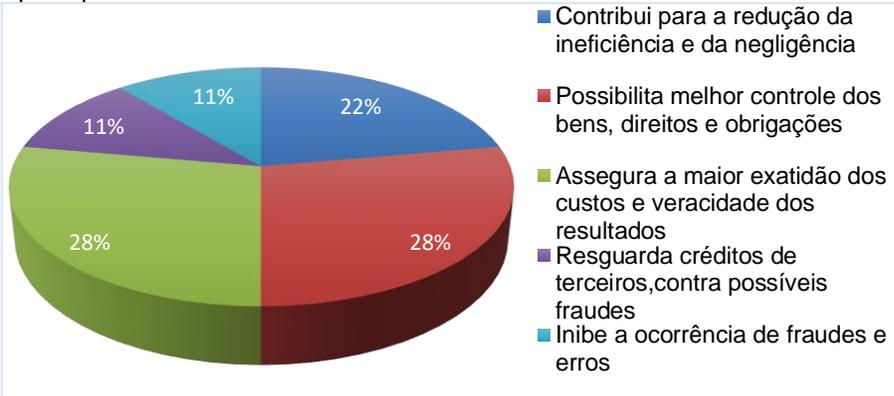


Fonte: Autoria Própria, 2023.

Um percentual expressivo com 60% estabelece a garantia da confiabilidade das informações financeiras como a principal vantagem das auditorias. Isso destaca a importância fundamental da auditoria na garantia da integridade e precisão dos relatórios contábeis.

A confiabilidade das informações financeiras é crucial para manter a confiança das partes interessadas, como acionistas, investidores e reguladores, e para tomar decisões bem informadas. 27% acreditam se a melhoria da eficiência operacional é a principal vantagem de uma empresa ao ser auditada. E 13% concordam que seja na redução de erros.

Gráfico 10- Sob o aspecto financeiro, indique a proteção que a auditoria oferece à riqueza patrimonial?



Fonte: Autoria Própria, 2023.

A maioria das empresas que responderam ao questionário percebe que os auditores contribuem para um melhor controle de bens, direitos e

obrigações da empresa, com 28% e com o mesmo percentual de 28% concordam que assegura a maior exatidão dos custos e veracidade dos resultados. Isso significa que as auditorias ajudam a garantir que os ativos, passivos e direitos da empresa sejam gerenciados de forma eficiente, evitando riscos financeiros e contribuindo para obtenção dos valores exatos dos custos obtendo resultados mais expressivos e reais.

CONCLUSÃO

As análises dos dados apresentados revelam de maneira inquestionável que os auditores desempenham um papel de vital importância na promoção da transparência e confiabilidade das informações contábeis nas empresas. Ao considerar diversos aspectos, como a relevância das auditorias, as responsabilidades dos auditores, as etapas do processo de auditoria e as vantagens inerentes, fica claro que as auditorias são uma ferramenta essencial para garantir a integridade das informações financeiras.

Por meio das auditorias, as empresas podem garantir que suas informações contábeis estejam em conformidade rigorosa com as normas e regulamentos contábeis, ou que não apenas previnem problemas legais, mas também mantêm um padrão elevado de transparência. Além disso, a auditoria desempenha um papel crítico na identificação de erros, irregularidades e fraudes, contribuindo de forma significativa para a precisão e confiabilidade dos relatórios financeiros.

As auditorias também desempenham um papel crítico na avaliação dos controles internos e na identificação de áreas passíveis de melhoria, o que, por sua vez, resulta em uma maior eficiência operacional. Além disso, os auditores fornecem uma opinião independente e imparcial, construindo uma confiança sólida nas partes interessadas.

Embora as auditorias não tenham sido mencionadas de maneira direta como uma fonte de aumento de lucro ou redução de custos, o papel indireto influencia na gestão eficaz de ativos e passivos, bem como na prevenção de práticas financeiras envolvidas, não pode ser subestimado. Portanto, com base na análise dos dados, é inegável concluir que as auditorias desempenham um papel crucial na garantia da transparência e confiabilidade das informações contábeis nas empresas, desempenhando um papel vital na governança corporativa e na prestação de contas.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA - de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810/Conselho Federal de Contabilidade.** -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**/Silvio Aparecido Crepaldi; Guilherme Simões Crepaldi. -8. ed. -São Paulo: Atlas, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio de Loureiro, ARIMA, Carlos Hideo, Nakamura, Wilson Toshiro. **Gestão: Controle interno, risco e auditoria**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOUVEIA, Luís Borges. LANGONI, Cristina. **A importância da auditoria e da implementação de controles internos na mitigação dos riscos empresariais. Relatório Interno TRS 05/2021**. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10337/1/RI_TRS05_2021.pdf Acesso em 25 de outubro de 2023.

JUNIOR, Antonio José Saraiva de Oliveira. GOMES, Arnaldo Ribeiro e MACHADGuilherme de Vasconcellos. **Metodologia de auditoria com foco em processo e risco**. Revista do TCU, 2015. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/249>. Acesso em 20 de abril de 2023.

LIMA, Kairo Rossi. SILVEIRA, Thais Ramos da. BARBOSA, Wangler Honiton e BATISTA, Arnaldo Antonio Rufino. **A importância da auditoria para a prevenção de erros e fraudes na organização**. 2014. Diálogos em contabilidade: teoria e prática (online), v.1, n. 2, edição 1. Disponível em: <https://periodicos.unifacel.com.br/index.php/dialogoscont/article/viewFile/1226/896>. Acesso em 15 de abril de 2023.

LUZ, Érico Eleutério. **Auditoria e perícia contábil trabalhista**/ Érico Eleutério Luz, organizados. - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.-(Coleção Bibliografia Universitária Pearson).

MELO, Moisés Moura de. **Auditoria Contábil: atualizada pelas Normas Internacionais de Auditoria emitida pela IFAC com adoção no Brasil**/Moisés Moura de Melo, Ivan Ramos dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2017.

MELHEM, Marcel Gulin. **Auditoria contábil e tributária**/ Marcel Guli Melhem, Rosenei Novocho da Costa. – Curitiba: Intersaberes, 2012. – (Série Gestão Financeira).

NBC TA 300 – **Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis**. Resolução CFC Nº. 1.211/09.

PORTAL DE AUDITORIA. **Introdução à auditoria contábil**. Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/introducao-auditoria-contabil/>. Acesso: 30 de outubro de 2023.

RIBEIRO, Osni Moura. **Auditoria**. 3 ed. - série em foco- físico, 2017.

RODRIGUES, Adriana Faria. **Planejamento como uma etapa crucial para o trabalho de auditoria**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-986K59/1/planejamento_como_uma_etapa_crucial_para_o_trabalho_de_auditoria.pdf Acesso em: 28 de abril de 2023.

SILVA, Cristiane Aparecida da. **Auditoria contábil** [recurso eletrônico] / Cristiane Aparecida da Silva, Curitiba: Contentus, 2020.

Silva, M. A., & Vasques Vieira, E. T. (2016). **AUDITORIA INTERNA: Uma ferramenta de gestão dentro das organizações**. *Redeca, Revista Eletrônica Do Departamento De Ciências Contábeis & Departamento De Atuária E Métodos Quantitativos*, 2(2), 1–20. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2015v2i2p1-20>

WILL, Daniela Erani Monteiro. **Metodologia da pesquisa científica**: livro digital / Daniela Erani Monteiro Will; Design instrucional Daniela Erani Monteiro Will; João Marcos de Souza Alves – 2a Ed. Rev. e atual. – Palhoça: UnisulVirtual, 2012. 126 p.: il. \; 28 cm.

Sobre a Organizadora

Prof^a MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação,

Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](https://www.instagram.com/epitaya) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES:
CAMINHOS DO CONHECIMENTO

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS


epitaya
Editora

ISBN: 978-85-94431-30-1

